



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 029 - SEXTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO
2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT	
1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB	Suplentes de Secretário
2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna	LÍDER Delcídio Amaral – PT	LÍDER José Jorge – PFL
VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾	VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral	VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino
LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna	VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro	VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾
VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT
VICE-LÍDER DO PDT (vago)	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE MARÇO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Presidente do Conselho Nacional de Justiça

Nº 27/2006, de 20 de fevereiro último, encaminhando cópia da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8^a Região e dá outras providências. A matéria foi anexada ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005, e vai a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A Presidência determina a republicação dos avulsos do referido projeto, a fim de constar o expediente do Conselho Nacional de Justiça. 06634

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 217, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando ao Tribunal de Contas da União informações referentes à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no Exterior no período de 1994 a 2002..... 06637

Nº 218, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona. 06638

Nº 219, de 2006, de autoria do Senador Mazarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona..... 06638

Nº 220, de 2006, de autoria do Senador Mazarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio as informações que menciona..... 06638

1.2.3 – Parecer

Nº 187, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 6, de 2004 (nº 70/2004, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52,

inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal e demais peças necessárias. (Projeto de Resolução nº 22, de 2006)..... 06640

1.2.4 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 5/2006, de 18 de janeiro último, comunicando a aprovação, em caráter terminativo, dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aos Ofícios "S" nºs 49/1999, 50/1999, 52/1999, 6/2004 e 32/2004..... 06644

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Resolução nº 22, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 06644

Término do prazo, na sexta-feira última, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2003, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para permitir o voto, ao eleitor que se encontra no exterior, nas eleições para governador, vice-governador e senador, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão Constituição, Justiça e Cidadania..... 06644

Término do prazo, na sexta-feira última, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 15 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão Constituição, Justiça e Cidadania. 06645

Término do prazo, na sexta-feira última, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera

a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras – em todas as etapas e modalidades da educação básica, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação.	06645	"Aeroporto de Vitória – Eurico de Aguiar Salles" o aeroporto da cidade de Vitória – ES.....	06645
Término do prazo, na sexta-feira última, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que modifica o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade dos serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.	06645	Término do prazo, na sexta-feira última, sem interposição de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.....	06645
Término do prazo, na sexta-feira última, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o dia 4 de outubro como o "Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde", tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação.	06645	1.2.6 – Ofício Nº 7, de 2006-CN (nº 92/2006, na origem), do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, encaminhando ao Senado Federal o Relatório Anual de Avaliação da Utilização dos Incentivos Fiscais da Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, exercício 2005....	06645
Término do prazo, na sexta-feira última, sem interposição recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, que institui o Dia Nacional de Prevenção da Catapora ou Varicela, tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Educação.	06645	1.2.7 – Discursos do Expediente SENADOR EDUARDO SUPlicY – Considerações sobre a desaceleração das exportações. Manifestação de interesse em encontro da Comissão de Assuntos Econômicos com membros do Comitê de Política Monetária, para esclarecer detalhes sobre as reuniões que definem a taxa de juros no país.....	06646
Término do prazo, na sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).	06645	SENADOR SÉRGIO ZAMBIASt, como Líder – Comentários a matéria publicada na revista IstoÉ , sobre palavras do Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, sobre a "Voz do Brasil". Fundamentos do Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003, que trata da obrigatoriedade de transmissão do referido programa.	06648
Término do prazo, na sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.....	06645	SENADOR TIÃO VIANA – Leitura de nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente, sobre o relatório da CPI da Biopirataria, em resposta a matéria publicada na revista Veja	06650
Término do prazo, na sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que denomina "Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco" o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.....	06645	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Alerta sobre a gripe aviária e sugestão, em nome do PDT, no sentido de que o presidente Lula se antecipe e nomeie um coordenador para tratar do assunto.	06654
Término do prazo, na sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2005 (nº 4.110/2001, na Casa de origem), que denomina	06645	SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Preocupação dos agricultores de todos os locais onde se planta a soja, com a doença denominada "ferrugem asiática". Denúncia contra a Bayer pela venda de defensivo ineficaz.	06655
Término do prazo, na sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2005 (nº 4.110/2001, na Casa de origem), que denomina	06645	SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Defesa da abolição pelo Brasil, da reciprocidade na exigência de vistos turísticos. Aplauso ao Ministro do Turismo que pretende encaminhar proposta ao Congresso, discutindo a questão.....	06658
Término do prazo, na sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2005 (nº 4.110/2001, na Casa de origem), que denomina	06645	SENADOR ROMEU TUMA – Leitura de resposta enviada pelo Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, sobre pedido de informações que fez, na qualidade de Corregedor do Senado Federal, relativo ao documento de Furnas. Considerações sobre a questão do vale-transporte.	06658

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Alerta para a ilusão do denominado Programa de Farmácia Popular.....	06664	SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Comentários a matéria publicada na imprensa sobre a Lei de Gestão de Florestas Públicas.	06687
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a revogação da Medida Provisória nº 283, que suprime o art. 4º da Medida Provisória nº 280, com relação ao vale-transporte. Comunicação da realização de audiências públicas, para discutir o fator previdenciário e o salário mínimo. Preocupação com o desemprego no setor calçadista do país, especialmente no Vale dos Sinos.....	06665	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Retrocessos do Programa Bolsa-Família.....	06689
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Manifestação em defesa do Governador de Roraima, em razão das acusações feitas recentemente pelo Senador Romero Jucá. ..	06668	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Considerações sobre o investimento da Telemar na empresa Gamecorp, que tem como um dos sócios, o filho do presidente Lula.	06693
SENADOR JOSÉ SARNEY – Recordação dos 20 anos da edição do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro de 1986.....	06670	1.2.8 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR ROMERO JUCÁ – Réplica ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti. ..	06677	SENADOR ROMERO JUCÁ – Os 47 anos de vigência da Declaração Universal dos Direitos das Crianças e a situação da infância brasileira.	06695
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Comentários sobre as declarações do Presidente da CNBB, a respeito do Governo Lula.	06679	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Anúncio, pelo Governo Lula, da suspensão de cento e noventa e sete mil aposentadorias. Apresentação de requerimento de voto de aplauso às cidades de Oeiras e Floriano – PI.	06681	2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Reconhecimento pelo trabalho cumprido pelo Senado Federal, durante a convocação extraordinária. Entrega ao Ministro Ciro Gomes, de vários decretos de situação de emergência, em diversos municípios de Sergipe, atingidos pela seca que assola a região.	06681	Resenha das matérias apreciadas pelo Senado Federal no período de 15 a 28 de fevereiro de 2006 e correspondência expedida.....	06697
SENADORA HELOÍSA HELENA, como Líder – Considerações sobre o acordo da Telemar com a empresa Gamecorp, que tem como um dos sócios, o filho do presidente Lula.	06683	SENADO FEDERAL	
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Comentários a matérias publicadas na imprensa a respeito do Governo Lula.	06684	3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
SENADOR SIBÁ MACHADO, como Líder – Participação de S. Exª em solenidade referente à Lei de Gestão de Florestas Públicas.	06685	– 52ª LEGISLATURA	
		4 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
		5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
		CONGRESSO NACIONAL	
		11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	
		12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
		13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)	
		14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
		15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	

Ata da 8^a Sessão Não Deliberativa, em 2 de março de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência da Sra. Serlys Slhessarenko, do Sr. Romeu Tuma,
das Sras. Heloísa Helena e Ana Júlia Carepa e do Sr. Eduardo Suplicy*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretaria em exercício, Senadora Serlys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 027/GP

Brasília, 20 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 88, inciso IV, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, encaminho a Vossa Excelência cópias da certidão de julgamento e da decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei da Câmara nº 087/2005, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8^a Região e dá outras providências.

Atenciosamente, – Ministro **Nelson Jobim**, Presidente do Conselho Nacional de Justiça.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PEDIDO DE PROVIDÊNCIA Nº 116/2005

Relator: Conselheiro Oscar Argollo

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 8^a Região

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, em cumprimento ao disposto no art. 88 da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), manifestou-se favorável à aprovação integral

do Projeto de Lei nº 6.600/2002, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8^a Região, e, por maioria, manifestou-se parcialmente favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 2.170/2003, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8^a Região e dá outras providências, com expedição de ofício ao Tribunal de Contas da União, nos termos do voto proferido pelo Excentíssimo Conselheiro Relator Oscar Argollo. Vencido, em parte, Excentíssimo Conselheiro Paulo Lobo que, com maior extensão, além de não ratificar o ato de transformação das funções gratificadas levado a efeito por meio de resolução, declarava ainda, a nulidade do referido ato. Ausentes, justificadamente, Excentíssimos Conselheiros Antônio de Pádua Ribeiro (Corregedor), Vantuil Abdala e Ruth Carvalho. Presidiu o julgamento o Excentíssimo Ministro Nelson Jobim (Presidente). Plenário, 14 de fevereiro de 2006".

Presentes à sessão os Excentíssimos Senhores Conselheiros: Marcus Faver, Jirair Aram Meguerian, Cláudio Godoy, Germana Moraes, Paulo Schmidt, Eduardo Lorenzoni, Oscar Argollo, Paulo Lobo, Alexandre de Moraes e Joaquim Falcão.

Ausentes, justificadamente, o Procurador Geral da República, Dr. Antônio Fernando de Sousa, e o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antônio Busato.

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2006. – **Maria Cristina G. Botelho Costa**, Analista Judiciário.

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 116 RELATÓRIO

Trata-se de pedido de produção de parecer e opinião, nos termos da Lei nº 11.178/2005, relativo ao Projeto de Lei – LDO 2006, do TRT da 8^a Região, que alude sobre a criação de cargos de provimento

efetivo e criação de funções comissionadas no quadro de pessoal do referido Tribunal (PL 6.600/2002 e PL 2.170/2003).

Às fls. 21, o ilustre Dr. Secretário-Geral do Conselho determinou a formação do processo com a juntada da íntegra dos Projetos Leis e às fls. 23 o nobre Dr. Juiz Auxiliar da Presidência solicitou o exame da Comissão Técnica instituída pela Portaria nº 336/2005 sobre a matéria. Às fls. 31/55 se encontram as informações do ilustre Sr. Diretor-Geral de Coordenação Administrativa do TST e às fls. 56/64 está a manifestação da douta Comissão Técnica.

É o Relatório.

Voto

A Reparação Legalmente Exigida

Inicialmente, urge dizer a respeito de situação que busca a regularização formal do ato de transformação das funções gratificadas por meio de Resolução interna, editando-se lei específica para ratificar a ação administrativa levada a efeito há muito tempo atrás.

Com efeito, atualmente, criar por meio de decisão administrativa despesas de pessoal se reveste de violação aos artigos. 48, inciso X, e 96, inciso II, alínea b, ambos da Constituição. O exame dos Projetos de Leis em tela decorre de fatos passados e de discussões que levaram ao entendimento atual sobre a impossibilidade de criação de Funções gratificadas mediante atos administrativos ao invés da utilização de norma legal.

Na verdade, há vários anos atrás era prática comum a criação de Funções gratificadas no âmbito dos Tribunais por meio de ato administrativo internos prática era respaldada no disposto no art. 5º, da Lei Complementar nº 10/71, **in verbis:**

“Art 5º As funções gratificadas necessárias aos serviços dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário serão criadas nos respectivos Regulamentos ou Regimentos, respeitados os princípios de classificação vigorantes no Poder Executivo.”

Ocorre, que o advento da Constituição Federal de 1988 estabeleceu novas disposições em seus artigos. 48, inciso X, e 96, inciso II, alínea b, cujas redações originais, são as seguintes:

“Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas; [...]”

.....
“Art 96. Compete privatizam ente:

.....
II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais

Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder

Legislativo respectivo, observado o disposto no art 169:

.....
b) a criação e a extinção de cargos e a fixação de vencimentos de seus membros, dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, dos serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;

Travaram-se, então, discussões jurídicas sobre o alcance dos referidos dispositivos da Constituição.

O Supremo Tribunal Federal, em Medida Cautelar na ADI nºs 408, sendo Relator o ilustre Ministro Sydney Sanches, julgada em 6-12-90, com acórdão publicado em 20-4-95, externou entendimento no sentido da criação de funções gratificadas por meio de Resolução:

“Ação direta de inconstitucionalidade da resolução administrativa nº 7, de 30-10-1990, do tribunal de justiça do Distrito federal e territórios, que Acrescentou à lotação de seus Gabinetes quinze (15) encargos de Representação. Alegação de ofensa ao Art. 48, inciso x, da constituição federal, que atribui ao congresso nacional, com a sanção do presidente da república, o poder de dispor sobre criação, Transformação de cargos, empregos e Funções publicas. Inadmitida, a um Primeiro exame, a relevância dos Fundamentos jurídicos da ação, por não se tratar, aparentemente, de cargos, Empregos ou funções publicas, e, Considerado o risco de prejuízo a Administração judiciária, com eventual Suspensão da resolução impugnada, é de Se negar a medida cautelar pleiteada “

O Excelso Pretório, por sua vez, editou o Ato Regulamentar nºs 26/92, sinalizando para os demais Tribunais do país que era possível a criação de tais funções gratificadas por meio de atos internos. Assim, a prática foi adotada por outros Tribunais do país.

No entanto, a Suprema Corte foi instada a se manifestar novamente sobre a matéria e decidiu alterar o entendimento inicial, como se infere da Medida Cautelar na ADI nº 1732/ES, sendo Relator o nobre Ministro Néri da Silveira:

"Ementa: – Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Resoluções nº 26, de 22-12-1994; 15, de 23-10-1997, e 16, de 30-10-1997, do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, havendo a primeira criado gratificação de representação correspondente a 40% do valor global atribuído a diversos cargos da estrutura organizacional do Tribunal, e as demais incluído, entre os beneficiários da gratificação de representação, outros cargos do Tribunal 3. Alegação de ofensa a funções privativas dos Poderes Legislativo e Executivo. Necessidade de lei em sentido formal para a criação de vantagens pecuniárias para os servidores do Poder Judiciário. 4. Impossível confundir a iniciativa de lei conferida pela Constituição aos Tribunais mencionados no art. 96, II, com a competência para fixar vencimentos e vantagens a seus servidores sem lei formal A Constituição não assegura aos Tribunais fixar, sem lei, vencimentos ou vantagens a seus membros ou servidores. 5. Medida cautelar deferida para suspender, **ex nunc**, até o julgamento final da ação, a eficácia das Resoluções nºs. 26, de 22-12-1994; 15, de 23-10-1997, e 16, de 30-12-1997, todas do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo."

Foi assim, com base na jurisprudência do STF, que o Tribunal de Contas da União passou, então, a questionar a legalidade da criação e transformação das funções gratificadas por Resoluções.

Todavia, várias situações se encontravam estabelecidas e extingui-las, simplesmente, seria uma solução juridicamente fácil, mas extremamente dano-sa aos interesses da Administração, podendo mesmo inviabilizar a atividade dos Tribunais envolvidos. Mas, a solução encontrada – e que contou com a própria compreensão do Tribunal de Contas da União – foi a de ratificar esses atos de criação e transformação de funções gratificadas por meio de lei, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República, até porque restava inequívoca a constatação de que a situação de insegurança jurídica inicial justificava plenamente o agir administrativo levado a efeito anteriormente por vários Tribunais.

Por assim ver, o exame dos Projetos de Leis que resultarão em norma jurídica adequada se impõe a fim de solucionar uma situação fática consolidada, mas carente de lei que a ampare.

Os Projetos de Lei

O Tribunal Superior do Trabalho enviou ao Congresso Nacional em 2002 e 2003 propostas de criação de cargos de provimento efetivo e criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional da 8ª Região.

O PL nº 6.600/2002 prevê a criação de 2 (dois) cargos de Analista Judiciário e o PL nº 2.170/2003 prevê a criação de 18 (dezoito) FC-6, 104 (cento e quatro) FC-5 e 80 (oitenta) FC-4.

O TST justifica suas propostas. A criação dos cargos através no PL nº 6.600/2002 se presta para a Carreira Judiciária a que se refere à Lei nº 9.421/96, de nível superior, e de provimento em caráter efetivo por meio de concurso público, sendo que um dos cargos destina-se a regularização do emprego de Engenheiro, vinculado à Tabela Permanente já extinta no âmbito da aludida Cone, que não possui em seu Quadro de Pessoal cargo efetivo idêntico, legitimamente criado, para cumprir determinação do Tribunal de Contas da União nos autos do Processo TC nº 010.010/1997-1.

A necessidade da criação do segundo cargo de Analista Judiciário vinculado à área de Especialidade de Psicólogo foi justificada pelo Serviço de Recursos Humanos do Tribunal em função dos problemas psicológicos e de relacionamento interpessoal com servidores, havendo necessidade permanente de um profissional especializado nessa área, para acompanhar e dar tratamento adequado a essas questões, que prejudicam sobremaneira o ambiente de trabalho, influenciando negativamente no desempenho das equipes.

A necessidade de criação das 202 (duzentas e duas) funções comissionadas propostas pelo PL nº 2.170/2003 é justificada pelo Tribunal em função da Decisão nº 219/2002, do Tribunal de Contas da União, que entendeu prejudicada, por nulidade absoluta, a criação, por meio de Resoluções Administrativas, dessas funções comissionadas no Quadro de Pessoal do TRT da 8ª Região. Aliás, o TRT interpôs pedido de reexame contra a citada decisão, que se encontra em tramitação naquela Corte de Contas.

A ANÁLISE DA COMISSÃO TÉCNICA

O Tribunal alega que a criação dessas funções não gera impacto na despesa de pessoal, uma vez que a posição orçamentária do Tribunal tem os valores já incluídos.

Em razão da similitude de jurisdição e com o fim de estabelecer parâmetros de análise, a Comissão Técnica optou por comparar o TRT 8ª Região – Pará/Amapá com os Tribunais Regionais do Trabalho de Pernambuco – 6ª Região, de Santa Catarina – 12ª Região, do

Espírito Santo – 17ª Região e de Goiás – 18ª Região. Os dados têm como referência a estatística oficial publicada na página da Internet do Tribunal Superior do Trabalho – TST e o estudo “Justiça em Números”, do Supremo Tribunal Federal, ano base 2003, demonstrando que o TRT da 8ª Região tem carga de trabalho próxima à média nacional, mas com número elevado de casos novos no 1º grau, sem, contudo, apresentar taxa de congestionamento e recorribilidade interna elevadas no 1º grau, o que pode ser um indicativo de desempenho melhor no grupo analisado.

Quanto à questão orçamentária, a análise da Receita Corrente Líquida (PLOA-2006) demonstra que a Justiça do Trabalho possui margem de crescimento de mais de 5 (cinco) bilhões de reais na dotação de pessoal, considerado o limite prudencial estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. A Comissão Técnica destacou que o impacto com a criação dos 202 (duzentas e duas) funções comissionadas, para regularizar situação pré-existente, apesar de gerar impacto na folha de pagamento, já estava incluída no orçamento do Tribunal, até porque, a Comissão verificou que a previsão no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2006 não faz precogitação específica aos Projetos de Lei em questão, citando apenas o limite orçamentário de R\$44.535.975,00, destinados ao provimento de até 2.086 cargos e funções vagos, criados ou transformados, no âmbito da Justiça do Trabalho.

Destarte, quanto ao mérito, acompanhando o Parecer da douta Comissão Técnica, voto no sentido da aprovação dos Projetos de Lei nºs 6.600/02 e 2.170/2003 pelo Conselho Nacional de Justiça.

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2006. – **Oscar Argollo**, Conselheiro Relator.

Ofício nº 167/SG

Brasília, 16 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Desembargador do Trabalho Luiz Albano Mendonça
de Lima

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª
Região

Referência: Pedido de Providências nº 116/2005.

Requerente: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Re-
gião.

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

Excelentíssimo Senhor Desembargador Presi-
dente,

De ordem do Excelentíssimo Ministro Nelson
Jobim, informo a Vossa Excelência que foi julgado na
13ª Sessão Ordinária do Conselho Nacional de Justi-
ça, realizada no dia 14 de fevereiro de 2006, o Pedido

de Providências nº 116/2005, conforme certidão de julgamento em anexo.

Esclareço-lhe que, nos termos do disposto no art. 21 do Regimento Interno, desta decisão do Plenário do Conselho não cabe mais qualquer recurso, salvo pedido de esclarecimentos para sanar eventuais vícios de obscuridade, contradição ou omissão na decisão.

Atenciosamente, **Alexandre de Azevedo Silva**, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O expediente lido, juntado ao processado do **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2005**, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência determina a republicação dos avulsos do referido projeto, a fim de constar o expediente do Conselho Nacional de Justiça.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 217, DE 2006

Requeiro, nos termos do Art. 71, Inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno, informações ao Tribunal de Contas da União referente à existência de procedimentos de fiscalização, auditorias ou inspeções realizadas em relação aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de representações brasileiras no Exterior no período de 1994 a 2002.

Justificação

O presente requerimento tem por objetivo obter informações, junto ao Tribunal de Contas da União, sobre a existência de algum tipo de procedimento de fiscalização, auditoria ou inspeção realizada entre os anos de 1994 e 2002 referentes aos gastos do Ministério das Relações Exteriores com a manutenção de embaixadas do Brasil no Exterior.

Com base nestas informações poderemos dirimir dúvidas surgidas quanto aos gastos atuais do Ministério, a fim a possibilitar a esta casa saber se em anos anteriores os gastos também foram investigados, se já houve suspeitas sobre o montante destes gastos, desta forma comparar com a situação atual e descobrir se os gastos atuais são excessivos ou estão de acordo com o que já vinha sendo realizado em anos anteriores, uma vez que é o único Ministério que não tem suas contas detalhadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Sala das Sessões, 2 de março de 2006. – **Serys Slhessarenko**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 218, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que este providencie e encaminhe, as seguintes informações:

1. Qual o montante dos gastos realizados por este Ministério com a manutenção de Embaixadas do Brasil no Exterior no período de 1995 a 2002?
2. Quanto destes recursos foi destinado a reformas?

Justificação

O presente requerimento tem por objetivo obter informações, junto ao Ministério das Relações Exteriores, sobre os gastos deste Ministério entre os anos de 1995 e 2002, destinado para a manutenção de embaixadas do Brasil no Exterior, gastos principalmente com reformas de residências e embaixadas.

Com base nestas informações poderemos dirimir dúvidas surgidas quanto aos gastos atuais do Ministério, a fim a possibilitar a esta casa saber se em anos anteriores os gastos também foram vultosos ou se está havendo aumento considerável nestes gastos nos últimos anos.

Esta solicitação torna-se necessária por conta de que se trata do único Ministério que não tem suas contas detalhadas no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

Sala das Sessões 2 de Março de 2006. **Serys Shlessarenko**, Senadora da Republica.

REQUERIMENTO Nº 219, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Antonio Palocci Filho, informações sobre fraudes perpetrada por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação na Região Norte, conforme denúncia do Correio Brasiliense, consusbanciada na Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado em anexo, e quais as providências adotadas pelo Governo Federal no intuito de otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte.

Sala das Sessões, 2 de março de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

REQUERIMENTO Nº 220, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Dr. Luiz Fernando Furlan, informações sobre fraudes perpetrada por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação na Região Norte, conforme denúncia do Correio Brasiliense, consusbanciada na Nota Informativa da Consultoria Legislativa do Senado em anexo, e quais as providências adotadas pelo Governo Federal no intuito de otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte.

Sala das Sessões, 2 de março de 2006. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

NOTA INFORMATIVA Nº 87, DE 2006

Referente à STC nº 200600635, do Senador Mozarildo Cavalcanti, para que se analise reportagem versando sobre possíveis fraudes praticadas por empresas instaladas na Zona Franca de Manaus e em Áreas de Livre Comércio da Região Norte.

Introdução

O Senhor Senador Mozarildo Cavalcanti solicita à Consultoria Legislativa exame de matérias veiculadas no Correio Braziliense nos dias 25 e 26 de janeiro do ano em curso, em que é apontada suposta fraude perpetrada por empresas localizadas em áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, da Região Norte, principalmente na Zona Franca de Manaus.

Análise

As reportagens publicadas no referido jornal informam haver dois inquéritos da Polícia Federal, tramitando há dois anos em segredo de justiça, investigando crimes de desvio de mercadorias, falsificação de documentos públicos, superfaturamento de preços e corrupção supostamente praticados na Zona Franca de Manaus e em outras oito Áreas de Livre Comércio (ALCs) implantadas nos Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Amazonas.

As condutas investigadas visariam à sonegação de impostos, havendo estimativas da Polícia e Receita Federais de que aproximadamente dois bilhões de reais em tributos deixaram de ser pagos aos Estados e à União. Os suspeitos pelas práticas relatadas seriam comerciantes, atacadistas, transportadores e industriais com sede nas ALCs, bem como algumas

indústrias de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outros Estados do Centro-Sul.

A prática ilícita mais comum consistiria no desvio de mercadorias destinadas às áreas de livre comércio, vendidas em outras localidades, após receberem a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Circulação de Mercadorias (ICMS) cobrado na origem. Em alguns casos, as mercadorias nem chegariam a sair dos Estados produtores, havendo apenas o envio das respectivas notas fiscais ao destino, para a certificação de servidores públicos participantes do esquema.

Ademais, existiriam casos de indústrias localizadas na Zona Franca de Manaus, que, para a fabricação de seus produtos, comprariam componentes de suas matrizes sediadas em Estados da Região Sudeste por preços bem acima dos cobrados no mercado. Dessa forma, inflariam os lucros da matriz, que se creditaria do crédito de ICMS, transferindo o prejuízo para a filial.

Finalmente, esclarece o periódico que as condutas praticadas – principalmente o desvio de mercadorias -, além dos prejuízos fiscais, geram concorrência desleal entre os empresários sediados nas ALCs e aqueles não beneficiados pelas isenções fiscais, resultando na falência de considerável número de comerciantes.

A Zona Franca de Manaus – criada pela Lei nº 3.173, de 6 de junho de 1957¹, e com existência assegurada até o ano 2013, conforme dispõe o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar, no interior da Amazônia, um polo industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos.

O mesmo objetivo levou o legislador a estabelecer outras áreas de livre comércio (ALCs), inclusive as mencionadas na reportagem, localizadas nos Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá e Acre, que foram criadas, respectivamente, pelas Leis nºs 7.965, de 22 de dezembro de 1989; 8.210, de 19 de julho de 1991; 8.256, de 25 de novembro de 1991; 8.387, de 30 de dezembro de 1991; e 8.857, de 8 de março de 1994.

A importância da Zona Franca de Manaus e das ALCs para o desenvolvimento da Região Norte é indiscutível, pois, entre outros benefícios, incrementa a indústria e o comércio locais, atrai capital e tecnologia externa, aumenta a oferta de emprego e a necessidade de especialização da mão-de-obra e diminui o êxodo populacional para outras regiões do país.

1 Alterada pelo Decreto-Lei nº 288, de fevereiro de 1967.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), entidade autárquica federal, bem como a Receita e Polícia Federais são responsáveis pela fiscalização das áreas de livre comércio. Contudo, a extensão das regiões a serem fiscalizadas e controladas, aliada ao quantitativo reduzido de pessoal desses órgãos, torna o controle das operações beneficiadas por incentivos fiscais difícil e passível de falhas.

O problema identificado na matéria veiculada no **Correio Braziliense**, portanto, não decorreria apenas da natureza e da extensão dos benefícios deferidos às áreas de livre comércio da Região Norte, mas especialmente à má-fé de empresários inescrupulosos, que se aproveitam de uma fiscalização deficiente para se locupletar às custas dos erários federal e estadual.

Por sua vez, caso seja confirmada a prática de conduta fraudulenta pelos empresários suspeitos, poderão eles ser condenados como incursos nas penas dos arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990², bem como em outras previstas no Código Penal e na legislação penal extravagante.

É de assinalar que dados o número e a diversidade das operações relativas à implementação dos incentivos, faz-se necessária uma fiscalização rigorosa e de caráter permanente. Tal providência, entretanto, depende da existência de condições de que, infelizmente, as administrações tributárias não dispõem a contento.

Conclusão

Diante do exposto acima, considerando as informações contidas nas reportagens encaminhadas a esta Consultoria Legislativa, acreditamos haver indícios de fraudes perpetradas contra os Fiscos Federal e Estadual. Os supostos ilícitos demonstram uma deficiência da fiscalização tributária em relação às operações realizadas na Zona Franca de Manaus e nas ALC, sobretudo em função da falta de estrutura física e de pessoal.

Todavia, para que sejam confirmadas a notícias ora analisadas, com apoio no art. 50, § 2º, da Constituição da República, c/c o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sugere-se o encaminhamento de requerimento de informações aos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de que sejam esclarecidos os fatos relatados e informadas eventuais providências adotadas pelo governo federal visando à otimização da fiscalização tributária nas áreas de livre comércio da Região Norte.

2 Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

Colocamo-nos, por fim, à disposição do Senhor Senador para outros esclarecimentos e solicitações que julgar necessários.

Consultoria Legislativa, 24 de fevereiro de 2006.

– **Raphael Borges Leal de Souza**, Consultor Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, parecer que será lido pela Sra. 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Stheissenko.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 187, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício “S” nº 6, de 2004 (nº 70/2004, na origem), do Supremo Tribunal Federal, encaminhando ao Presidente do Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal e demais peças necessárias.

Relator: Senador **Pedro Simon**

Relator **ad hoc**: Senador **Aloízio Mercadante**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão o Ofício “S” nº 6, de 2004 (Ofício nº 70-P/MC, na origem), mediante o qual o Excelentíssimo Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim, encaminha, para os fins previstos no art. 52, X, da Constituição Federal, peças referentes à decisão daquela Suprema Corte nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4-DF, no qual declarou-se a constitucionalidade da expressão constante do § 1º do art. 55 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União nº 8.443, de 16 de julho de 1992, “manter ou não o sigilo quanto ao objeto, e à autoria da denúncia”, e do contido no disposto no Regimento Interno do TCU, que, quanto à autoria da denúncia, estabelece a manutenção do sigilo.

É o seguinte o teor do mencionado dispositivo onde se situa a expressão declarada constitucional:

Art. 55.

§ 1º Ao decidir, caberá ao Tribunal manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia.

A decisão a que se refere a norma incriminada diz respeito ao julgamento das irregularidades ou ilegalidades levadas ao conhecimento do TCU, às quais aquela Corte deve dar tratamento sigiloso enquanto não houver decisão definitiva sobre a matéria.

Trata-se o feito, que concluiu pela inconstitucionalidade dessa expressão, conforme o Relator do processo, Ministro Carlos Veloso, de mandado de segurança com fundamento no art. 102, I, d da Constituição Federal, impetrada por Euclides Duncan Janot de Matos, contra ato do Presidente do TCU que, mediante despacho exarado no Processo TC-002369/2001-8, negou, com fulcro no preceito legal mencionado, pedido de fornecimento da identificação completa do seu denunciante.

Sustentava, em síntese, o impetrante que a negativa de fornecimento da identificação pretendida da pessoa do seu denunciante, cuja denúncia não foi comprovada por aquela Corte de Contas, impede-o de buscar a reparação dos danos dela decorrentes, e, com isso, restariam malferidos os incisos V, X, do art. 5º da Constituição da República, que autoriza a prestação da tutela jurisdicional na forma de indenização por dano material e moral originados de violação dos direitos fundamentais de intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como o inciso XXXV que trata da indeclinabilidade da pretensão jurisdicional.

Igualmente restariam postergados com a decisão denegatória do pedido pelo TCU, segundo o impetrante, os incisos IV e XXXIII do art. 5º da Constituição, relativos, respectivamente, à vedação do anonimato e ao direito universal de obtenção de informações dos órgãos públicos, com a única ressalva do sigilo imprescindível à segurança social e estatal, que não poderia ser invocada, no caso.

Em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal, do dia 3-12-2003, vencido o Ministro Carlos Britto, o Mandado de Segurança foi deferido e a expressão “manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia”, constante do art. 55, § 1º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, foi julgada ofensiva ao art. 5º incisos V, X, XXXIII e XXXV, da Constituição da República, e bem assim o disposto no Regimento Interno do TCU, que estabeleceu que, quanto à autoria da

denúncia, seja mantido o sigilo, e, em consequência, uma e outra declaradas inconstitucionais.

O Ministério Público Federal, todavia, manifestou-se pela denegação da segurança, em parecer emitido pela Subprocuradora-Geral da República, Helenita Caiado Acioli e aprovado pelo Procurador-Geral, Geraldo Brindeiro, assim ementado:

Mandado de Segurança. Pedido de Identificação Completa do Denunciante no Processo TC-002.369/2001-8. Preservação da Identidade do Denunciante. Garantia do Sigilo da Autoria da Denúncia Formulada no TCU. Inexistência de Irregularidades nos Procedimentos Adotados pela Corte de Contas.

Parecer pela denegação da ordem.

O acórdão transitou em julgado em 30-4-2004 e foi encaminhado ao Senado Federal, por ofício datado de 13 de maio de 2004, acompanhado das cópias das notas taquigráficas do julgamento, do parecer do Ministério Público – e do texto legal contendo a expressão questionada – Lei nº 8.443/92.

Remetida a esta CCJ, na forma do art. 101, III do Regimento Interno do Senado Federal, aguarda decisão em caráter terminativo.

II – Análise

Nos termos do inciso X do art. 52 da Constituição Federal, compete ao Senado Federal, privativamente, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Ainda segundo o art. 97 da mesma Constituição, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público.

De seu turno, estabelece o Regimento Interno desta Casa, em seu art. 101, inciso III, que a esta Comissão compete propor, por projeto de resolução, a suspensão, no todo ou em parte, de leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (CF, art. 52, X), prescrevendo, ainda, no art. 387, que o projeto deve ser instruído com o texto da lei cuja execução se deva suspender do acórdão do Supremo Tribunal Federal, do parecer do Procurador-Geral da República e da versão do registro taquigráfico do julgamento.

Pelo que se extrai dos autos, a decisão encaminhada já transitou em julgado, cabendo ainda adu-

rir, quanto ao requisito do apontado art. 97 da Lei Fundamental, que, o comentado aresto, segundo a correspondente ata, foi chancelado pela maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal, vencido apenas o Ministro Carlos Britto.

Relativamente aos requisitos regimentais acima referidos, tampouco existem reparos a consignar, dado o seu inteiro atendimento nas várias peças que integram o processado.

Finalmente, à luz dos autos, consideramos oportunuo e conveniente a retirada do ordenamento jurídico da expressão constante dos textos normativos aqui referidos, declarada incidentalmente inconstitucional pelo STF, conferindo-se; em consequência, efeito **erga omnes** à decisão do Excelso Pretório prolatada nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal.

III – Voto

Ante o exposto, e com fulcro nos arts. 101, III e 388 do diploma regimental desta Casa, nosso voto é pela propositura do seguinte Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2006

Suspende a execução da expressão “manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia”, constante do § 1º do art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, e do contido no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, que, quanto à autoria da denúncia, estabelece a manutenção do sigilo.

O Senado Federal, no uso da competência que lhe confere o art. 52, X, da Constituição Federal, e, considerando o decidido pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos do Mandado de Segurança nº 24.405-4 – Distrito Federal, resolve:

Art. 1º Fica suspensa a execução da expressão “manter ou não o sigilo quanto ao objeto e à autoria da denúncia” constante do § 1º do art. 55 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 e do contido no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, quanto à manutenção do sigilo em relação à autoria de denúncia.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de janeiro de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: 15 Nº 1 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/3/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS).

PRESIDENTE:

RELATOR: Aloizio Mercadante

BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB,⁽²⁾, PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE	1-DELcíDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIAZI
MAGNO MALTA	4-PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENSEN	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾

PMDB

RAMEZ TEBET	1-LUÍZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCA	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO

PDT

JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS
-----------------	--------------

Atualizada em: 15/12/2005.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: 055 Nº 6 , DE 2004

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES CÉSAR BORGES					1 - ROMEU TUMA				
DEMÓSTENES TORRES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
EDISON LOBÃO	X				3 - JOSÉ AGRIPEINO				
JOSÉ JORGE	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOÃO BATISTA MOTTA					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
ALVARO DIAS					6 - TASSO JEREISSATI				
ARTHUR VIRGÍLIO					7 - EDUARDO AZEREDO				
JUVÉNCIO DA FONSECA	X				8 - LEONEL PAVAN				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾ , PLE PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR ⁽¹⁾				
ALOIZIO MERCADANTE	X				SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽¹⁾ , PLE PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO SUPlicY	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
FERNANDO BEZERRA					2 - PAULO PAIM				
MAGNO MALTA	X				3 - SÉRGIO ZAMBIAIS				
IDEI SALVATTI					4 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				5 - SIBA MACHADO				
SERYS SUESSARENKO	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	7 - MARCELO CRIVELLA (PMR)	X			
RAMEZ TEbet					SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
NEY SUASSUNA					1 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO	X				2 - GILVAM BORGES				
ROMERO JUÇA	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
AMIR LANDO	X				4 - ALMEIDA LIMA				
PEDRO SIMON					5 - LEONMAR QUINTANILHA (PCdoB)				
TITULAR - PDT					6 - GARIBALDI ALVES FILHO	X			
JEFFERSON PÉREZ					SUPLENTE - PDT				
					1 - OSMAR DIAS				
TOTAL:	17	SIM:	16	NÃO:	—	ABSTENÇÃO:	—	AUTOR:	—
								PRESIDENTE	1

SALA DAS REUNIÕES, EM 18/10/2006

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)
 U:\\ACC\\1205\\Reunião\\Votação nominal.doc (atualizado em 15/12/2005)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005
 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

Presidente



Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (Regulamento)

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 97. Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

d) o **habeas-corpus**, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o “habeas-data” contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 5/2006-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 18 de janeiro de 2006

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada em 18 de janeiro de 2006, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação dos Projetos de Resolução oferecidos como conclusão dos Pareceres da CCJ aos Ofícios “S” nºs: 49(1999; 50/1999; 52/1999; 6/2004; e 32/2004).

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Presidência comunica a abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Resolução nº 22, de 2006**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2003**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a *Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral*,

- para permitir o voto, ao eleitor que se encontra no exterior, nas eleições para governador, vice-governador e senador;*
- **Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o art. 15 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2004**, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais – Libras – em todas as etapas e modalidades da educação básica;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2004**, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que modifica o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade dos serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos;
 - **Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2005**, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que institui o dia 4 de outubro como o “Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde”; e
 - **Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2005**, de autoria do Senador José Jorge, que institui o Dia Nacional de Prevenção da Catapora ou Varicela.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os **Projetos nºs 398 e 420, de 2003; 180 e 219, de 2004; 347 e 352, de 2005**, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

- Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas perante a Mesa, às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004** (nº 708/2003, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções);

- **Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005** (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005** (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2005** (nº 4.110/2001, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Vitória – Eurico de Aguiar Salles” o aeroporto da cidade de Vitória – ES; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2005**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que prorroga até o exercício fiscal de 2016, inclusive, o prazo de que trata o disposto no art. 1º da Lei nº 8.685, de 1993, que cria mecanismos de fomento à atividade audiovisual e dá outras providências.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

- Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sra. 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Ofício nº 7, de 2006-CN (Nº 92-MCT/2006, do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, na origem), que encaminha ao Senado Federal o Relatório Anual de Avaliação da Utilização dos Incentivos Fiscais da Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, exercício 2005.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

- O ofício que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

- Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição, Sr. Presidente Romeu Tuma, para comunicação de Liderança, pela Bancada do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

- V. Ex^a está inscrito em primeiro lugar para uma comunicação urgente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por 15 minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Senadora Serys Slhessarenko, prezados Senadores, em abril do ano passado, por ocasião do seu comparecimento à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, quando expôs as diretrizes de política econômica, perguntei ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o que achava de tornar inteiramente transparentes as reuniões do Comitê de Política Monetária, o Copom, com transmissão ao vivo, seja pela Radiobrás, seja por outra emissora – a TV Senado poderia até ser uma alternativa –, ou 24 horas após. Seria a maneira de as pessoas conhecerem melhor como cada um dos nove diretores do Banco Central que fazem parte daquele Conselho desenvolve o seu raciocínio e defende os seus pontos de vista.

Atualmente, o Copom divulga a ata de suas reuniões na quinta-feira seguinte à sua conclusão – portanto, oito dias depois. As reuniões ocorrem na terça-feira ou na quarta-feira e, na quinta-feira da outra semana, é divulgada a ata do Copom.

Entretanto, ao lermos as atas com atenção, observamos que se procurou mostrar um ponto de vista relativamente homogêneo de seus participantes no que diz respeito à análise dos efeitos que cada um dos instrumentos de política econômica, sobretudo daqueles que são da responsabilidade das autoridades monetárias, têm sobre as variáveis econômicas, especialmente os níveis de produção, renda, investimento, empregos, juros, distribuição e outros.

Há ocasiões em que a ata registra que, digamos, por seis votos a três, o Copom decidiu diminuir, manter ou elevar a taxa básica de juros denominada Selic. Não se registra, todavia, quais os argumentos que foram apresentados pelos que recomendaram que fosse, por exemplo, mais forte a queda da taxa de juros. O mais comum é que se informe que a decisão foi tomada por unanimidade.

Passo a ler o item 19 da última ata, de 17 e 18 de janeiro de 2006, referente às decisões tomadas na 116ª reunião:

O Copom decidiu, por unanimidade, dar prosseguimento ao processo de ajuste da taxa de juros básica e reduzir a meta da taxa Selic para 17,25% ao ano, sem viés. Tendo em vista as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária e os riscos associados aos cenários traçados em cada momento, o Comitê avalia que será necessárioacom-

panhar atentamente a evolução do cenário prospectivo para a inflação até a sua próxima reunião, para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

Ao final da reunião, foi registrado que o Comitê voltaria a se reunir no dia 7 de março de 2006, na próxima terça-feira, para as apresentações técnicas, e no dia seguinte, quarta-feira, para a deliberação sobre a política monetária, conforme estabelecido pelo Comunicado nº 13.821, de 31 de outubro de 2005.

Naquela ocasião, abril do ano passado, o Ministro Antonio Palocci, perante a CAE, avaliou que não seria adequada a transmissão completa da reunião do Copom, mas sugeriu que a Comissão de Assuntos Econômicos convidasse seus membros para ali exporem seus pensamentos. Considerei boa a idéia e logo apresentei o requerimento para que pudéssemos ouvir o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e todos os demais membros do Copom numa única reunião, esta com transmissão pela TV Senado, como costuma ocorrer com as nossas reuniões regulares.

Pois bem, aprovado o requerimento, ainda não houve a reunião com o comparecimento dos diretores do Copom na nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

O Presidente da CAE, Senador Luiz Otávio, incumbiu-me de conversar com o Presidente Henrique Meirelles para marcá-la o quanto antes, se possível em março. Hoje pela manhã, liguei duas vezes ao Presidente Henrique Meirelles e estou aguardando a sua comunicação para marcar o dia, uma vez que estou incumbido pelo Presidente da CAE, repito, de ver em qual terça-feira, dia de reunião regular da CAE, comparecerão os nove membros do Copom a fim de dialogar conosco, Senadores, sobre como eles afinal raciocinam e decidem com relação ao nível de taxa de juros.

O que será importante perguntar, ainda mais à luz dos resultados do crescimento do PIB de apenas 2,3%, e do PIB **per capita** de apenas 0,8%, em 2005, é se nenhum dos membros do Copom tem apresentado argumentos suficientemente convincentes para os demais de que um decréscimo mais rápido da taxa de juros básica será consistente com os objetivos tanto de estabilidade de preços quanto de maior crescimento da economia, da renda e do emprego.

Quando de sua última exposição perante a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, realizada em fevereiro último, o Presidente Henrique Meirelles ressaltou a importância de o Banco Central estar envidando esforços para se fazerem cumprir as metas de inflação, as quais vêm sendo razoavelmente alcançadas. A inflação, medida como

a variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, foi de 5,69% em 2005, registrando queda pelo terceiro ano consecutivo e sendo a menor variação registrada desde a introdução do regime de metas no País.

É claro que a estabilidade de preços é um objetivo importante e saudável. Possibilita um ambiente positivo para que a economia cresça de forma organizada e evita o processo de concentração de riqueza decorrente do processo de crescimento dos preços, que normalmente acaba beneficiando muito mais os ricos do que os pobres. Mas é necessário perguntar como seria possível compatibilizar a estabilidade de preços com maior crescimento da economia. Em que medida a queda mais acentuada da taxa de juros poderia estar proporcionando o maior estímulo aos investimentos, maior crescimento da capacidade produtiva, maior demanda por empregos produtivos e, consequentemente, maior crescimento da economia de maneira mais compatível com a potencialidade da economia brasileira?

Ademais, a diminuição mais acelerada da taxa de juros básica poderá contribuir para um certo desestímulo ao ingresso de capitais de natureza especulativa e, conseqüentemente, para que a taxa de câmbio, ou o real, não se valorize tanto como nos últimos meses e ao longo do ano. Dessa forma, estaríamos contribuindo para um outro objetivo importante, que é o de estimularmos mais as exportações, nem tanto as importações, com efeitos positivos para o crescimento da produção e do emprego.

Ressalto que, muito embora tenha havido um crescimento significativo das exportações, que atingiram um recorde ao longo de 2005, a política de juros altos tem tido efeitos no sentido de dificultar as exportações. Com o imenso diferencial de juros entre o Brasil e o resto do mundo, as aplicações em reais tornaram-se excepcionalmente atraentes, o que motivou o ingresso de capital do exterior. Essa entrada de capitais tem contribuído para a apreciação do real, o que tem um lado positivo, pois acelera a queda da inflação, mas diminui, por outro lado, o crescimento da economia e solapa aos poucos o ajustamento das contas externas, um dos grandes resultados da economia brasileira desde 2002.

Os dados do IBGE mostram a gradual desaceleração das exportações em 2005, fato que se deve provavelmente aos efeitos da valorização do real sobre a rentabilidade e a competitividade de produtos e serviços brasileiros. A taxa de crescimento do volume das exportações de bens e serviços (em comparação com igual trimestre do ano anterior) caiu de 16,2% no quarto trimestre de 2004 para 13,6% no primeiro tri-

mestre de 2005, 12,9% no segundo trimestre, 12,3% no terceiro e 8,1% no quarto trimestre de 2005.

Com a persistência e o agravamento do problema da sobrevalorização do real, neste início de 2006, essa desaceleração das exportações deve prosseguir. Ao mesmo tempo, aumenta o incentivo a importar e a realizar outros gastos no exterior. A apreciação cambial prejudica o crescimento por dois lados, portanto: reduz a demanda externa por produção brasileira e transfere demanda interna de bens e serviços nacionais para bens e serviços do exterior.

Há um outro aspecto importante. O Copom tem a responsabilidade de pensar sobre um importante objetivo expresso tanto na Constituição brasileira, mas também e reiteradas vezes pelo Presidente Lula: o de contribuir para melhorar a distribuição da riqueza e da renda.

Sabem perfeitamente os membros do Copom que as taxas de juros muito altas acabam beneficiando aqueles que recebem juros na sociedade brasileira. E quem são esses? São os que têm acesso aos títulos financeiros, sejam as instituições financeiras ou aqueles que adquirem títulos no mercado de capitais.

O Copom deve ter muito clara a resposta para dar aos Senadores e às Senadoras sobre a seguinte questão: quais os efeitos sobre a distribuição da renda e da riqueza de políticas que fazem as taxas de juros serem tão altas na economia brasileira, tão mais altas do que em qualquer outro país do mundo?

Senador Tião Viana, tenho em mãos a Ata da última reunião do Copom. Saliento que aqui não está explicitada a questão dos efeitos das altas taxas de juros sobre a distribuição da renda e da riqueza. Sugiro, construtivamente, aos membros do Copom, aos nove diretores do Banco Central, que demandem do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas e do Ipea um estudo a respeito de como é que se distribui a titularidade de títulos entre a sociedade brasileira. Será que os membros do Copom têm a consciência de que os proprietários de títulos financeiros que recebem juros constituem uma parcela relativamente pouco significativa em relação ao conjunto da população brasileira? É importante que tenham ciência disso, pois os juros pagos referentes aos títulos da dívida pública no ano passado corresponderam a algo como R\$157 bilhões. Será que sabem os membros do Copom que os proprietários desses títulos são, por exemplo, os proprietários das instituições financeiras e aqueles que puderam adquirir títulos por meio de intermediários? Quem são esses? Creio que será muito importante que os membros do Copom respondam a essas perguntas.

Outro efeito indireto da política de juros sobre o crescimento ocorre exatamente nas finanças públi-

cas. Como a maior parte da dívida pública é interna, de curto prazo ou diretamente referenciada à Taxa Selic, o aumento da taxa de juros pelo Banco Central afeta pesadamente o custo da dívida e as finanças do Governo. As despesas dos juros do setor público não financeiro aumentaram de 7,3% do PIB em 2004 para 8,1% do PIB em 2005. Segundo o próprio boletim do Banco Central, o crescimento dos juros no ano “refletiu a elevação do nível médio da Taxa Selic, que passou de 16,25% ao ano em 2004 para 19,05% ao ano em 2005”. Em consequência, o Governo foi levado a empenhar-se na geração de um superávit primário (definido como a diferença entre as receitas e os gastos não financeiros) ainda mais alto em 2005. A carga tributária continuou aumentando, os investimentos públicos continuaram deprimidos e, em função desses e de outros fatores, o superávit primário do setor público não financeiro aumentou de 4,59% do PIB em 2004 para 4,84% do PIB em 2005, superando amplamente a meta oficial, de 4,25% do PIB. A política fiscal apertada foi mais um fator a retirar demanda do sistema econômico e a contribuir para o baixo crescimento em 2005.

Em 2006, é provável que haja alguma recuperação da economia – torço por isso, Sr. Presidente. Houve um aumento significativo do salário mínimo em termos reais; o programa Bolsa Família continua em expansão, o que é positivo; a TLPJ que é usada nos empréstimos do BNDES foi reduzida; houve alguma correção na tabela do Imposto de Renda na fonte e o Presidente Lula está empenhado em recuperar os investimentos públicos e em não permitir que o superávit fiscal primário volte a exceder a meta oficial. Tudo isso estimula a atividade econômica.

Outro fator positivo é a redução da Taxa Selic por parte do Banco Central, mas que tem ocorrido em ritmo muito lento. Obviamente, todos estão atentos à decisão do próximo dia 7 ou 8. Todos ou quase todos os indicadores disponíveis estão mostrando que a política monetária pode ser afrouxada mais rapidamente. A economia está crescendo pouco, existe capacidade ociosa na maioria dos setores, as taxas de desemprego e subemprego ainda são muito altas, o câmbio está se valorizando de modo preocupante, e as taxas de inflação estão sob controle. Enfim, sobram motivos para que o Copom diminua a Taxa Selic de maneira mais expressiva nessa próxima reunião. Uma redução de apenas 0,75%, como na última, não será adequada. É necessário, acredito, mais. Quem sabe uma redução de 1,5 a 2% seria recomendável nas circunstâncias atuais.

Mas será ótimo, Sr. Presidente, se o Presidente do Banco Central puder comparecer com os demais membros do Copom à Comissão de Assuntos Econô-

micos na terça de manhã, antes que se inicie a reunião desta Comissão na terça de tarde, justamente para que tenhamos maior transparéncia na forma como os diretores do Banco Central refletem a respeito de importante decisão que atinge toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, como Líder do PTB, por cinco minutos; em seguida, ao Senador Tião Viana e, depois, ao Senador Cristovam Buarque, pelo PDT.

Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a está inscrita como oradora ou como Líder?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Tanto faz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Está bom.

Senador Sérgio Zambiasi, vou contar o tempo de V. Ex^a.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, A Sras. e Srs. Senadores, li na revista **ISTOÉ** desta semana declaração do Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, a respeito da “Voz do Brasil”. Afirma o ilustre Parlamentar não ser contra o programa em si. A “Voz do Brasil” é uma necessidade, mas não pode ser imposta como ditadura” – disse Aldo Rebelo, que resolveu dar prioridade à votação do projeto que flexibiliza a apresentação do programa.

Quero registrar aqui, desta tribuna, o meu apoio à decisão do Presidente Aldo Rebelo. Semana passada, falei a respeito desse assunto com o Presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, uma vez que tramita aqui, no Senado, projeto de minha autoria, apresentado em março de 2003, que trata do tema. O Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2003, tem parecer favorável do ilustre Senador Garibaldi Alves Filho, na CCJ. A proposta pretende apresentar ao País uma solução ao problema constituído pelo debate entre emissoras de radiodifusão sonora e Governo quanto à obrigatoriedade da transmissão do programa “Voz do Brasil”.

De um lado da disputa, crescente no meio radiofônico, fica a alegação de autoritarismo e inconstitucionalidade, consubstanciados no tolhimento da liberdade de expressão e audiência, associada à argumentação de natureza econômica, visto que o horário prescrito pela Lei nº 4.117, de 1962, é nobre e, portanto, caro. De outro, ficam as alegações governamentais de que são atendidos os interesses nacionais, com os testemunhos de audiência nos mais longínquos rincões deste imenso País.

Quanto ao primeiro argumento, salienta-se que a restrição é anacrônica, diante dos princípios exarados na Constituição Federal de 1988, especialmente quando garante que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição” e “nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social”.

Nos últimos anos, diversas emissoras têm obtido o provimento judicial para não cumprir tal obrigatoriedade, estando entre as primeiras, para citar apenas alguns casos conhecidos no Sul do País, a Alpha FM Ltda., a Planalto FM Stereo Som Ltda., a Rede Autonomista de Radiodifusão Ltda., a Rádio Musical de São Paulo Ltda., a Rádio Eldorado Ltda., a Rede Central de Comunicação Ltda., e a Rádio Transamérica de São Paulo Ltda. Mais recentemente, tal provimento foi garantido também à Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão, em favor de suas afiliadas, estando essa última decisão suspensa em razão de recurso com efeito suspensivo recebido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Ocorre que, mais recentemente, a Presidência da República, sem qualquer justificativa, vem indeferindo, sistematicamente, pleitos dessa natureza.

Argumentamos, veementemente, que a veiculação do programa “Voz do Brasil” em outro horário não acarretaria qualquer prejuízo para os ouvintes ou para os órgãos responsáveis por sua produção. Já a sua veiculação em horário fixo impossibilita que as emissoras orientem seus ouvintes em momentos nos quais é mais necessário o papel fundamental do rádio – qual seja, o de informar a população a respeito de assuntos emergentes, tais como sobre trânsito, clima, calamidades –, além de frustrar as transmissões de eventos ao vivo.

Dante do exposto, apresenta-se eficaz solução, que é o estabelecimento de uma faixa mais ampla de horário, compreendida entre as 18 horas e 23 horas, dentro da qual as emissoras poderão inserir o programa. Beneficiam-se com isso as emissoras, que poderão decidir o horário em que veicularão a programação – que deverá ser transmitida como um bloco indivisível, à exceção dos casos de calamidade pública –, e beneficiam-se os ouvintes, que encontrarão opção de programação em qualquer horário, podendo, inclusive, optar por acompanhar a “Voz do Brasil” mais cedo ou mais tarde.

Meu projeto não é o único que tramita nesta Casa. O Senador Delcídio Amaral apresentou proposta na mesma direção em 2004. Em 2005, os Senadores Al-

varo Dias e José Jorge também apresentaram projetos que flexibilizam as transmissões da “Voz do Brasil”.

Carta do Presidente da Abert, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Sr. José Inácio Pizani, também argumenta que, no escopo de melhor atenderem a população por elas servidas, diversas emissoras, durante vários anos, mas sempre extraordinariamente, solicitavam por intermédio da Abert, e obtinham, a alteração do horário de veiculação da “Voz do Brasil” junto aos órgãos competentes, no intuito de transmitirem, no horário compreendido entre as 19 horas e 20 horas, notícias, eventos culturais e esportivos, ou seja, realizarem uma mais eficiente prestação de serviço.

Porém, ultimamente, segundo o presidente da entidade, as requisições vêm sendo reiteradamente indeferidas pela Presidência da República, impossibilitando que as emissoras orientem seus ouvintes em momentos nos quais é mais necessário o papel fundamental do rádio, o de informar a população, vez que restam impedidas de transmitir notícias sobre trânsito, clima, situações de calamidade ou iminente perigo público, além de frustrada a transmissão de eventos esportivos e culturais ao vivo.

Na semana passada, tive oportunidade de tratar deste assunto, primeiramente, com o Senador Tião Viana e, posteriormente, com o Presidente Lula, que se mostrou favorável à possibilidade da transmissão em horários alternativos, mas afirmou que é preciso encontrar uma forma para que a mudança seja justa para todas as emissoras.

Sr. Presidente Romeu Tuma, analisando todas as sugestões, fica claro que não se pretendem abolir as transmissões. Todos reconhecemos a importância do programa que vai ao ar desde 22 de julho de 1935. O que se quer é a democratização do horário e que cada emissora possa levar ao ar o programa de rádio estatal de acordo com os interesses de suas programações e de seus ouvintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Sérgio Zambiasi, desculpe-me, mas, historicamente, acompanhamos de perto – o Presidente José Sarney deve se lembrar – períodos muito difíceis em que as pessoas do Nordeste e do Norte, regiões inóspitas que praticamente não tinham informação nenhuma, obtinham, pela “A Voz do Brasil”, conhecimento do que ocorria no País. Hoje, com a tecnologia em permanente avanço, com as transmissões pela televisão, pode-se reenquadrar e trazer nova forma, mas a informação oficial é feita pelo noticiário dos Três Poderes. Portanto, concordo com V. Ex^a, mas não nos esqueçamos da importância da “A Voz do Brasil”

no passado, único acesso a cidadãos de várias regiões que não tinham notícias do que ocorria dentro do nosso País.

Peço desculpas a V. Ex^a porque é um homem que conhece bem o sistema de comunicação e tem todas as condições de encontrar o caminho correto para isso.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente, permita-me mais um minuto. Apenas para reconhecer, faço questão, a importância do programa e esclarecer que nenhum dos projetos apresentados nesta Casa prevê a abolição das transmissões. Temos aqui sessões extremamente importantes de votações em que as transmissões da Rádio Senado são interrompidas exatamente devido à obrigatoriedade da transmissão de "A Voz do Brasil". A nossa proposta, minha e dos Senadores Delcídio Amaral, Alvaro Dias, José Jorge, e outras que tramitam na Câmara prevêem apenas a flexibilização, a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concordo com V. Ex^a, não há nenhuma contradição.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – É verdade, exatamente. É só para deixar bem claro que entendemos a função social do programa "A Voz do Brasil"; não concordaríamos com sua abolição porque o que estamos propondo, eu e inúmeros colegas Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Zambiasi, vou dar mais um segundo para que V. Ex^a termine porque sou culpado por prejudicar o Senador Tião Viana.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Como eu dizia, estamos defendendo exatamente a possibilidade de oferecer essa flexibilização. Houve momentos, Sr. Presidente, lembro-me, durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, com a presença do Presidente Lula recém-eleito e empossado, em que o pronunciamento de Sua Excelência foi interrompido exatamente porque chegava a hora em que, obrigatoriamente, se transmitia, em rede nacional, "A Voz do Brasil". Esse programa, como já disse, tem 76 anos, tempo de experiência bastante interessante; há toda uma cultura de acompanhamento mas, como V. Ex^a mesmo referiu, hoje os próprios Poderes têm seus veículos de rádio, de televisão e jornais que facilitam muito o acesso democrático às informações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, por 15 minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Romeu Tuma, é uma satisfação tê-lo

na Presidência da Casa, Sra.s e Srs. Senadores, no último final de semana, tivemos uma matéria na revista **Veja** com fortes críticas à política ambiental do Governo e insinuações muito delicadas sobre a dignidade da vida pública da Pasta do Ministério do Meio Ambiente do Governo do Presidente Lula.

Na grata satisfação de sempre estar vigilante e com a responsabilidade que tenho de companheiro e amigo da Ministra Marina Silva, uma referência de vida e uma referência moral e de figura pública para nosso País, julgo-me completamente no dever ético de trazer os esclarecimentos que a matéria merece porque é parte do debate democrático, da liberdade de imprensa, do papel da imprensa de fiscalizar e emitir seu juízo sobre determinadas matérias. No caso, foi a área de meio ambiente alvo de dura crítica pela revista, o que suscitou nota de esclarecimento do Ministério do Meio Ambiente que passo a ler.

Carta do Ministério do Meio Ambiente à Imprensa sobre as conclusões da CPI da Biopirataria.

Com relação às notícias publicadas pela revista **Veja**, destacando informações contidas no relatório da CPI da Biopirataria sobre indícios de desvio de finalidade do Plano Safra Legal, o Ministério do Meio Ambiente esclarece que agiu imediatamente ao tomar conhecimento, ainda em janeiro de 2005, de que caminhões transportando madeira estariam circulando com adesivos irregulares na Amazônia.

O que o Ministério do Meio Ambiente fez? De imediato, o Ibama designou vários fiscais para realizar levantamento preliminar da situação e, de posse dos indícios de irregularidades, encaminhou as denúncias à Polícia Federal para investigação e identificação de responsabilidades a partir de provas concretas.

Ao mesmo tempo, o Ibama reforçou a fiscalização no pátio das serrarias em Altamira e Anapu, no Pará, onde foram apreendidos trinta e seis mil metros cúbicos de madeira de diversas origens e aplicadas multas no valor total de R\$8 milhões, já em fevereiro de 2005.

As investigações por parte da Polícia Federal continuam e, a exemplo do que ocorreu em outras ocasiões, chegarão à identificação objetiva de responsabilidades. Nesses poucos mais de três anos do atual Governo, foram realizadas nove grandes operações da Polícia Federal a partir de informações disponibilizadas pelo Ibama: Curupira I, no Mato Grosso, em 2005; Curupira II, no Mato Grosso e em

Rondônia em 2005, e Operação Ouro Verde no Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Rondônia e Rio Grande do Norte, em 2005. Isso resultou na prisão, Sr. Presidente, de 236 pessoas, sendo 75 servidores públicos federais e estaduais que atuavam, em sua maioria, há mais de 10 anos na região.

Como nesses casos, o Ministério do Meio Ambiente adotará de pronto as medidas administrativas pertinentes, sejam elas a de exoneração de gestores que ocupam cargos de confiança ou a abertura de processos disciplinares que podem levar à demissão de servidores públicos de carreira quando as investigações da Polícia Federal ou as que vierem a ser realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente, em decorrência do relatório da CPI, apontarem o envolvimento de servidores do Ibama.

É importante ressaltar que a região de Altamira e Anapu já havia sido objeto de ações específicas por parte do Ibama, antes mesmo de o governo lançar, em março de 2004, o plano de ação para prevenção e controle do desmatamento da Amazônia, reunindo 13 ministérios coordenados pela Casa Civil. O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estabeleceram como prioridade a atuação no Pará, campeão de desmatamento até 2002 e palco de violentas disputas por terras griladas. Tanto que, ainda em 2003, foi realizada a maior operação integrada de fiscalização na região de Altamira e Anapu, reunindo Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Incra e INSS, resultando na apreensão de 44 mil metros cúbicos de madeira.

Também foram cancelados os planos de manejo em terras griladas, aprovados irregularmente pelo Ibama até 2002. Desde 2003 foram cancelados mais da metade dos planos de manejo no Pará. A forte atuação da fiscalização e o cancelamento dos planos de manejo irregulares levaram o setor madeireiro da região a uma ação de bloqueio das rodovias que dão acesso ao Município de Altamira durante duas semanas em novembro de 2003.

Em meio a essa nova realidade da inibição das atividades predatórias, o Plano Safra Legal foi discutido com centenas de entidades da sociedade civil e associações empresariais, como única forma de exploração legal e sustentável dos recursos madeireiros no Pará, onde cerca de 85% das terras são públicas.

Foram autorizados os desmatamentos de no máximo 3 hectares em lotes de assentamento do Incra, nos termos da Instrução Normativa número 3, de 2002, anterior, portanto, à atual gestão. As primeiras autorizações de desmatamento foram liberadas em novembro de 2004, concedidas aos proprietários dos lotes nos assentamentos. Mas o Ibama não concedeu as Autorizações de Transporte de Produtos Florestais – ATPF – às empresas madeireiras, pois essas não comprovaram a reposição florestal exigida pela legislação em vigor. As empresas que transportaram madeira sem autorização foram multadas e tiveram a madeira apreendida.

Resultados:

Com essas ações e a implementação do Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento, os resultados começam a surgir. O mais expressivo foi a redução de 31% na taxa de desmatamento, no período de 2004/2005, após pequenos acréscimos de 6% em 2003 e 2004.

Essa foi a maior queda nos últimos nove anos. No caso do Pará, houve uma redução de 30% na taxa de desmatamento em relação a 2002, tirando o Estado da condição de líder do desmatamento. A emissão de Autorização para o Transporte de Produtos Florestais (ATPF) foi reduzida em 65%.

Em Altamira, os resultados foram ainda mais significativos: a área desmatada, que era de 1.497 km² entre julho de 2003 e agosto de 2004 caiu para 252 km² de julho de 2004 a agosto de 2005, período em que ocorreu o *plano Safra Legal*. Segundo o maior município em área desmatada na Amazônia em 2004, Altamira caiu para o 11º lugar no ranking dos municípios com maior área desmatada em 2005.

Além das ações coercitivas, o Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando para o estabelecimento de marcos legais e condições institucionais que permitam o desenvolvimento de atividades de exploração florestal em bases sustentáveis, com a elaboração do Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, já aprovado pelo Congresso Nacional e que será sancionado hoje pelo presidente Lula. Essa norma permitirá o ordenamento da atividade madeireira, o combate à grilagem de terras públicas e estimulará o desenvolvimento sustentável e a proteção da floresta.

Com esse novo instrumento de gestão dos recursos florestais, o Ministério propôs, e o Presidente já aprovou, a criação do primeiro Distrito Florestal Sustentável do Brasil, localizado na área de influência da BR-163, com área destinada à exploração madeireira de 5 milhões de hectares, o qual permitirá a integração de um conjunto de políticas públicas destinadas a promover um rápido desenvolvimento do setor florestal em bases sustentáveis, onde devem ser criados pelo menos 100 mil novos empregos diretos.

Creamos que, dessa forma, estamos enfrentando adequadamente os desafios que nos foram colocados pelo Presidente Lula e pela sociedade brasileira.

Essa é a carta do Ministério do Meio Ambiente, objetiva, direta e que responde a toda e qualquer dúvida que tenha ficado na matéria da revista **Veja**.

Considero grave querer atingir a Ministra Marina Silva no aspecto ético ou acusando-a de suposta omissão. Na consciência profissional, na consciência de qualquer atividade pública, a Ministra Marina é uma referência de vida pessoal, é uma referência de vida pública e é um exemplo de responsabilidade com a vida pública deste País. Portanto, acho que esses esclarecimentos são suficientes.

Antes de concluir, vou conceder a palavra ao Senador Romero Jucá e à Senadora Ana Júlia. Farei manifestação sobre ela, seguramente, quando ela também estiver na tribuna, prestando os seus esclarecimentos, a exemplo do que fez o Ministério do Meio Ambiente. Ela já foi, inclusive, alvo de ataques, há meses, por matéria semelhante.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Senador Tião Viana, pedi este aparte também para me solidarizar com a Ministra Marina Silva, nossa companheira do Senado, que tem um papel extremamente importante na discussão ambiental do Brasil, que tem uma história nessa área. Aquelas pessoas que discordam dela podem discordar no mérito, mas jamais lhe poderiam imputar um comportamento errônneo. V. Ex^a traz as explicações necessárias. A Ministra também já se posicionou, e quero aqui, em nome da Liderança do Governo e também em nome do PMDB, registrar a nossa atenção, o nosso respeito e o nosso reconhecimento à Ministra Marina Silva pela sua seriedade, serenidade e responsabilidade. Volto a dizer: muitos podem discordar da ação concreta e da intervenção da Ministra e da linha que ela defende, mas alegar qualquer tipo de irregularidade, de má conduta ou de ilação a S. Ex^a é realmente lamentável. Só po-

demos creditar isso ao período pré-eleitoral, quando se cometem tantas arbitrariedades, tantas injustiças. Aqueles que não têm responsabilidade e não têm proposta tentam descharacterizar os seus opositores. Em vez de apresentarem propostas alternativas, preferem agredi-los e imputar-lhes inverdades. É lamentável que esse fato ocorra com a figura humana e profissional que é a Ministra Marina Silva. Parabenizo V. Ex^a pelas ponderações feitas no plenário.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romero Jucá, que fala em nome da Liderança do Governo, da Base de apoio ao Governo na Casa e, seguramente, é um testemunho vivo, de grande experiência na Amazônia sobre política ambiental, de um modelo de desenvolvimento que se tenta construir para a Amazônia nos últimos anos. Essa é uma luta dura, difícil, porque a irracionalidade, a idéia do lucro fácil, muitas vezes, toma conta da atividade econômica que se faz presente na região. Precisamos de um marco regulatório efetivo nessa área. A Ministra Marina tem dado a sua vida a essa causa. Como ela diz, não é mais a causa que a motiva; ela faz parte da causa quando o assunto é política ambiental.

Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A Sra. Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Tião. Quero parabenizá-lo e também a Ministra Marina por essa nota do Ministério do Meio Ambiente que vem exatamente dizer o porquê dessa matéria. Ela é esclarecedora. Eu, que sou da região, sei exatamente quem foram os atingidos com as ações para acabar com a grilagem e com o desmatamento. Nós sabemos o que significa isso. Eu sei o preço que temos de pagar por combater grileiro de terra, por combater aqueles que fazem parte do consórcio que financia a violência e a morte, inclusive, de trabalhadores rurais, Senador Tião Viana. Foram esses interesses que o Ministério do Meio Ambiente, de forma muito firme, atingiu. Imaginem que o funcionário do Ibama responsável pela autorização de milhares de permissões de desmatamento em Altamira era quem estava “assessorando” a CPI. Imaginem. Assessora a CPI aquele que autorizou planos que o Ibama, depois, suspendeu em virtude de irregularidades. É impressionante! Eu já estou processando essa revista e terei oportunidade de falar sobre isso. Todos dizem que quem processa um órgão de imprensa fica marcado. Eu, Senador Tião Viana, não me importo de ficar marcada. Confesso que o ano 2005 teve a vantagem de deixar-nos calejados contra calúnias absurdas, pois ficou provado não ser verdade tudo que foi dito contra nós. Mas era preciso caluniar, então decidiram caluniar, inventar, porque esse é o único caminho para nos atingir. Não serei

leviana, Senador, como alguns órgãos de imprensa o são. Não o serei jamais, porque não posso cometer a leviandade de acusar a, b ou c. Quero dizer que não estou acusando, mas recebi a denúncia – espero que um dia ela seja investigada – de que essa matéria teria – quero falar nesse tempo verbal – custado meio milhão de reais, e metade disso teria sido financiado por esses grileiros que tiveram seus interesses contrariados, assim como os do consórcio. Quando presidi a comissão que acompanhou as investigações sobre o assassinato da Irmã Dorothy, dizia sempre que nem todos os que são responsáveis por mortes neste País, mas principalmente lá no Pará, que é o Estado campeão de violência e de morte no campo, estão sentados no banco dos réus. Muitos estão soltos e continuam, infelizmente, com muito poder financeiro e econômico, e metade desse meio milhão de reais teria sido pago exatamente por esse grupo de pessoas que teve os seus interesses atingidos. Então, quero aqui também prestar solidariedade à Ministra Marina Silva e dizer que sou tão vítima quanto ela, exatamente porque combati a minha vida inteira e V. Ex^a sabe disso essas práticas absurdas e, por isso, sei que sou vítima. Já distribuí a todos os Parlamentares desta Casa os esclarecimentos necessários e continuarei processando todos aqueles que disserem calúnias, porque é um absurdo, depois de ser investigado, depois de ser comprovado que é falso, levantarem-se ilações: "Prevaricaram porque não estavam indiciados". Quando a revista **Veja** levantou a primeira denúncia sobre o Safra Legal, realmente nem eu nem o gerente do Ibama, em Belém... Até porque não tem nenhuma responsabilidade técnica o gerente do Ibama em Belém, o Sr. Marcílio, porque não está sob sua jurisdição o Safra Legal. E acho que, se ocorreram irregularidades, elas têm que ser apuradas. Mas quero dizer, Senador, como V. Ex^a disse, que esse é um processo positivo. Aliás, o normativo do Safra Legal foi criado ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, não neste Governo, exatamente para ser uma alternativa antes de termos uma norma legal, que agora temos e está sendo sancionada pelo Presidente Lula, que é o Projeto de Gestão de Florestas. Queria agradecer a V. Ex^a, Senador Tião Viana, e parabenizá-lo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a Senadora Ana Júlia Carepa, com quem tive oportunidade de iniciar minha militância política no início dos anos 80, no Pará, e de quem guardo as melhores lembranças éticas e de responsabilidade política e social na luta por um Brasil mais justo e correto. Seguramente, poderei apartear-a quando da vinda de S. Ex^a à tribuna e contribuir para sua defesa também.

Concedo o aparte à Senadora Heloísa Helena, já agradecendo ao Presidente pela compreensão, para depois eu fazer o encerramento.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Tião Viana, sinto-me não na obrigação de apartear, porque faço com alegria este comentário. Sabe V. Ex^a que, especialmente depois das últimas experiências que tive na minha vida, eu não ponho a mão no fogo por quase ninguém, para que ela não vire churrasco; sabe V. Ex^a exatamente tudo o que penso do mundo da política. Sobre a matéria, acho que é necessário ser investigado o que está sendo colocado e que é muito grave. Então, o comentário que tenho a fazer é até lacônico: pela Ministra Marina, eu ponho a mão no fogo. Quanto ao resto da matéria, vamos investigar, vamos analisar, vamos fazer aquilo que é nossa obrigação constitucional. Agora, sabe V. Ex^a das divergências que tenho em relação à condução da política ambiental, mas não porque julgue a Ministra despreparada. Não é. É uma das mulheres mais competentes que este País já viu, é uma mulher muito sensível. Às vezes pode até propor algo como foi no debate da gestão da Amazônia, em que fui absolutamente contra. Eu até brincava e dizia que, se eu tivesse a certeza de que ela ficaria **ad infinitum** nos próximos oitenta anos, eu até ficaria mais tranquila, mas, como tenho uma compreensão distinta da gestão de aparelho de Estado... Então, sobre a matéria, vamos investigar, vamos cumprir nossa obrigação, que é fiscalizar. Vamos analisar tudo como deve ser analisado. Agora, por ela, Marina Silva, por essa eu boto a mão no fogo.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço à Senadora Heloísa Helena, que partilha comigo este sentimento de respeito à dignidade e à integridade da Ministra Marina. Suas palavras só engrandecem, como qualquer gesto de respeito, a figura da Ministra Marina Silva.

As divergências são em relação à concepção de desenvolvimento, que seguramente são boas, para que se possa fazer o melhor pela Amazônia, quando o assunto é política ambiental na região.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Encerrei, Sr. Presidente, fazendo uma ponderação para que a revista **Veja**, no seu conselho editorial, ao ter acesso a essa carta do Ministério do Meio Ambiente, faça uma reflexão sobre se foi justa com a imagem pública da Ministra Marina Silva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tião Viana, e faço-lhe um pedido: sei que V. Ex^a estará presente à sanção do projeto que foi aprovado por esta Casa, de inicia-

tiva da Ministra Marina Silva; transmita a ela o nosso respeito, o nosso carinho e a certeza de que a temos como defensora do meio ambiente. Podemos ter algumas divergências, como disse o Senador Romero Jucá, mas sabemos – e a Senadora Heloísa Helena foi bastante clara em seu aparte – o que a Ministra Marina representa para todos nós, pelo seu comportamento ético, moral e de amor à Terra que sempre demonstrou durante sua permanência nesta Casa. Peço-lhe que leve o nosso abraço a S. Ex^a.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos, pela Liderança.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o meu registro para falar pela Liderança do Governo, quando possível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a falará, intercalado com os oradores. A próxima oradora será a Senadora Serys Slhessarenko; em seguida, terá a palavra V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF). Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, A Sras. e Srs. Senadores, o papel da Oposição é criticar, mas também, de vez em quando, alertar o Governo e sugerir-lhe ações.

Eu venho aqui, em nome do meu Partido, o PDT, trazer um alerta e uma sugestão, Senador Romero Jucá. Todos nós estamos lendo nos jornais o que acontece hoje na Europa e na Ásia com essa doença chamada gripe aviária. Atualmente, já se sabe que a doença passa de um animal a outro e de animal a pessoas, em casos raros. Mas o que têm dito os cientistas, Sr. Presidente – e eu conversei com esse pessoal –, é que, quase necessariamente, o vírus sofrerá mutação e, em algum momento, no futuro, a doença será transmitida de pessoa a pessoa como uma gripe comum. Quando isso acontecer, terá início uma tragédia de proporções monumentais. Daí o meu alerta, Senador.

Hoje, há uma disputa de três áreas do Governo, que não estão se entendendo, na tentativa cada uma de influir mais e, portanto, cada uma disputando com outra e perdendo o controle das brechas por onde entra a doença, Senadora Heloísa Helena, que é pelos aeroportos, pelos portos, pelas fronteiras.

O Ministério da Agricultura tem uma área que cuida do problema sanitário. A Receita Federal, como o Senado Romeu Tuma conhece muito bem, tem uma área que cuida também desse assunto. O Ministério da Saúde, obviamente, também tem que se preocupar, uma vez que não é apenas uma questão entre animais, como são algumas doenças.

Essa disputa entre as três áreas, pelas informações que temos, está tornando ineficiente o trabalho.

Está-se tratando com descuido o problema da entrada no Brasil dessa doença.

Eu venho aqui, em nome do PDT, por indicação do Senador Osmar Dias, que é um especialista próximo da área, trazer um alerta e uma sugestão ao Presidente Lula e ao Governo: que ele se antecipe a essa tragédia, que pode chegar – não estou dizendo que vai chegar –, e que nomeie uma coordenação para cuidar desse assunto; que ele nomeie uma espécie de xerife que coordene as três áreas ou outras áreas que devam ser levadas em conta.

Se nós não fizermos isso, podemos, de repente, descobrir que há alguns animais aqui contaminados, o que já será uma pequena tragédia econômica, porque o Brasil é um grande exportador de frangos para o mundo inteiro. Já será uma tragédia, como foi a aftosa, numa proporção maior. Mas mais grave é se isso contaminar pessoas, no momento em que o vírus sofre uma mutação e a doença começa a se transmitir pela simples respiração. Venho, portanto, em nome do PDT, por sugestão do nosso Líder, Senador Osmar Dias, que, como muitos de vocês sabem, está doente – já faz algum tempo, sofre de flebite, que o mantém há semanas sem grandes possibilidade de mobilização –, trazer essa sugestão e esse alerta ao Presidente Lula e ao seu Governo, para que nomeie, e rapidamente, alguém encarregado de coordenar tudo o que for preciso nas diversas áreas da Administração Pública, para que fiquemos preparado, se possível impedindo que essa tragédia chegue ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Cristovam Buarque, sem nenhum culto à vaidade pessoal, quero dizer que um filho meu, que é médico, há mais ou menos seis meses, escreveu um artigo para a revista **Carta Capital**, não com a solidez da informação do Senador Osmar Dias, mas mostrando que o HI-5, o vírus da febre do frango poderia alcançar o Brasil, sim, e que o governo teria que se acautelar, porque, se chegar, estaremos numa situação econômica muito difícil, sem considerar as mutações que sofre o vírus, que sem dúvida poderá atingir o ser humano. E ele mata, não é Dr. Mozarildo? O doutor sabe que se atacar uma pessoa, ela morre. Pode não transmitir a doença, mas morre. Meu filho fez um artigo nesse sentido, mas não obteve nenhuma resposta, nenhuma manifestação. O alerta de V. Ex^a é mais um conselho que uma crítica. V. Ex^a está de parabéns, e a esperança é de que os responsáveis ouçam e formem um cinturão para garantir que a doença não chegue até aqui. Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko por 15 minutos.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT)

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, A Sras. e Srs. Senadores, há, aliás, vários vírus para os quais precisamos de vacina, começando pelos da maldade, como a da revista **Veja**, de difícil antídoto. Realmente, Senadora Ana Júlia Carepa, a quem presto solidariedade, assinando embaixo de tudo o que o nosso Senador Tião Viana acabou de falar. Não vou fazer discurso aqui pró-Ministra Marina, porque tenho feito muitos; apenas digo que assino embaixo das palavras do Senador Tião Viana, o que significa que, se eu falasse, eu teria que repetir praticamente tudo que S. Ex^a disse aqui.

Quero também registrar a minha total e irrestrita solidariedade à nossa companheira Ana Júlia Carepa, antes mesmo de S. Ex^a vir a esta tribuna se posicionar. Sei que vai fazê-lo, porque a conheço, sei da história e também já li toda a justificativa e sei do porquê, do preço que se paga, Senadora, por combatermos os grandes grileiros, os destruidores das florestas e tudo o mais que, em meu Estado de Mato Grosso, não é muito diferente.

Mas o assunto que nos traz aqui também é um outro vírus. Não deixa de ser um vírus a irresponsabilidade de determinadas grandes empresas. A Sras. e Srs. Senadores, Sr. Senador Romeu Tuma, que preside esta sessão neste momento, trago a esta Casa um assunto da maior gravidade, um assunto que preocupa os agricultores de Mato Grosso, mas que também é do interesse dos agricultores de diversos Estados, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul. Em suma, é da preocupação de agricultores de todos os Estados onde se planta soja. Preocupação de agricultores que enfrentaram, especialmente na safra 2003/2004, a praga denominada ferrugem asiática, que ataca a soja e dizima plantações. Uma doença que, em 2004, provocou perdas superiores a US\$2 bilhões para o Brasil, considerando o estrago provocado pela ferrugem asiática em nossas lavouras.

É um assunto extremamente complexo, porque depois a produção não rende, vem o problema de negociação de dívidas, os produtores ficam no prejuízo, o Brasil fica prejudicado. O caso que vou relatar foi resultado de um grande ato de irresponsabilidade de uma multinacional, a Bayer. Vou explicar detalhadamente o porquê do que estou declarando aqui.

Trago para esta Casa uma grande ansiedade, a agonia mesmo de inúmeros produtores rurais que foram lesados por uma multinacional na tentativa de combater a ferrugem asiática. Produtores rurais que, acreditando estar assessorados por uma grande empresa, serviram, em verdade, de cobaias. Produtores

que foram cobaias no uso de um defensivo agrícola. Produtores usados como cobaias e que arcaram sozinhos com o prejuízo. Produtores que foram cobaias no uso de um fungicida vendido com a promessa de ser o melhor preventivo contra a ferrugem que atacava a soja.

Estou falando, A Sras. e Srs. Senadores, da multinacional Bayer CropScience. Estou falando do produto denominado Stratego 250 EC, que foi recomendado pela Bayer como preventivo contra a ferrugem asiática na safra 2003/2004. Estou falando de um produto usado em lavouras de vários Estados brasileiros, contando com a boa-fé de inúmeros produtores rurais que confiaram na Bayer e compraram caro o produto. Estou falando de um produto que continua disponibilizado pela multinacional, mas que praticamente não foi comercializado nas safras 2004/2005 e 2005/2006 como defensivo contra a ferrugem asiática. Um fungicida rejeitado pelo setor agrícola porque ineficaz como preventivo contra a ferrugem asiática que ataca a soja.

Estou falando de centenas de agricultores que procuraram a Justiça pedindo indenização contra a Bayer. Estou falando de uma enxurrada de ações na Justiça contra a Bayer, que usou produtores brasileiros como cobaias e, agora, relegou ao prejuízo aqueles que confiaram na propaganda de que “Se é Bayer é bom”.

Estou falando de direito do consumidor. De direito de clientes lesados pela Bayer na condição de consumidores, de compradores de um produto que se revelou ineficaz e, via de consequência, contribuiu para a falência de muitos produtores, de centenas de produtores.

Estamos também falando de uma praga voraz, uma doença que dizima plantações e com a qual não se brinca. Tanto que o mercado oferece diversos fungicidas destinados à prevenção e controle. Produtos que não podem falhar, sob pena de levar à falência quem trabalha nessa atividade.

Foi isso que aconteceu em diversos Estados brasileiros.

Basta uma simples pesquisa nas páginas dos Tribunais de Justiça para se encontrar um grande número de ações com pedido de reparação por danos contra a multinacional Bayer CropScience. Ações exatamente pela ineficiência de um produto Bayer. Agora, imaginem, senhores, quantos produtos, remédios para seres humanos não estão com problema? São inúmeras ações pelo mundo afora.

Em Mato Grosso, por exemplo, apesar de a Bayer reconhecer para a imprensa a existência de apenas e tão-somente 18 ações, existem dezenas de processos na Justiça.

Existe uma verdadeira enxurrada de ações na Justiça, processos em Comarcas como Cuiabá, Rondonópolis, Campo Verde, Campo Novo do Parecis, Sorriso, Comodoro, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Diamantino e outras.

É bem verdade que também existem muitas ações contra empresas que comercializaram o produto Stratego da Bayer.

Mas o fato é que existem dezenas de ações na justiça contra a Bayer por conta do Stratego, que, aliás, deveria ser chamado "estrago".

Uma prova de que o produto da Bayer provocou prejuízos é a existência, na cidade de Diamantino, região do Médio Norte de Mato Grosso, de uma entidade denominada Associação dos Produtores Lesados pelo Uso do Stratego, a Aplus.

O nome dessa associação denuncia o produto da Bayer.

O nome "Associação dos Produtores Lesados pelo Uso do Stratego" é um pedido de socorro ao Poder Público.

Assim, essa entidade presidida pelo agrônomo e ex-produtor rural Sônio Aramis Blauth é uma denúncia cabal de que produtores rurais foram usados como cobaia.

Agora, imaginem como fica a natureza e a população de um modo geral.

O nome dessa entidade reporta para um senso comum de que o produto não serviu para a prevenção da ferrugem asiática nas lavouras de soja. Com certeza, não só não serviu para o combate como prejudicou grandemente. É um pedido de socorro de produtores que não suportaram os prejuízos e deixaram de plantar soja, como é o caso de Sônio Aramis Blauth. Ou do outro produtor rural, o Sr. Lauro Diavan Neto, que amargou um prejuízo de 350 mil sacas de soja na safra 2004/2005 por confiar na Bayer e usar o fungicida Stratego como preventivo contra a ferrugem asiática.

O caso Diavan contra a Bayer é acintoso, está na imprensa de Mato Grosso.

A Bayer recomendou o uso do Stratego e vendeu-lhe R\$2,5 milhões em fungicida Stratego 250 EC para serem pagos gradativamente. Só que não houve nenhum resultado e a soja não produziu.

Como Diavan era considerado grande comprador, que comprava direto da fábrica, a Bayer manteve técnicos da empresa permanentemente na propriedade do agricultor acompanhando a aplicação do produto. Então, toda operação foi feita com acompanhamento da Bayer. Mas, quando o fungicida não deu resultado, a Bayer abandonou o produtor rural, retirou-se da fazenda e não ficou lá sequer para assistir a empresa que foi fazer a fiscalização e diagnosticar o problema.

Dante dos prejuízos, obviamente, a Bayer não quis e não quer reconhecer a sua responsabilidade. Mais grave ainda: está cobrando judicialmente os R\$2,5 milhões que foram empenhados para a compra dos 6 mil litros do fungicida Stratego.

Não é por menos que Lauro Diavan Neto está reclamando milhões em indenização como reparação de prejuízos diretos e indiretos. Da mesma forma, inúmeros produtores rurais pelo Brasil afora estão cobrando indenização da Bayer e de empresas que revenderam o fungicida Stratego como o melhor remédio para a prevenção contra a ferrugem asiática.

Sr. Presidente, o produto é contra a ferrugem asiática. Foi fácil, não deu certo. A ferrugem tomou conta. Constatou-se que o prejuízo foi de milhões e milhões. E se um remédio qualquer da Bayer não der certo para um de nós e vidas forem perdidas? Como fica? Porque até que se constate e se prove que a Bayer tem grande irresponsabilidade no que está produzindo, inclusive medicamentos, talvez muitas e muitas vidas tenham se acabado.

Esse assunto, A Sras. e Srs. Senadores, vem dominando a imprensa de Mato Grosso e de vários Estados do Brasil nas últimas semanas. Ela vem destacando principalmente a existência de inúmeras ações na Justiça contra a Bayer, mas trouxe também a resposta desta indústria. Pasme, Sr. Presidente! A multinacional alegou que houve grande incidência de chuva na safra 2003/2004 e também argumentou que os produtores rurais não tinham muito conhecimento para usar o produto Stratego como preventivo contra a ferrugem asiática.

Esse produto, é bom que se diga, era usado principalmente contra doenças em lavouras de algodão e café. Mas a resposta da Bayer, como informa a matéria do jornal **Folha do Estado**, em seu suplemento rural do dia 23 de fevereiro, aponta os produtores rurais mato-grossenses e dos Estados onde existem ações na Justiça pelo mesmo caso como caipiras, ignorantes – palavras da Bayer – que não dominam a técnica de uso de defensivos.

Sras. e Senhores, é muita arrogância da Bayer CropScience!

Vejamos o caso do Sr. Lauro Diavan Neto. Em novembro passado, em solenidade na cidade de São Paulo, ele foi laureado com uma das 13 premiações nacionais que todo ano a empresa Bunge oferece a seus parceiros. Como se vê, o produtor Lauro Diavan é o melhor produtor/parceiro de soja no Brasil, pois foi laureado. Mas, para a Bayer, ele não passa de alguém que não sabe cuidar de uma lavoura de soja, de um caipira ignorante. São as palavras da Bayer.

Mesmo tendo enfrentado prejuízos na safra 2003/2004, mesmo vendo sua produtividade cair de 55 sacas por hectare para apenas 30 sacas, já que o Stratego da Bayer não previu contra a ferrugem asiática, na safra seguinte, a de 2004/2005, usando o Stratego da Bayer, Lauro Diavan esperava colher 820 mil sacas de soja. Em 2003/2004, usando o Stratego da Bayer, Lauro Diavan esperava colher 650 mil sacas em 12 mil hectares. Colheu apenas 370 mil sacas. Em 2005, Lauro Diavan, sem a Bayer, com fungicida de outra empresa, enfrentou a ferrugem asiática e se deu muito melhor.

Então, A Sras. e Srs. Senadores, há algo de errado nessa história. E errada está a Bayer. Errada porque o mencionado produtor – que como tantos outros aciona a Bayer na Justiça pedindo indenização – não pode ser considerado um imperito no uso de defensivo; não pode ser apontado como um caipira ignorante; não pode ser tratado como alguém que não entende do cultivo que faz. Ele deve ser respeitado, assim como devem ser respeitados todos os produtores rurais brasileiros, grandes e pequenos. Alguns deles alcançam produtividade de fazer inveja a qualquer país do mundo no número de sacas colhidas por hectare.

O Senado tem a obrigação de acompanhar esse assunto que permeia a Justiça em vários Estados do Brasil. Inclusive porque a Embrapa de Londrina, que é a maior especialista do Brasil em ferrugem asiática, classificou a composição química presente no Stratego como pouco eficaz contra a praga. Pelo menos é o que está na imprensa.

A Sras. e Srs. Senadores, em ano recente, a Bayer teve que gastar 900 milhões com indenizações pelos efeitos prejudiciais causados pelo remédio Lipobay – mas isso ocorreu na Europa.

Há notícias de que a Bayer já estaria caucionando cerca de US\$100 milhões para indenização na área agrícola por conta de seus produtos – mas isso é lá nos Estados Unidos.

E, no Brasil, como a Bayer se posiciona? Estaria ela caucionando algum valor perante a Justiça brasileira para eventual derrota no caso do uso do Stratego recomendado como preventivo contra a ferrugem asiática? Ou será que a Bayer vai ficar apenas insistindo que os nossos produtores rurais são caipiras e ignorantes? Ou será que vai ficar apenas justificando a ineficácia do seu produto no excesso de chuvas, conforme a resposta pelos jornais?

Para encerrar, Sr. Presidente, quero falar de chuva.

Será que durante o plantio da safra de soja 2004/2005 choveu apenas nas propriedades que usaram o Stratego da Bayer?

Em Campo Novo do Parecis, Município de Mato Grosso, onde está a propriedade de Lauro Diavan, e em Diamantino, onde está a propriedade do Presidente da Associação dos Produtores Lesados pelo Uso do Stratego, sojicultores que não usaram o produto da Bayer conseguiram controlar a ferrugem asiática, apesar das chuvas. Sojicultores que usaram outros fungicidas conseguiram controlar a praga, e esses, não.

Então, senhoras e senhores, o problema foi o excesso de chuva, foi certamente o produto Stratego da Bayer que não funcionou como preventivo contra a ferrugem asiática. E se a Bayer não tem culpa nessa história, então a culpa é de São Pedro, que fez chover apenas nas lavouras onde foi usado o Stratego da Bayer? Mas a Bayer não pode culpar São Pedro, não, nem os produtores que estão reclamando; culpada é ela, porque senão daqui a pouco, Sr. Presidente, no Brasil, tudo é culpa dos deuses. Ninguém mais vai receber seguro. Ventou, culpa de Zeus; choveu, de São Pedro; se fez sol, de um santo outro.

O Senado da República precisa acompanhar esse assunto do Stratego da Bayer. O caso está na Justiça, mas interessa aos produtores rurais brasileiros, interessa ao Brasil, interessa ao Senado da República.

Hoje é a Bayer; amanhã pode ser outra multinacional. Hoje é um fungicida aplicado na soja; amanhã pode ser um remédio recomendado para seres humanos.

Atentai! Vamos atentar para todos os fungicidas, a sua validade, as suas contaminações possíveis, os seus malefícios à vida etc. Que se atente para todos os aspectos e, cada vez mais, aos remédios fabricados por todas as multinacionais, mas especialmente pela Bayer, porque sabemos que, na Europa, ela já tem procedimentos de indenização que somam mais de 900 milhões, por erros em medicamentos para a vida de seres humanos. E eu lhes digo, A Sras. e Srs. Senadores, que esse é um risco muito grande à vida. Se um produto fungicida traz riscos à vida quando mal usado ou quando usado em excesso, sem controle nem fiscalização, há também prejuízos à vida quando se trata de medicamentos para seres humanos.

E quando os agricultores brasileiros se vêem em total prejuízo, recorrem a transferências, a renegociação de dívida e não se buscam as raízes desses problemas, A Sras. e Srs. Senadores. Aí está um gigantesco prejuízo que a agricultura no Brasil, em mais de dez Estados, sofreu nas safras de 2003 e 2004. Contudo, felizmente, esses pequenos e grandes produtores despertaram em tempo e estão atacando hoje a causa do problema, não apenas as consequências, para depois não ter de recorrer à negociação de dívidas porque os seus produtos foram atacados pela ferrugem asiática.

Isso ocorreu por incompetência, por malversação no trato do produto fungicida, o tal Stratego 205 EC, para o combate à ferrugem asiática.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança do Governo, por cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, A Sras. e Srs. Senadores, eu pedi a palavra para registrar um tema que permeou a imprensa neste final de semana e que considero extremamente importante seja debatido aqui no Congresso Nacional.

Trata-se da matéria e das posições do Ministro do Turismo, Walfrido dos Mares Guia. De um lado, S. Ex^a anunciou um plano para popularizar o turismo no País, para fortalecer o turismo interno, para criar linhas que possibilitem à população de menor poder aquisitivo fazer, efetivamente, turismo em nosso País; de outro lado, há uma proposta que o Ministro pretende encaminhar ao Congresso Nacional abordando a questão dos vistos e da reciprocidade.

Não me debrucei ainda sobre o assunto, mas o Ministro defende – e, em tese, concordo com S. Ex^a – que a questão dos vistos e da reciprocidade deve ser uma condição do País e não uma obrigatoriedade, ou seja, se for de interesse do País, para fortalecer o seu turismo, liberar de visto determinados países, determinados turistas, é interessante possa fazê-lo. A atual legislação não permite, Senador Romeu Tuma, esse tipo de postura, o que amarra efetivamente a nossa vontade de receber mais turistas de certos países estrangeiros.

O Ministro citou como exemplo a relação com os Estados Unidos, em que os brasileiros têm de ter visto para entrar naquele país e os americanos, para entrar no Brasil, também têm que ter visto. Como temos uma estrutura muito pequena de consulados e embaixadas, não temos condições de dar vazão e de ter aqui a demanda efetiva de turismo da população americana.

É importante lembrar que alguns países que agiram dessa forma incrementaram bastante o turismo. Podemos citar o caso do México, que acabou com a reciprocidade e, efetivamente, liberou para alguns países a entrada sem visto, ampliando em muito a ação turística no país.

Então, o Ministro, ao levantar esse tema, criou controvérsias, e iniciou-se a polêmica. Algumas pessoas defendem a reciprocidade, outras não a defendem. O Itamaraty, inclusive, posicionou-se a favor da reciprocidade porque, na verdade, se trata de um instrumento de negociação internacional. No entanto, pela ótica do turismo, efetivamente este é um assunto que precisa

ser extremamente debatido. O Brasil tem um potencial turístico tremendo; o processo do turismo vem crescendo no País, mas não está ainda no ponto em que poderia estar. Há outros países no mundo com uma condição muito superior à do Brasil, no que se refere à atração turística, sem disporem das condições naturais que temos aqui. Por exemplo, temos a Amazônia, temos o Centro-Oeste, o Pantanal, as praias do Nordeste, temos a situação peculiar do Sul, ou seja, temos vários “brasis” que, efetivamente, podem atrair o turismo internacional.

Faço esse registro para aplaudir a iniciativa do Ministro Walfrido dos Mares Guia de trazer o tema a debate. É importante que essa proposta venha para o Congresso. A partir de sua discussão, tenho certeza de que a Câmara e Senado vão melhorar a proposta encaminhada pelo Executivo. Com isso, daremos mais um passo para que o turismo, tanto interno quanto externo, possa ser um aliado do desenvolvimento, um gerador de empregos, enfim, um absorvedor de mão-de-obra em todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Solicito ao Senador Mozarildo Cavalcanti que assuma a Presidência para que eu possa, seguindo a ordem de inscrição, fazer uso da palavra.

Agradeço a V. Ex^a a cortesia.

O Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma como orador regularmente inscrito.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela gentileza.

É uma honra estar aqui, neste momento, com a presença do meu ilustre chefe, Senador José Sarney, que sempre me honrou com a sua confiança durante todo o período em que tive oportunidade de servi-lo quando Presidente da República. Senadora Heloísa Helena, essa admiração que tenho pelo Presidente Sarney e por sua família é algo permanente e do fundo da alma. Ninguém fale mal de S. Ex^a perto de mim porque ficarei chocado. Essa reação será sempre natural.

O Senador Romero Jucá e eu também trabalhamos juntos. Tivemos oportunidade, em momentos difíceis, de respeitar a Funai e a comunidade indígena neste País, e o Presidente Sarney sempre nos deu irrestrito apoio. Esses são fatos históricos e, quando há críticas contra o Presidente Sarney, eu me choco,

porque conheço um pouco da história e de tudo aquilo que S. Ex^a fez durante a Presidência.

Outro dia, li algumas críticas feitas pelo Governo, e a minha reação foi quase dar um soco no espelho para não me ver mais perante as injustiças que se praticam contra alguns homens nesta terra. Eu podia machucar mais a mão, Senador, e não era mais gostoso.

A Sra. Heloísa Helena (P-SOL – AL. *Fora do microfone.*) – Se faz isso com os amigos, imagine-se com os inimigos!

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Peço desculpas ao Senador José Sarney por esta manifestação.

Estive, Senadora Lúcia Vânia, no 47º aniversário da cidade de Itapevi. A Senadora Serys Slhessarenko saiu do plenário e foi para a comissão, mas quero lembrar a palavra “caipira” que foi usada para o fundador dessa cidade, da qual ele sentia orgulho.

Senadora Lúcia Vânia, V. Ex^a, que andou sempre pelo interior de Goiás, sabe que aqueles que se chamam caipiras são os homens da terra, aqueles que realmente conhecem as adversidades, a luta. Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a que vive em um Estado onde o agronegócio tem muita importância sabe o que é ser um caipira.

Creio que eles têm orgulho disso e não podem ser tratados, como o foram, pela empresa citada aqui pela Senadora Serys Slhessarenko. A crítica tem de valer, mas considero importante pedir uma perícia, para que realmente se possa analisar o produto que foi vendido; se ele realmente não tinha o objetivo para o qual está estabelecido e o procedimento de uso que deve ser descrito na embalagem, sem dúvida alguma deveria haver um processo e uma perícia melhores.

Não vou entrar no mérito, mas penso que ser caipira é algo que deve dar orgulho aos homens da terra, porque eles nasceram sob o sol e a chuva. Senadora Heloísa Helena, não sei se o povo da terra no Nordeste também é conhecido como caipira. Dizem que, por ser minha mãe nascida no interior de São Paulo, tenho um sotaque caipira. Tenho orgulho disso. É tão gostoso falar com o paulista do interior!

Pena que o Senador Suplicy não esteja aqui. Gostei do desafio que S. Ex^a fez ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e ao Copom. Como membro do PT e economista reconhecidamente competente, o Senador desafiou ambos a virem a esta Casa para explicar como são distribuídas as riquezas amealhadas através dos altos juros cobrados. Não sei se entendi bem, mas creio que V. Ex^a entendeu como eu. O Senador questionou como os R\$150 bilhões – uma cifra altíssima – arrecadados foram distribuídos aos mais pobres. Ficou uma interrogação que só o Ministro e os membros do Copom poderão esclarecer. Vamos

aguardar que S. Ex^a seja atendido, visto que autoridades do Governo não o atenderam na abertura dos trabalhos, o que deve ter sido uma frustração para o membro do Partido dos Trabalhadores Senador Eduardo Suplicy.

Sras. e Srs. Senadores, eu tenho em mãos uma resposta enviada pelo Dr. Paulo Fernando da Costa Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, em relação a um pedido de informações que fiz, como Corregedor, sobre o documento de Furnas.

Se me permitirem, vou ler o documento. Chegou há pouco às minhas mãos. Já pedi ao Dr. Carreiro – que é um auxiliar de primeira grandeza desta Mesa e da Corregedoria – que o encaminhe aos Presidentes das CPMIs dos Correios e dos Bingos.

É um expediente que fiz, como Corregedor, solicitando esclarecimentos a respeito da veracidade das informações sobre um documento em que pessoas são relacionadas como beneficiárias de recursos arrecadados junto a empresas prestadoras de serviços ou fornecedoras de Furnas Centrais Elétricas S.A., conhecida como “a lista de Furnas”.

As análises procedidas por este órgão policial têm por objetivo verificar tanto a idoneidade material do documento, isto é, indícios de falsidade ou adulteração física em sua confecção, bem como a veracidade das informações lançadas.

A Polícia Federal apreendeu no início do corrente mês a cópia autenticada do documento em questão, que foi apresentada pelo Sr. NEWTON MONTERIO, sendo que a mesma foi submetida à perícia, mas ainda estamos aguardando a resposta do Instituto Nacional de Criminalística do DPF. Ressalta-se que qualquer resultado conclusivo quanto à veracidade das assinaturas supostamente apostas por DIMAS FABIANO TOLEDO, indicado autor da “lista de Furnas” – ele já desmentiu, dizendo que não foi o autor –, estariam a princípio prejudicadas devido à ausência do documento original.

Por fim, os trabalhos investigativos relacionados ao exame do conteúdo informativo do documento estão ainda em fase incipiente, quando estamos aguardando respostas de pleitos judiciais.

Luís Flávio Zampronha de Oliveira
Delegado de Polícia Federal”

O referido delegado está investigando as denúncias de corrupção em várias áreas do Governo Federal.

Já fiz o encaminhamento deste documento, que ficará à disposição dos Senadores e das Senadoras que necessitarem da informação.

Senador Paulo Paim, aproveito a presença de V. Ex^a em plenário, neste momento, para dizer que o grito de alerta que deu desta tribuna sobre o Vale-Transporte teve efeito. Hoje li nos jornais que nova medida provisória anula a primeira, que possibilitava a transformação do Vale-Transporte em valor em dinheiro.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador Paulo Paim, logo em seguida ouvirei o Senador José Sarney.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Faço questão de ouvir primeiro o Senador José Sarney.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Pela honra do cargo que ocupou, ouço o Presidente José Sarney.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Fico feliz de, ao apartear, contar com a presença do ex-Presidente José Sarney, que foi quem garantiu o Vale-Transporte aos trabalhadores brasileiros. Falarei depois de S. Ex^a.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Agradeço a deferência do Senador Paulo Paim que sempre me trata com muita consideração. Sou muito grato a V. Ex^a. Senador Romeu Tuma, em primeiro lugar, tenho o dever de agradecer sempre suas reiteradas manifestações de amizade que só me honram. Há muito tempo quero retribuir e o faço dizendo que tenho grande afeto e grande admiração por V. Ex^a, que foi também um grande colaborador durante o meu Governo. Mas vamos ao assunto de que trata V. Ex^a: o Vale-Transporte. Eu também fiz chegar à Liderança do Governo, tão logo foi encaminhada essa medida provisória que tratava da extinção do Vale-Transporte, a informação de que realmente não podíamos jamais apoiá-la. Não sei como isto pôde ter surgido e, o pior, que o assunto tenha sido encaminhado ao Congresso Nacional. O Vale-Transporte é, hoje, uma conquista irremovível do trabalhador brasileiro. Depois do Plano Cruzado, criamos o Vale-Transporte. E para quê? Para permitir que o trabalhador, que ganhava tão pouco e não podia separar, diariamente, determinada quantia para o transporte, pudesse ir ao trabalho. As taxas do não-comparecimento ao trabalho, muitas vezes, aumentam não por desejo do trabalhador, mas por falta de meios para isso. Então, o Vale-Transporte vinha, em primeiro lugar, atender a esta finalidade fundamental do trabalhador: o dinheiro da sua locomoção, de ele ir ao trabalho, ter direito ao trabalho, não seria tirado do seu salário. Em segundo lugar, devemos estar lembrados de que toda vez que havia aumento de combustível neste País, havia uma revolta popular porque ela refletia no bolso do trabalhador. E essa revolta popular se manifestava pela queima de veículos, por grandes

manifestações de rua, enfim, por todo aquele clima que assistímos naquela época. Tudo isso desapareceu com o Vale-Transporte. E agora vamos acabar com o Vale-Transporte? Se queremos aumentar o salário, ou se podemos aumentar o salário do trabalhador, que o aumentemos, então, na proporção do Vale-Transporte, mas jamais podemos admitir que se anule o Vale-Transporte, principalmente um Governo que está tendo programas sociais. Este Governo não pode extinguir nada nessa direção. É por isso que acho que é uma medida de extremo bom-senso. Tive a oportunidade de falar com o Líder do Governo nesta Casa, dizendo que não apoiaaria a medida e que iria trabalhar no sentido de não a aprovarmos, porque isso iria contra o País, contra os trabalhadores. É uma prova de bom-senso o Governo voltar atrás. Voltar atrás quando se erra não é uma coisa que deprima ninguém, ao contrário, só faz engrandecer. E é nesse sentido que queria incorporar estas palavras ao discurso de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Presidente. As suas palavras serão incorporadas até porque a magnitude do seu coração demonstra a sua visão em benefício dos menos favorecidos, com projetos sociais como este. E todos os demais que V. Ex^a implantou estão atravessando o tempo, pois não se consegue apagá-los ou modificá-los pela validade que tiveram e que ainda têm. V. Ex^a fala em aumento do preço do combustível. É claro que a passagem também aumentará. E também o álcool começa a trazer de volta a angústia que senti na época do Proálcool. Desenvolveu-se a tecnologia do carro flex, mas a população tem receio de que isso possa se transformar num prejuízo muito grande no futuro.

Obrigado, Presidente José Sarney. Ouço V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a toca num assunto que eu ia tratar em meu pronunciamento. Assim, faço um aparte a V. Ex^a e, em meu pronunciamento, falarei de outro tema. De fato, no dia seguinte em que editaram a medida provisória, fui à tribuna e fiz um discurso exatamente na linha feita aqui pelo Presidente José Sarney, que foi o Presidente que sancionou aquela lei. Foi em seu Governo que surgiu o Vale-Transporte, com participação, na época, do Deputado Federal Affonso Camargo. O que eu queria dizer a V. Ex^a é que a Medida Provisória nº 280 acabou com o Vale-Transporte, na medida em que ele se incorporaria ao salário; e quando incorporado ao salário – sabemos –, com o passar dos anos, iria desaparecer. Felizmente, o Governo e o Congresso, juntos, nesse diálogo estabelecido da tribuna e, pessoalmente, com o Líder do Governo e alguns Ministros, resolveram editar a Medida Provisó-

ria nº 283, revogando o art. 4º da Medida Provisória nº 280. Assim, o Vale-Transporte foi mantido. Mas lembro que quando fui à tribuna, na abertura da sessão, V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, foi o primeiro a me fazer um aparte, lembrando que o Vale-Transporte fazia vinte anos – era exatamente da época de V. Ex^a, Presidente Sarney – e que V. Ex^a também iria trabalhar no sentido de que não se concretizasse aquela medida. Trabalhei até hoje, Presidente Sarney, e confesso que também não consegui descobrir quem foi o mentor do tal art. 4º da Medida Provisória nº 280, que tratava do Imposto de Renda e não tinha nada a ver com Vale-Transporte. Mas felizmente o Governo atendeu os pedidos de V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, e de outros Senadores – e o Senador Romero Jucá comentava comigo que também houve pedidos por parte de alguns Deputados Federais – e mostrou a sua sensibilidade, revogando o art. 4º. Está de parabéns o Congresso Nacional, o Executivo e o Presidente José Sarney, que foi o autor dessa proposta que, felizmente, está garantida. Obrigado pelo aparte.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Sentimos que esta Casa, sempre que dá um grito, é ouvida. Assim, sempre teremos em mente que devemos gritar.

Pergunto ao Presidente se poderia conceder o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, ao Senador Romero Jucá. (Pausa.)

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Romeu Tuma, gostaria de me congratular com V. Ex^a pela oportunidade deste pronunciamento, enfocando um assunto que realmente era motivo de preocupação de muitos brasileiros, principalmente daqueles que dependem de um transporte coletivo, daqueles trabalhadores que tinham no vale-transporte a garantia de que chegariam ao seu emprego, ao seu trabalho, no horário certo e determinado. Essa ameaça que foi a Medida Provisória nº 280 felizmente foi afastada pelo próprio Governo, que resolveu voltar atrás. Isso significa dizer que este Governo que atende aos reclamos da sociedade, da democracia, dos Parlamentares é um Governo afinado com o regime de liberdade, com o regime de proposições em que os trabalhadores têm que ter prioridades, têm que ter um tratamento diferenciado, porque são, por assim dizer, a força motriz do nosso País e deles depende a sobrevivência da empresa nacional. Quero também enfatizar que caminhei ao lado do Presidente José Sarney – eu, Governador de Sergipe; ele, Presidente da República – e posso afiançar que, em matéria de administração pública, de realização governamental, ninguém supe-

rou, até hoje, o nosso Presidente José Sarney em realizações no meu Estado de Sergipe. Sou muito grato ao Presidente José Sarney por tudo o que ele fez, não só por Sergipe, mas pelo Brasil inteiro, como Governo democrático, como Governo aberto, como Governo que prestigiava o Parlamento, dando força às liberdades democráticas. Foi ele que, realmente, depois de Tancredo Neves, impulsionou o regime de liberdade no Brasil. Hoje, vivemos uma democracia de verdade, uma democracia perene, permanente, graças à atuação marcante, histórica desse grande amigo dos brasileiros e meu grande amigo também, que é o Senador José Sarney, que foi Presidente do Congresso. E sabemos que a visibilidade que temos hoje, por meio da TV Senado, do **Jornal do Senado**, devemos ao Presidente José Sarney. Agradeço a V. Ex^a pela oportunidade deste aparte, Senador Romeu Tuma.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares. V. Ex^a tem razão, o Presidente Sarney reimplantou a democracia neste País com suor, sangue e lágrimas. Acompanhei de perto todo o seu sofrimento, até que se impusesse esta democracia que vivemos hoje.

Concedo o aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Senador Romeu Tuma, também quero somar a minha voz aos que falaram a respeito da Medida Provisória e da posição do Governo. Que bom que o Governo ouviu a Casa! E é bom que o Governo ouça cada vez mais esta Casa. Nós, independentemente de posicionamentos partidários, estaremos sempre voltados para buscar o melhor para o povo brasileiro, e essa tem que ser também a intenção do Governo. Ouvindo os reclamos de todos, tivemos condição de conversar com vários setores do Governo. Sabiamente, apesar de haver posições defensáveis na questão da discussão, o Governo preferiu retirar da Medida Provisória o texto que geraria uma polêmica grande e não traria nenhuma contribuição, pelo menos neste momento. Então, fico também satisfeito de ver a solução dada de forma a que prevaleça o entendimento político e o posicionamento do Congresso. Quanto ao Presidente Sarney, a que todos se referiram, também quero dizer que praticamente comecei minha vida pública aqui em Brasília pelas mãos do Presidente Sarney. Tive a satisfação de ser nomeado três vezes por ele. Fui nomeado Presidente do Projeto Rondon, quando vim de Recife para cá; depois, fui nomeado Presidente da Funai e, por último, Governador do Território de Roraima. Durante todo o Governo do Presidente Sarney, sem dúvida alguma, o que foi dito aqui é verdade: sempre esteve presente a visão de estadista preocupado com

o futuro, com o fortalecimento e a consolidação de uma democracia que era frágil. Sabíamos dos problemas que vivíamos, mas o Presidente Sarney tinha os olhos postos no futuro e sabia a posição e a missão que o aguardava na Presidência da República, muitas vezes, com muito sofrimento, com muito padecer. Tive oportunidade de acompanhar várias vezes as agressões até injustificadas e injustas que lhe eram feitas, mas o Presidente, sempre sereno, nos aconselhava e nos orientava a colocarmos de lado esse tipo de provocação e continuarmos firmes, olhando para o objetivo final, que era o fortalecimento do País. Então, aproveito o discurso de V. Ex^a para fazer este registro e dizer que não foi somente com a criação do vale-transporte que o Presidente Sarney marcou a sua ação de governo, mas também com ações sociais profundas, iniciando o processo de forte intervenção na complementação de renda da população mais pobre do País. Sem dúvida alguma, fez e faz história, e é por isso que o PMDB tem a honra de tê-lo como mestre, como uma direção, como uma bússola, principalmente nos momentos de dificuldades em que o nosso Partido viveu e tem vivido.

O Sr. José Sarney (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá, V. Ex^a demonstra o reconhecimento ao Presidente Sarney, que viu em V. Ex^a um administrador eclético, passando por várias atividades diferenciadas, o que trouxe uma experiência maravilhosa para esta Casa. V. Ex^a é sempre o ponto de congraçamento das idéias aqui, para que se busque a melhor, principalmente com relação a alguns projetos cuja discussão possa levar ao rompimento. V. Ex^a sempre procura buscar o equilíbrio.

Vendo o sorriso maravilhoso da Senadora Heloísa Helena, lembrei-me de que hoje tive a oportunidade de vê-la, por fotografia, com o cabelo solto, a pedido da maioria das leitoras da revista em que está publicada a foto.

Senadora Heloísa Helena, trago um assunto com que V. Ex^a tem tido muita preocupação – sei que V. Ex^a se dedica ao problema de pessoas com dificuldades de visão. No dia 24 de fevereiro, assustei-me quando vi que o Governo suspendeu as cirurgias em mutirão. Conheço esse processo há mais de cinco anos, seis anos, pela Escola Paulista de Medicina, em que todos colaboravam – até grupos estrangeiros vinham colaborar com essa cirurgia. Mas o Governo resolveu suspender-las para estudar uma melhor forma. Não sei, mas a melhor forma é dar dinheiro – pelo menos é o que entendo – e aumentar a capacidade de hospitais que possam fazer esse mutirão.

Sr. Presidente, V. Ex^a, que é médico, deve conhecer profundamente essa cirurgia, principalmente a de catarata, e há outras que vão surgindo. Sabemos que essas pessoas não têm possibilidade de buscar um hospital particular.

Sr. Presidente, peço encarecidamente a V. Ex^a que autorize a publicação do artigo do Dr. Miguel Srougi, médico pós-graduado em urologia pela Harvard Medical School e Professor Titular de Urologia da Faculdade de Medicina da USP, recém-empossado. Há, nesse artigo, três tópicos destacados, que passo a ler:

Realidade

Nosso país não despertou completamente para uma nova realidade, que está transformando as sociedades mais desenvolvidas.

Gastos

No Brasil, são gastos, anualmente, US\$ 124 por habitante em saúde e nem o mais convicto otimista pode achar que as coisas estão bem.

Juros

O Brasil pagou, em 2005, R\$ 157 bilhões de juros da sua dívida (...) sem atenuar as injustiças, a penúria e a desigualdade.

Peço a publicação desse artigo, Senadora Heloísa, porque é muito importante e voltado para as pesquisas de universidades. E o Governo tem falhado com isso, porque, preocupado com outras ações sociais, esquece-se do desenvolvimento tecnológico na busca de melhoria, principalmente na área da saúde.

Sr. Presidente, peço encarecidamente que autorize a publicação desse artigo, não apenas pela homenagem que fizemos há uma semana ao Professor Miguel, quando assumiu a cátedra no lugar de outro grande cirurgião, Sami Arap, mas também para que o povo tome conhecimento de que um professor que disse que assumiu essa cátedra por acaso, e não por sua história médica. Mas buscou realmente conquistá-la por meio de concurso público e de demonstrações claras, na evolução de sua vida médica.

Agradeço a V. Ex^a e deixo por conta da Taquigrafia, se possível, a publicação deste artigo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e peço desculpas pelo atraso.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEUTUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra, sem prejuízo da ordem de inscrição dos oradores, à Senadora Lúcia Vânia, por permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para fazer um alerta à população do nosso País, em especial à parcela formada pelos cidadãos mais carentes, que estão sendo iludidos pelas benesses oferecidas pelo Presidente da República.

Falo a respeito das chamadas farmácias populares, que o Presidente Lula está anunciando, mais uma vez, como sendo uma verdadeira panacéia para resolver a questão dos altos preços dos medicamentos, muitas vezes inacessíveis às camadas mais pobres da população.

No ano de 2004, quando pela primeira vez o Ministério da Saúde apresentou a proposta, mostrei, aqui nesta mesma tribuna e em artigo publicado no **Jornal do Brasil**, que as farmácias populares não se justificavam.

Além de representarem um gasto exorbitante para os cofres públicos, as farmácias populares, na verdade, estavam, e estão, na contramão dos princípios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde, cujo objetivo é garantir a distribuição gratuita de medicamentos aos carentes.

Ora, se é preciso pagar pelo remédio, mesmo que a um custo mais baixo, o Programa de Farmácia Popular fica de fora do princípio da universalidade dos programas sociais do Governo, uma das exigências da Emenda Constitucional nº 29, que define o montante mínimo de recursos para a saúde.

Em 15 de junho de 2004, o Presidente Lula foi ao programa de rádio “Café com o Presidente”, para dizer:

A farmácia popular é para atender aquelas pessoas que pegam a receita e têm que comprar remédio numa farmácia normal. Eu já cansei de ver pessoas entrarem em farmácias, perguntar quanto custa o remédio e sair sem comprar, porque não têm dinheiro.

Foi contra essa incoerência apregoada em 2004, e que agora se repete, que me pronunciei e volto a me pronunciar.

Se a população mais pobre não tinha e ainda não tem condições de comprar remédios e se o Sistema Único de Saúde garante a distribuição de medicamentos, a quem as farmácias populares estão beneficiando na realidade? Além de pago, o remédio pode ser ad-

quirido por qualquer pessoa, não importando se ganha salário mínimo ou altos rendimentos. Basta apresentar a receita, que pode ter sido aviada por médico do SUS ou de consultório particular.

No ano de 2004, primeiro ano do programa, a pretensão do Governo era implantar 100 farmácias populares entre os meses de julho e dezembro, e chegar a 2006 com mil farmácias em funcionamento. A previsão de gastos para as primeiras 100 unidades era de R\$277 milhões, assim distribuídos: R\$255 milhões na aquisição e distribuição de medicamentos; R\$2 milhões na implantação das farmácias e R\$20 milhões na sua manutenção. Ou seja, naqueles seis meses, o Governo estaria gastando, para implantar cada farmácia, cerca de R\$3 milhões!

Os planos do Governo, no entanto, não deram certo e nem mesmo entre Palácio do Planalto e Ministério da Saúde existe, hoje, coerência sobre o número de farmácias instaladas. Enquanto o Palácio divulga que implantou 108, o Ministério afirma que são 111, e que a meta é chegar a 350 unidades até o fim do ano.

Nem um nem outro reflete os números das metas físicas do Relatório Anual de Avaliação do PPA 2004/2007, exercício 2005, do Ministério do Planejamento e Orçamento e nem os do Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, a que tive acesso no final de fevereiro.

Segundo o Siafi e o relatório do PPA, foram implantadas, em 2004, 27 farmácias populares, estando em fase de implantação, em 2005, mais 35 unidades. Os números do Siafi apontam que, em 2005, considerando a implantação e manutenção das farmácias, o Governo gastou R\$51 milhões. A previsão para 2006, ainda de acordo com o Siafi, é de um crescimento nos gastos da ordem de 304%, saindo de R\$51 milhões para R\$206 milhões. Esse substancial crescimento se deve, basicamente, à previsão de manutenção das farmácias, que passará de R\$30 milhões, em 2005, para R\$187 milhões, em 2006, com um crescimento de 523%, ou seja, quase seis vezes mais.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, essa exorbitância de gastos poderia estar sendo empregada para garantir a ampliação da produção e distribuição de medicamentos gratuitos pelo SUS. Mas, na verdade, o Presidente Lula está tentando garantir sua reeleição, usando as farmácias populares e os programas sociais.

O Governo está desviando o foco do programa para uma espécie de convênio com farmácias particulares, para que vendam medicamentos com preços mais baixos ou subsidiados. Esse é, sem dúvida, mais um balão de ensaio do Executivo.

Em 2005, o Governo enviou à Câmara dos Deputados, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 5.235, para subsidiar a venda de medicamentos nas farmácias particulares. Seria formada uma comissão para formular a lista de remédios beneficiados pelos descontos, mas a idéia não saiu do papel. O regime de urgência foi retirado, e a proposta do Governo caiu no esquecimento.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Parlamentares, o Governo está iludindo a população mais uma vez, com o único objetivo de fazer campanha antecipada para o Presidente Lula. Se tivesse realmente a intenção de beneficiar a população mais carente, o Governo estaria trabalhando, desde que assumiu, para ampliar a distribuição de medicamentos essenciais.

É assim que deve trabalhar um governo que alardeia programas sociais destinados às camadas mais pobres. Em vez disso, o Presidente da República vai ao rádio para dizer, como fez em 2004, que as farmácias populares vão atender aos milhões de brasileiros que não participam do SUS, que vão ao seu médico particular ou no seu plano de saúde, mas que saem com uma receita e não podem comprar o remédio.

É preciso esclarecer ao Senhor Presidente que o SUS existe para todos os brasileiros. É preciso esclarecer, ainda, que as farmácias populares, como bem diz o nome, foram criadas para os mais carentes, para aqueles que não têm acesso à saúde particular.

Sr. Presidente, creio que é dever desta Casa levar este alerta à população, para que mais uma vez não se deixe enganar por falsas promessas que não se concretizarão.

É oportuno salientar que, no próximo dia 13 de maio, o Conselho Nacional de Saúde vai se reunir com todos os partidos, no Rio de Janeiro, para estabelecer um compromisso dos partidos em relação ao Sistema Único de Saúde. É preocupação de todos os que defendem esse sistema uma reflexão profunda a respeito do que tem acontecido após 15 anos de execução do projeto e quais são as atitudes e iniciativas que devemos tomar para que esse sistema seja preservado, para que a população brasileira deixe de sofrer nas filas e deixe de esperar pelas cirurgias que não acontecem, como foi citado anteriormente pelo Senador Romeu Tuma em relação às cirurgias que não foram realizadas.

É preciso que o povo brasileiro tenha à disposição um sistema único justo, humano e benéfico para aqueles que mais precisam dele.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, quero falar hoje um pouco sobre o vale-transporte. O Senador Romeu Tuma já o fez, e muito bem, lembrando que nós iniciamos um movimento logo após a edição da Medida Provisória nº 280, no dia 16. Trabalhamos quarta e quinta-feira daquela mesma semana e, felizmente, depois de debater a matéria em plenário no dia 21, o Governo atendeu a solicitação não somente minha, mas do Senador José Sarney e de tantos outros senadores e deputados, editando a Medida Provisória nº 283, de 23 de fevereiro de 2006, que revogou o art. 4º da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006, preservando um direito dos trabalhadores conquistado há mais de vinte anos, na época em que V. Ex^a, Senador José Sarney, ex-Presidente desta Casa, governava o País com os olhos – lembro-me muito bem da palavra-chave – voltados para o social, “Tudo pelo Social”.

Depois do vale-transporte, veio o vale-alimentação. E aqui, no dia 21, em minha argumentação, eu dizia que o primeiro passo seria o vale-transporte e que depois cairia o vale-alimentação, se o Governo, pela pressão de alguns, eu diria, mal-intencionados da sociedade, não mantivesse pequenas conquistas alcançadas pelos trabalhadores e asseguradas a eles durante essas duas décadas, entre elas o vale-transporte e o vale-alimentação.

Felizmente, o Governo foi sensível à argumentação de todos nós e revogou, no último dia 24, sexta-feira, ao editar a Medida Provisória nº 283, o art. 4º da Medida Provisória nº 280. Não foi uma vitória do Presidente Sarney, nossa, de Pedro ou de Paulo, mas uma vitória da sociedade brasileira.

V. Ex^a argumentou muito bem, Presidente Sarney, ao apresentar um argumento que poucas pessoas apresentaram aqui. Toda vez que a gasolina aumenta, sendo o vale-transporte incorporado ao salário do trabalhador, aumenta o salário do trabalhador? Claro que não. O vale-transporte é definitivo, ele é mantido, não importando se a gasolina subirá ou não. Esse argumento eu não tinha ouvido na sexta-feira, no dia 21, quando fizemos o debate. V. Ex^a, que já tinha argumentado junto ao Governo – sei disso – o fez muito bem, consolidando o vale-transporte como uma conquista definitiva dos trabalhadores. Por isso, parabéns a V. Ex^a.

Quero lembrar ainda que o Deputado Affonso Camargo, à época do seu Governo, trabalhou muito para que o vale-transporte fosse assegurado aos trabalhadores.

Também aproveito a oportunidade para comunicar à Casa que, na próxima segunda-feira, às 10 horas

da manhã, na Comissão de Direitos Humanos, com a presença de sindicalistas de todo o País, do DIAP e do advogado Daisson Portanova, especialista em Previdência, faremos uma audiência pública para debater o fator previdenciário.

Presidente Sarney, volto novamente a V. Ex^a para dizer que não é da sua época o fator previdenciário. Naquele tempo, era a média dos últimos 36 meses. Que saudade daqueles 36 meses que garantiam o princípio da aposentadoria integral! Com o fator previdenciário, a redução direta no ato da aposentadoria é em torno de 35% a 40% do vencimento do trabalhador. Faremos um belo debate, creio, na Comissão de Direitos Humanos, na próxima segunda-feira, às 10 horas. Qual o objetivo? Fazer uma mobilização nacional para, inversamente ao que fizemos com o vale-transporte, não permitindo que caísse, revogar o fator previdenciário e fazer com que o cálculo das aposentadorias seja uma média dos últimos 36 meses, o que vai garantir o princípio da integralidade e não o redutor, que é mantido no fator previdenciário.

Aproveito também este momento, Senadora Heloísa Helena, para destacar que no dia 20 realizou-se em São Paulo um grande debate promovido pelas centrais sindicais e confederações de trabalhadores sobre a questão da redução da jornada de trabalho. Nesse debate foi comprovada, mais uma vez, a importância da redução da jornada sem redução dos salários como forma geradora de emprego. Lembro-me de que nesse debate, também, foi mencionada a importância da redução das horas extras. Se as horas extras fossem reduzidas, geraríamos, de imediato, algo em torno de dois milhões de novos empregos. Se reduzida a jornada nos moldes que apresentamos, serão gerados cinco milhões de novos empregos.

Está comprovado que a redução da jornada diminui os acidentes e as doenças do trabalho e aumenta a qualidade de vida do trabalhador. Permite, inclusive, que o trabalhador se recicle, aprendendo outras profissões para combater o desemprego, devido à alta rotatividade no País. Sem sombra de dúvida, com a redução da jornada e com os empregos gerados, a Previdência arrecada muito mais.

Estamos discutindo aquela velha tese de que é possível, sim, a previdência pública no Brasil ser superavitária, como o é. Quanto mais arrecadar, quanto mais trabalhadores estiverem em atividade, mais a Previdência estará ativa.

A Sra. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, o aparte de V. Ex^a me prestigiará.

A Sra. Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Paulo Paim, aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo, primeiramente, pelas audiências públicas que tem realizado e temos tido o prazer de assistir, tratando da recomposição do salário mínimo de forma permanente. V. Ex^a dá um exemplo a esta Casa de preocupação com o salário mínimo – aliás, essa tem sido sua bandeira por vários mandatos. Quero cumprimentá-lo também pela questão abordada no início: o vale-transporte. As considerações feitas por V. Ex^a, pelo Senador Romeu Tuma e pelo Senador José Sarney transmitem o pensamento desta Casa. Não poderia deixar de lembrar que o Senador Alvaro Dias preparou uma emenda para a medida provisória visando recompor o vale-transporte nos moldes em que ele foi criado. No entanto, fomos surpreendidos com a medida provisória. Não foi sem tempo que o Governo refletiu melhor, entendendo que jamais poderia reverter o recebimento do vale-transporte para dinheiro, porque isso prejudicaria não só o trabalhador mais carente, mas também a Previdência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senadora Lúcia Vânia, cumprimento V. Ex^a por demonstrar grande preocupação com as questões relacionadas aos interesses dos trabalhadores, dos deficientes, dos idosos e, naturalmente, dos aposentados e pensionistas.

Eu tive a honra de debater esses temas sob a orientação de V. Ex^a na Comissão de Assuntos Sociais, quando V. Ex^a era Presidente. Por isso me sinto muito à vontade, quando V. Ex^a faz o aparte porque comungamos no mesmo pensamento em relação ao direito dos trabalhadores, dos aposentados, dos deficientes, enfim, de todos os discriminados sejam as crianças, os idosos, os negros, sejam índios, sejam as mulheres. A Comissão de Assuntos Sociais cumpre esse papel. E eu tenho trabalhado lá com V. Ex^a com muita satisfação.

Lembro que há um projeto de minha autoria – cuja relatoria é de V. Ex^a, e o parecer é favorável – de lei complementar sobre um artigo da Constituição que até hoje não foi regulamentado e que se refere às creches para crianças nas empresas da área privada. O parecer de V. Ex^a, que tive a oportunidade de ler, aponta exatamente para essa regulamentação, o que mostra a sua preocupação com esse tema que é caro a todos nós.

Sra. Presidente, eu gostaria de, neste momento, lembrar a todos na Casa que, na terça-feira, teremos outra audiência pública na comissão mista composta de 11 Deputados e 11 Senadores que está discutindo o salário mínimo e o benefício dos aposentados e pensionistas sob a ótica de uma política permanente. Nesta terça-feira, ouviremos os representantes dos

Prefeitos e também o representante dos funcionários das prefeituras. Sempre que vamos debater essa questão de benefícios a aposentados e pensionistas, há um setor – não são todos os Prefeitos – que diz que o salário mínimo não pode ser aumentado porque isso quebraria as Prefeituras.

Sei que V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, pensa diferente, pensa como eu, ou seja, que o problema das prefeituras não é o mísero salário mínimo, mas vamos dar a oportunidade a todos de falarem. Nesses dias, tivemos especialistas na área técnica e econômica com um dos quais V. Ex^a polarizou, o que, como Relator, considerei muito positivo. É muito bom quando alguém pensa que o problema da economia é o salário mínimo. V. Ex^a foi muito feliz quando rebateu. Claro, o problema da economia não é o salário mínimo; é a taxa de juros, é o câmbio, é mercado interno, externo, é exportação. Então, vamos dar oportunidade a que todos possam falar. Como Relator dessa comissão mista, de cujas reuniões V. Ex^a não tem se ausentado, considero muito bom para a Comissão que, V. Ex^a, que é candidata a Presidente da República, esteja sempre lá debatendo, polarizando e colocando o seu ponto de vista. E vai ser muito bom que nesta semana ouçamos as duas associações nacionais de Prefeitos que dizem que o problema das Prefeituras, na ótica deles – não é sempre, mas em certos momentos – é o salário mínimo. Com certeza, na época eleitoral, eles não dizem que o salário mínimo é o problema deles. Então, vamos deixar que eles coloquem seus pontos de vista. Virá também um representante dos servidores dos Municípios, como dizia antes, que manifestarão também os seus pontos de vista sobre esse tema.

Acho que a Comissão está avançando, e espero que consigamos construir o que chamamos de uma política permanente de recuperação do salário mínimo e de benefício dos aposentados e pensionistas. Há uma expectativa muito grande porque, até hoje, eles não sabem, Sra. Presidente, se o reajuste deles virá em junho, virá em maio, em abril, e de quanto será. O salário mínimo está praticamente definido, queiramos ou não. Há um projeto de lei que fixa o valor. Claro que vai ser debatido aqui no Congresso, poderá ser emendado ou não, mas tudo indica que não ficará muito longe de R\$350. Deve ficar em torno desse valor, eu diria, porque não tenho bola de cristal para saber qual será a decisão dos Senadores e Deputados na votação. Os aposentados não sabem ainda e nos procuram e a setores do Governo na expectativa de receber também o percentual que foi dado ao salário mínimo.

Esse debate continua, é um bom debate. Não é por ser ano eleitoral, como alguns dizem, que ele vai inviabilizar a construção de uma política permanente.

Pelo contrário. Por ser ano eleitoral é que podemos, no debate, ver qual é o compromisso dos candidatos, seja candidato a Deputado Estadual, Federal, Governador, Senador ou mesmo Presidente da República, quando o tema é o salário mínimo e o benefício dos aposentados e pensionistas.

Para concluir, Sra. Presidente Heloísa Helena, eu queria destacar que estou muito preocupado com o desemprego no setor do calçado. A situação das empresas brasileiras que produzem calçados é da maior gravidade. No Vale dos Sinos, que V. Ex^a conhece bem porque já esteve lá – inclusive em minha campanha; foi para o palanque, gravou na televisão um depoimento de apoio a nossa candidatura num momento muito difícil –, eu diria que 25 mil trabalhadores foram demitidos num período de oito meses. Falava-me outro dia um representante dos trabalhadores que, na região de Franca, Estado de São Paulo, de 8 mil a 12 mil funcionários já foram demitidos. Com a desvalorização do dólar, a situação tende a agravar. O comum agora, com relação às empresas do Brasil da área do calçado, não é o fato de irem para o Norte e Nordeste – pelo menos seria uma disputa entre nós –; é irem para outros países, para a China, para a Índia ou aqui para a Argentina, devido à queda do dólar. Não compensaria mais produzirem com essa relação real/dólar. Essa é uma preocupação muito grande, e a Casa e o Governo devem debatê-la.

Calculem os senhores o que dói numa família ver o desemprego entrando pela porta; o desemprego entra e não pede licença. V. Ex^a também fala muito neste tema. É o pão, é o leite, é a passagem do ônibus, é o tíquete que o trabalhador não vai ter mais porque estará desempregado – nem o de alimentação, nem o tíquete transporte. O desemprego, o fantasma do desemprego no setor de exportação, principalmente na área do calçado, é grave.

E agora, com a chamada gripe aviária, nós, que no Rio Grande do Sul exportamos muito frango, já estamos começando a sentir também esse outro impacto, que vai gerar outros milhares e milhares de desempregados. O momento é delicado e mexe com a nossa sensibilidade. Por isso trazemos o tema do desemprego ao debate. Não se trata apenas da redução de jornada. Reduzir a jornada apenas não resolve a situação, sabemos que é toda uma política que tem que ser discutida, analisada, para sabermos se é possível reduzir a jornada sem redução de salário como forma de gerar emprego. Ao mesmo tempo, devemos pensar na taxa de juros, pensar no câmbio, pensar na política de exportação e, naturalmente, pensar no fortalecimento do mercado interno, devido à situação muito grave no Rio Grande do Sul.

Fica este alerta. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena – P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e parabenizo-o pelo pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo, anunciando os demais oradores: depois do Senador Mozarildo Cavalcanti, o Presidente José Sarney, o Senador Antonio Carlos Valadares e outros que queiram se inscrever depois de mim também.

Concedo a palavra a V. Ex^a pelo tempo regimental ou que entender necessário ao seu pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, não há dúvida que a democracia é o melhor dos regimes políticos. Também é sabido que o contraditório é a regra basilar da democracia e do direito. Por isso, denunciar fatos julgados ilícitos é dever de todo cidadão, mormente do profissional da imprensa e do Parlamentar. Há, porém que se assegurar ao denunciado o direito constitucional de ampla defesa, sem o que a denúncia ou é injusta ou é calúnia, difamação ou injúria.

No dia 21 de fevereiro do corrente ano, numa semana pré-carnavalesca, o Senador Romero Jucá, que até bem pouco tempo estava aqui no plenário, fez uma série de acusações ao Governador do meu Estado de Roraima, inclusive, chamando-o de bandido.

Entendo, Sra. Presidente, ser oportuno diante do ocorrido, fazer um breve histórico da trajetória desse homem público que, aliás, governa Roraima pela terceira vez, tendo sido o primeiro Governador eleito do nosso Estado, criado pela Constituição de 1988, da qual tenho muito orgulho de ter sido membro como Deputado Constituinte, cujo Governador **pro tempore** ou biônico, como se diz no linguajar popular, foi justamente o Senador Romero Jucá, que foi derrotado pelo atual Governador Ottomar Pinto, na primeira eleição para Governador do Estado, em 1990. Daí começaram as mágoas do Senador Jucá, apesar de, nessa eleição, ter elegido a sua esposa, a Sra. Tereza Jucá para a Câmara dos Deputados. Em 1994, Jucá elege-se Senador, mas seu candidato a Governador perde a eleição para Neudo Campos indicado e apoiado pelo Governador Ottomar Pinto. Em 1998, Neudo Campos se reelege Governador, derrotando a esposa do Senador Romero Jucá, a Sra. Tereza Jucá, atual Prefeita de Boa Vista, Capital do meu Estado.

Desde 1990 até a presente data, o Senador Romero Jucá tem usado de todos os meios, seja mediante os veículos de comunicação que controla – uma RTV da Rede Bandeirantes, chamada TV Caburaí, uma RTV da TV Record, chamada TV Imperial e de uma rádio, a Rádio Equatorial; seja da tribuna do Senado, para atingir, com denúncias, os seus mais variados adversários políticos.

Foi assim durante o primeiro Governo Ottomar Pinto, no Governo Neudo Campos, no Governo Flamarion Portela e agora no atual e novo Governo de Ottomar Pinto, não se preocupando em atingir nacionalmente a imagem de um Estado novo, pequeno e pobre, como é o nosso, para satisfazer seus interesses políticos.

Quanto ao discurso proferido em 21 de fevereiro, esclareço que protocolei na Presidência do Senado e na Corregedoria do Senado, ofício em que busquei esclarecer as denúncias do Senador Romero Jucá e peço seja transscrito, na íntegra, como parte deste meu pronunciamento.

Enviarei cópia desse ofício a todos os Srs. Parlamentares para que possam, com calma, analisá-lo, bem como os diversos documentos anexados.

Agora, Sra. Presidente, o que me admira é que o Senado, além de já ter arquivado denúncia contra o Senador Romero Jucá no Conselho de Ética, por desvio de dinheiro público, não tenha tomado qualquer medida para apurar três denúncias contra o Senador nesse mesmo Conselho de Ética, uma, aliás, de V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, e outras duas de um jornalista do meu Estado.

A imagem do Senado fica mais abalada quando um de seus membros é acusado de crimes do que quando supostamente tem sua casa ou seu escritório, segundo ele, ameaçado de “invasão” pela imprensa, que apenas tentava comprovar denúncias de desvio de recursos e de bens públicos.

Espero que todas as denúncias sejam apuradas: as do Senador contra o Governador e as apresentadas contra o Senador, que estão dormitando no Conselho de Ética do Senado, para que amanhã não sejam engavetadas, prescrevam ou percam o objeto.

Sra. Presidente, faço este pronunciamento até um pouco magoado porque não é meu estilo, mas creio-me no dever de, em defesa do meu Estado, em defesa da própria imagem do Senado, vir aqui prestar esses esclarecimentos e cobrar da Mesa do Senado, da Corregedoria e do Conselho de Ética que tudo seja apurado, ou seja, as denúncias contra o Governador e também as denúncias contra o Senador.

Não podemos aqui fazer de conta que somos apenas uma confraria e acobertarmos os que uns e outros fazem de errado.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ofício nº 159/2006/GSMCAV

Brasília, 24 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Ed. Principal, 1º andar
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senador Renan Calheiros,

Venho à presença de Vossa Excelência, na qualidade de Senador da República pelo Estado de Roraima, esclarecer pontos sobre o pronunciamento feito pelo Senador Romero Jucá, no dia 21 de fevereiro do corrente ano (Doc. 1), quando responsabilizou o Governador do meu Estado, Ottomar Pinto, inclusive chamando-o de "bandido" (Doc. I, pág. 203), pela invasão do que ele diz ser seu escritório e da sua residência em Boa Vista, Capital de Roraima. A matéria foi transmitida pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, **Jornal Senado** e outros veículos de comunicação, principalmente nos que direta ou indiretamente estão sob o comando do referido Senador (Docs. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13).

Muito oportuna a providência que essa Presidência, por meio do Senador Romeu Tuma, que presidia a sessão no momento do pronunciamento do Senador Romero Jucá, e, que pelo que se depreende do Documento nº 1 (anexo) já sabia do teor do mesmo, pois, ao conceder-lhe a palavra, afirmou: "...Estamos abrindo uma exceção pela gravidade da comunicação que ele vai fazer" (pág. 201). Também chamou a atenção a interveniência do Senador Tião Viana que, ao pedir a palavra pela ordem, falou: "...estou no exercício da Presidência do Senado, devidamente delegado pelo Senador Renan Calheiros... solicito à Corregedoria imediata providência no sentido de apurar exemplarmente o fato e assegurar a devida proteção à autoridade, ao Senador da República, porque o Senado é atingido com o ato de invasão à propriedade e à vida pessoal de um Senador" (grifo nosso).

Zelo e providências devidas e oportunas diante da denúncia do Senador Jucá. Lamento, entretanto,

que os mesmos zelo e providências para com a imagem do Senado não tenham sido tomadas quando durante vários meses o Senador Jucá exercia o cargo de Ministro da Previdência Social, período em que a grande imprensa nacional: televisão, rádios, jornais e revistas publicaram um rol de denúncias contra o mesmo senador, inclusive a própria Comissão de Ética do Serviço Público, a Procuradoria Geral da República e o Supremo Tribunal Federal não aceitaram as explicações do Senador, tendo ele saído do Ministério denunciado pela Procuradoria Geral da República ao STF, que acolheu a denuncia e mandou a Polícia Federal proceder às diligências. Além disso, o Senador responde a outro processo referente a supostas irregularidades cometidas com verbas federais no município roraimense de Cantá. Existem várias denúncias contra o Senador Jucá; além de uma anterior já arquivada no Conselho de Ética do Senado. Mas, parece que nada atingiu o Senado. Tanto é que ele foi distinguido com a Vice-Liderança do Governo Lula no Senado.

Mas, vamos aos fatos que levaram o Senador Romero Jucá ir à tribuna acusar o Governador Ottomar Pinto pelos incidentes que ele relatou:

1. Na época em que o Senador Jucá era Ministro da Previdência, o Sr. Juan Sragowicz, irmão do falecido Deputado Moisés Lipnik, que mora em Miami, nos Estados Unidos, outorgou duas procurações (Docs. 17 e 18) para o Sr. Antonio Emílio Saenz Zurita, irmão da Prefeita de Boa Vista e esposa do Senador Jucá, concedendo-lhe poderes para gerenciar uma Rádio e uma RTV da TV Record (Rádio Equatorial e TV Imperial). De posse das referidas procurações, pessoas ligadas ao Sen. Romero Jucá invadiram as citadas emissoras e expulsaram sócio e funcionários das mesmas, apossando-se das referidas emissoras numa ação pessoal de polícia. Depois, o Juiz garantiu a posse provisória por liminar e o feito continua sendo apreciado pela Justiça.

É bom esclarecer que ambas as Emissoras de Rádio e TV faziam oposição ao Senador Romero Jucá. Reservo-me, para em ocasião própria comentar, se for necessário, sobre a TV Caburaí, que é RTV da Rede Bandeirantes e que trabalha politicamente para o Senador Jucá.

2. Os episódios denunciados pelo Senador, no dia 21 dos correntes mês e ano, tiveram sua origem em depoimento prestado pelo Sr. Cláudio Roberto Firmino de Oliveira, engenheiro eletricista, ao Ministério Público Federal – Procuradoria da República em Roraima, no dia 31 (trinta e um) de janeiro do corrente ano, em que fez graves denúncias contra o Senador Romero Jucá e à sua esposa Teresa Jucá, Prefeita de Boa Vista. (Doc. 14)

3. Obviamente, que esses fatos tendo chegado à imprensa local, a mesma buscou investigar, como é do seu dever, para esclarecer a verdade, que é o objetivo maior da Justiça e da Ética. (Doc. 15)

4. Por sua vez, o Governo do Estado de Roraima, por meio da sua Coordenadoria de Comunicação Social, enviou-me Ofício (Doc. 16) reproduzindo nota oficial publicada, em que esclarece os fatos.

Certo de que Vossa Excelência adotará as medidas legais cabíveis, quero, como representante do meu Estado, acompanhar todos os procedimentos necessários ao esclarecimento dos fatos, solicitando deles ser notificado.

Atenciosamente, — Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador José Sarney pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Querida e ilustre Presidente, Senadora Heloísa Helena; Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesta tarde para recordar que no dia 28 de fevereiro de 1986, portanto há 20 anos, foi editado o Plano Cruzado, que considero uma das mais importantes e corajosas medidas tomadas no Brasil para proteger os pobres e o povo brasileiro.

Quando assumi a Presidência, a nossa economia estava numa situação extremamente difícil. Tínhamos um déficit de 60% do nosso orçamento. Hoje, fala-se num déficit de 4 e até de superávit. Pode-se, então, avaliar o que era. A nossa despesa era de 201 trilhões (com a moeda de então) e de 112 trilhões a nossa arrecadação.

Pesava também a dívida externa, que, naquele tempo, era impagável. Os anos 80, chamados de a “década perdida”, de certo modo foram assim considerados, não pelos países da América Latina e, sim, porque os Estados Unidos, para solucionarem os problemas internos da sua economia, elevaram os juros a níveis estratosféricos, que incidiram sobre as dívidas desses países, tornando-as impagáveis e desmoronando totalmente as economias da região.

Também devemos recordar que ainda estávamos com os efeitos da crise do petróleo de 1976, e, portanto, com uma inflação estava muito alta – naquele ano 300% –, e com a perspectiva de marcharmos para uma superinflação ou para uma hiperinflação.

Diante daquele quadro, tendo assumido o Governo nas circunstâncias em que o assumi – e de que todo o Brasil é testemunha –, com a morte do Presidente

Tancredo Neves, sem nenhuma legitimação política, vindo de um Estado pobre, sem ligações com os grupos econômicos do País, sem um partido político a me apoiar, sem ter participado da elaboração do programa do Governo, sem ter nomeado os meus auxiliares, a minha situação era extremamente difícil. Mas logo procurei estabelecer as diretrizes que iriam me nortear no Governo. A primeira delas era a minha certeza de que, se o Presidente não se legitimasse, teríamos um retrocesso político, porque, inevitavelmente, ele teria o mesmo destino dos Presidentes que haviam sido depostos.

No terreno da economia, a fórmula que me apresentaram foi a que existia naquele tempo e que, de certo modo, foi consagrada em todo o mundo, com muito maior profundidade, que era do Consenso de Washington e que levou ao neoliberalismo. Eu teria que entrar para um processo recessivo, de restrições profundas de despesa, e entrar numa reforma que desse à economia os instrumentos que, forçosamente, levariam ao desemprego, à recessão e a um processo político no qual não teríamos nenhuma condição de fazer a transição democrática naquele instante.

Sabendo que não podia, nem devia, porque não era da minha formação, transferir ao povo brasileiro, por meio de uma recessão profunda, as culpas de toda a acumulação do modelo econômico que então vivíamos, a minha intenção foi a de buscar uma fórmula diferente daquelas que estavam sendo ditadas pelos organismos internacionais. Era uma luta, de certo modo, arriscada. Eu sabia os custos dessa luta, mas não tinha outra diretriz senão tomá-la.

Tive o apoio muito importante do Ministro João Sayad, que, devo confessar, para mim é um dos melhores, senão o melhor professor de economia no Brasil, porque ele fala dos problemas econômicos com uma concisão, com uma clareza que dá perfeito entendimento das coisas; não é daqueles que procuram complicar para que não se entenda do que a economia trata. Com o Professor Sayad, então, eu, já sabendo que ele tinha, com um grupo formado pelo Francisco Lopes, Pérsio Arida e Otto Lara Resende, alguns estudos sobre a inflação inercial, quer dizer, aquela que a própria inflação gera no outro mês e, seguidamente, pedi que procurássemos, então, nesse caminho, estabelecer esse novo modelo.

Soube, então, que, em Israel, que também tinha uma inflação alta, havia sido feita uma reforma dessa natureza, um plano heterodoxo, que baixara a inflação e, ao mesmo tempo, estabilizara a economia.

Secretamente, solicitei ao Sayad que mandasse a Israel um economista nosso, da nossa confiança – o Professor Pérsio Arida – para estudar em profundida-

de o plano israelense. Ele voltou e nos deu as linhas gerais do plano, que, para nós, teria uma dificuldade muito grande, qual seja, estabelecermos, como em Israel se estabeleceu, um pacto interno no qual as forças políticas sustentariam as dificuldades que seriam encontradas durante o processo.

Eu, então, sem que ninguém soubesse que isso estava vinculado à busca de um caminho heterodoxo, propus um pacto nacional que era justamente para que o País pudesse, à moda da Espanha e à moda do que se fizera em Israel, enfrentar as dificuldades que sabíamos que enfrentaríamos. Pedi a Ulysses Guimarães que chefiasse esse pacto.

Infelizmente, não tive sucesso, porque as forças políticas achavam que o pacto era uma maneira de diminuir a força dos políticos. Naquele tempo, estavam sendo formados os governos e cada um queria ocupar mais espaço dentro do próprio governo.

Então, estabelecemos um grupo para trabalhar na elaboração desse plano que, depois, veio a chamar-se Plano Cruzado. Inicialmente, baixamos um primeiro decreto, de alinhamento de preços – ninguém sabia do que se tratava. Ele foi estudado e feito pelo Pérsio Arida – e era de correção dos preços de uma maneira geral. Quer dizer, linearmente aumentávamos preços e salários.

Houve uma grande reação do Ministro do Trabalho, mas o que buscávamos era um alinhamento pelo qual, quando chegássemos ao nosso plano, já encontraríamos a nossa economia alinhada nesse aspecto.

Seria uma correção de salários e preços. Dentro do Congresso havia um movimento dessa natureza, mas, por meio do Líder do PMDB, o Deputado Pimenta da Veiga, desejava-se apenas uma correção mensal dos salários, o que levaria a uma hiperinflação. Era algo solto, apenas uma reivindicação.

Depois, quando se fez o Plano Real, foi feito o mesmo decreto, pelo mesmo Pérsio Arida. Era mais ou menos o que nós estávamos começando a preparar. Então, fizemos o Plano Cruzado em absoluto sigilo – conseguiu-se isso no Brasil. Deu-se o nome de Plano Cruzado. “Cruzado” significa “cruz”. Os cruzados eram aqueles iam para as guerras religiosas; e o cruzado na moeda portuguesa eram 400 réis.

O Senador Paulo Brossard, quando também teve acesso ao texto, pois era Ministro da Justiça, e nós tínhamos de preparar a legislação para deflagrar o plano, encontrou aquela equipe trabalhando e disse: “Os senhores são os cruzados”. Então; Sayad disse: “Encontramos o nome da moeda”, que até então não tínhamos. A partir daí, o Plano foi denominado Cruzado.

Pois bem, uma parte desse Plano Cruzado teve, de certo modo, a minha responsabilidade. Na sua for-

mulação inicial, havia um aumento, um abono de 8% que foi dado; um abono aos trabalhadores de 12%, porque já tínhamos dado 6% em outubro, e demos mais 6% no Plano Cruzado. Iríamos, então, tentar fazer com que a inflação inicial fosse tolhida. Estabelecemos uma média de preços por meio da tablita. E aí eu disse que eu não teria condições de fazer um Plano dessa natureza se nós, ao invés de fazermos a correção total de salários e preços, fizéssemos o congelamento, porque dava no mesmo. Uma coisa ou outra. Mas precisava ter coragem para congelar. A equipe econômica ficou muito em dúvida se havia alguém ou algum governante, algum Presidente que tivesse coragem de enfrentar a decretação do congelamento naquele momento. Assegurei-lhes que eu arcava com essa coragem. Sayad até disse que se tratava de uma audácia.

E, assim, determinei que dessa forma fosse feito. Entrou o gatilho, que foi uma proposta do Ministro Pazzianotto. Hoje se diz que o Cruzado estava errado, que deviam ter sido feitas correções que não foram feitas, enfim, que o Presidente não fez as correções. Eu digo que o primeiro erro do Cruzado é que os economistas desaparecem. Poucos ainda assumem a responsabilidade que tiveram; em grande parte, fugiram da responsabilidade, que ficou nas minhas mãos. Eles achavam que o Plano era recessivo.

As medidas tomadas eram contra a recessão, isto é, concedemos o abono, aumentamos em 12% o custo real dos salários e estabelecemos o gatilho. As medidas eram tomadas na possibilidade de serem recessivas e, quando foi decretado o Cruzado, eles mesmos se espantaram porque o Cruzado era consumista. Houve uma explosão de consumo, embora, na realidade, acreditavam que era recessivo. Muito tivemos que pagar por isso, porque concebemos o Plano dentro de um universo e o universo que encontramos era absolutamente outro. Por quê? Porque éramos inovadores.

Destaco que tive a coragem de adotar um plano daquela natureza. Na última reunião que tivemos, quando todos nós avaliamos os perigos do plano, o que poderia ocorrer, lembro-me de que tive a oportunidade de dizer: “Pois bem, creio que não vou para a recessão. Sei que estou colocando a cabeça na guilhotina, mas vou arriscar porque o povo brasileiro merece que se faça isso”. Foi um plano que se destinava justamente a atender aos mais pobres. Assim, externei a minha preocupação no slogan: “Tudo pelo social”.

Relembrando 1986, saliento que foi o ano mais feliz que teve o povo brasileiro. Quando o ano terminou, a capa de uma revista dizia: “Um ano que vai deixar saudades”. Realmente, foi um ano em que houve no Brasil o menor índice de indigência e de pobreza. Nunca

o Brasil tinha assistido a isso. O nível de desemprego foi de 2,36% durante o período todo em fui Presidente. O que significava? Os trabalhadores passaram a ter força, porque o desemprego retira a força do trabalhador. Não tendo onde trabalhar, perde a sua força de opinar, de reivindicar. Ele joga dentro das suas lutas aquilo que tem de essencial em si, o seu emprego. Então, durante o tempo em que fui Presidente, a média de desemprego no Brasil foi de 3,36%. No último ano, quando saí, 2,38%. Nunca mais, devo repetir, nunca mais isso ocorreu no nosso País.

Estou com a tabela de desemprego: período do Governo Sarney: 2,69%, quase residual; período Collor-Itamar: 4,08% em dezembro e 5,05% a média anual; período Fernando Henrique: 6,39%.

Esses são resultados. Os números que estou lendo encontram-se no *site* da Fundação Getúlio Vargas – não sou eu que estou apresentando – para que qualquer um possa consultá-los e verificar o que ocorreu.

Durante aquele tempo – esses números também estão na Internet –, a balança comercial teve a taxa mais alta, de 13,45%. No Governo Fernando Henrique, foi de -4,27%; Produto Interno **per capita** durante o Governo Sarney, 81,41% de aumento; Governo Collor e Itamar 22%; Governo Fernando Henrique -1,18%. São os números que se mostram hoje.

Outro dia li um artigo de um jornalista, um professor que participou do Cruzado, dizendo que durante dez anos o Cruzado atrasou o Brasil. Digo que até hoje esses números não foram repetidos. Esse atraso, não sei como pode ter tido. Dez anos; nem um dia a menos, nem cinco, nem nove anos e 346 dias. Ele disse dez anos porque, evidentemente, era um argumento político, porque até hoje se sabe o que o Cruzado representou para o Brasil.

Muitos livros foram escritos. A bibliografia sobre o Cruzado é muito grande. Até hoje discute-se que sem o Cruzado não haveria o Plano Real. Sem a coragem que tive de congelar os preços naquele tempo, de escolher um plano heterodoxo, não teríamos Plano Real, porque essa aprendizagem é que levou, realmente, ao Plano Real.

Além disso, adotamos um governo voltado para o social, em que foi possível serem feitas coisas que hoje são importantes. Há pouco falamos no vale-transporte. Lembro-me de que, naquele tempo, tivemos 26 milhões de pessoas beneficiadas com o vale-transporte. Sete milhões e meio de famílias foram atendidas pelo programa do leite. A Unesco concedeu ao meu governo um certificado de que foi o melhor e maior programa mundial de combate à fome, à desnutrição. Estou falando sobre tempos de 20 anos. Havia 11 milhões de crianças, gestantes e nutrizes, no Programa

de Alimentação Suplementar, destinado às mães em amamentação e às mulheres grávidas; 2 milhões de crianças nas creches-casulo, que foram criadas naquele tempo; 50 milhões de estudantes e 8 milhões atendidos na merenda escolar, que era de 140 dias e eu passei para 260 dias, e ainda a estendi: “Leve seu irmãozinho para a escola”. Até os seis anos, eles podiam ir à escola e participar da merenda escolar. Também naquele tempo tivemos a farmácia básica da Ceme, que atendia 50 milhões de pessoas. Havia a central estatal de medicamentos. A mortalidade infantil foi reduzida em 41% – são números que também não se repetiram! –, graças ao Programa de Saúde da Comunidade. O seguro-desemprego, que não havia no Brasil, foi criado pelo próprio decreto do Plano Cruzado. Não existia seguro-desemprego no Brasil. Então, hoje, quem recebe seguro-desemprego...

A população pode entender o que estou falando. Os que têm 40 anos, hoje, tinham 20 naquele tempo; os que tinham 30 anos, têm 50 hoje. É uma diferença de tempo muito grande. A juventude não sabe, não pode avaliar exatamente o que foram aquelas lutas.

Quando escuto, hoje, as críticas aos Presidentes, eu, que fui Presidente, vejo que cada um procura fazer aquilo que as circunstâncias permitem. Ninguém mais do que o Presidente é beneficiado se ele acertar. Ele não pode querer errar. De maneira nenhuma! Não há a dizer: “Eu quero errar por errar”. Não! Os Presidentes sempre procuram acertar. E quaisquer que tenham sido os erros que cada um de nós tenha tido – eu, Itamar, Fernando Henrique –, cada um de nós procurou dar uma contribuição ao País e deu, em um determinado tempo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Sarney, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador José Sarney, não participei da elaboração do Plano Cruzado, mas me lembro muito bem das circunstâncias em que foi lançado, do momento das reações populares e dos seus efeitos, sobretudo quando a população parecia derrotada, com uma inflação elevadíssima. V. Ex^a teve a coragem, e já o disse, de enfrentar esse problema grave, com a assinatura que deu, na condição de Presidente da República, estabelecendo o Plano Cruzado. Foi um ato de coragem, sim, mas é preciso que se diga que houve mais acertos do que erros com aquele grande programa. Naquele instante, a inflação corroia, de maneira letal, todas as rendas e todos os salários deste País. Ou se fazia o Plano Cruzado ou se fazia algo semelhante. E o Plano Cruzado, naquele

instante, deu certo. Tanto deu certo que nenhum Presidente da República logrou índices de aprovação e de popularidade tão elevados quanto V. Ex^a naquele instante. É preciso que se diga isso! E, em verdade, foi ali que começaram as ações sociais verdadeiramente ditas. V. Ex^a menciona diversos itens do seu plano de ajuda social, mas ainda não o fez em relação a todos; não mencionou o Programa do Leite ainda, que foi de grande envergadura e de grande repercussão também, do mesmo modo como os demais. Outro ponto questionado freqüentemente a respeito de seu governo é o fato de que V. Ex^a teria lutado para obter mais um ano de mandato presidencial. Na verdade, foi o contrário: V. Ex^a abdicou de um ano! O seu mandato era de seis anos, e não de quatro, e foi reduzido para cinco. Os seis anos deveriam ter sido mantidos; se o objetivo era reduzir para cinco ou para quatro ou para três anos, que se fizesse para o mandato seguinte. O fato é que o de V. Ex^a foi reduzido para cinco anos, e V. Ex^a concordou com isso, não se beneficiou de um ano a mais. Portanto, quero trazer aqui também os meus cumprimentos a V. Ex^a e dizer que, no meu entendimento, o Plano Cruzado foi mais positivo na sua ação global do que negativo.

O SR. JOSE SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Lobão. Agradeço a V. Ex^a, que sempre foi muito solidário e nos apoiou muito durante o meu governo e ao longo da vida.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSE SARNEY (PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Sarney, mais uma vez, V. Ex^a faz história no Senado Federal, ao trazer à nossa lembrança acontecimentos que realmente modificaram a vida econômica e social do nosso País. Substituindo Tancredo Neves, em um momento dramático da política nacional e, como disse, sem escolher nenhum Ministro, atendendo ao espírito democrático do falecido Presidente, V. Ex^a manteve a equipe de Tancredo e conseguiu governar até o final. Como assinalou o Senador Edison Lobão, V. Ex^a tinha todo o direito de governar pelos seis anos, mas, para não gerar nenhuma crise, para não prejudicar o andamento da abertura democrática, tão bem conduzida por V. Ex^a, aceitou os cinco anos. Sei que V. Ex^a lutou pela adoção do regime parlamentarista, mas, infelizmente, não o conseguiu – essa seria, a meu ver, a saída adequada para as crises provocadas pelo regime presidencialista. Antes de tudo, porém, quero registrar que, no século XX, o governo de V. Ex^a foi o último a utilizar a máquina estatal, patrimônio construído pelo povo brasileiro, para

edificar políticas sociais voltadas para as camadas mais pobres da população, notadamente no ramo da construção civil. Até hoje, ninguém igualou o programa habitacional do governo de V. Ex^a. Basta dizer que, em um Estado pequeno como Sergipe, conseguimos construir, em dois anos, mais de vinte mil casas populares. Há que se mencionar ainda as obras de saneamento básico – obras que durante muitos anos foram abandonadas, inclusive no governo passado, e agora estão sendo retomadas. No governo de V. Ex^a, tiveram relevo as obras de saneamento básico, não somente esgotamento sanitário nas milhares de cidades que precisavam, mas também a distribuição de água potável para as casas que não possuíam água. São dois destaques que eu gostaria de citar. Recordo também que a intervenção estatal praticamente se acabou no plano da economia, em função da integração dos mercados, da adoção do sistema de mercado em nosso País. V. Ex^a, com a interveniência da União, conseguiu fazer obras importantíssimas. Uma delas é histórica em meu Estado: o Porto de Sergipe, que foi construído com a participação da Petrobras. Fui ao Palácio do Governo certa vez, e V. Ex^a me entregou uma carta que, por minha vez, entreguei ao então engenheiro de produção da Petrobras Edílson Távora, que assumiu a responsabilidade, juntamente com a direção da Petrobras, de conduzir aquela obra monumental do Porto de Sergipe, que é fator preponderante para o desenvolvimento não só de Sergipe, como de toda a nossa região. O trabalho de V. Ex^a foi edificante não apenas no plano da abertura democrática, no plano do desfazimento de um processo que levava à crise e que poderia levar ao totalitarismo: V. Ex^a, como bom condutor, levou o nosso País à democracia, à abertura democrática, e também ao desenvolvimento social. Espero que o governo de V. Ex^a seja referência para o governo do Presidente Lula, apesar de hoje viver circunstâncias diferentes; como disse V. Ex^a, o governo é o governo das circunstâncias; muitas vezes o Presidente quer fazer uma coisa e não pode, porque sozinho não é possível fazer nada. O Presidente da República está cercado por problemas locais e internacionais – hoje somos um País integrado à economia mundial –, mas temos certeza absoluta de que o Brasil não vai voltar atrás naquela luta empreendida por V. Ex^a, que é a luta pelo fortalecimento do nosso regime democrático.

O SR. JOSE SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

O tempo não é capaz de colocar nuvens que me possam fazer esquecer aquela manhã em que V. Ex^a, governador, fez a reivindicação do Porto de Sergipe, e eu tive a oportunidade de anunciar que o iríamos construir.

Portanto, quero também agradecer a V. Ex^a por suas palavras e dizer o quanto tive de felicidade, de alegria, por caminharmos juntos, por trabalharmos juntos pelo nosso País durante aquele tempo: V. Ex^a, como Governador, e, eu, Presidente da República.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador José Sarney, gostaria de lembrar também que, naquela época do Plano Cruzado, realmente V. Ex^a cresceu no conceito da Nação. Prova disso é que todos os governadores do PMDB, em todos os Estados, foram eleitos. Ou melhor: em todos, menos em um, no Estado de Sergipe. Em Sergipe, o único candidato do PMDB que não aprovou o Plano Cruzado perdeu a eleição, e quem ganhou foi Antonio Carlos Valadares, que apoiou o Plano Cruzado com muito entusiasmo, porque sabíamos que aquele plano era direcionado para as classes mais pobres da população brasileira.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Senador Edison Lobão tocou num ponto muito discutido, de que se fala sempre, que as gerações atuais sempre ouvem dizer, a inflação. “Ah, mas a inflação, durante o tempo do Presidente Sarney, foi a mais alta que teve o País”. Primeiro, nós não podemos comparar inflação com correção monetária e inflação sem correção monetária. Segundo, temos um tempo. Àquele tempo, à década de 80, o mundo inteiro vivia um momento inflacionário. O Brasil também, como todos os outros países, estava acossado pela inflação. Eu herdei uma inflação alta! Mas a maior inflação que houve no País não foi durante o meu Governo; ela veio depois. A maior inflação do País veio depois do meu Governo. Agora, eu fiz uma coisa que, realmente, devo explicar à Casa e também o Brasil pode me ouvir. É uma confissão importante para se compreender aquele tempo. Quando o Plano Cruzado começou realmente a enfrentar problemas, eu pensei que nós não podíamos jogar tais problemas nas costas do povo. Então, arrisquei pagar com isso que se diz até hoje de a inflação ser alta. Como? Fazendo a correção mensal dos salários. Então, se os preços aumentavam, no fim do mês os trabalhadores também tinham o seu salário aumentando no mesmo nível. Isso fez um colchão de proteção aos mais pobres. Os ricos se defendiam da inflação, mas os pobres não tinham como se defender. A única defesa que pudemos naquele momento fazer foi esta, a correção mensal dos salários, para que o poder de compra da população brasileira permanecesse o mesmo e os trabalhadores continuassem empregados. Foi possível que o Brasil crescesse.

Até hoje vemos o País patinando em matéria de crescimento. Durante o tempo em que fui Presidente da

República, o Produto Interno Bruto do Brasil – durante os cinco anos do Governo Sarney – cresceu 95,28% em bilhões de dólares. Nos Governos de Itamar Franco e Collor, o PIB cresceu 31,9%; no Governo Fernando Henrique, cresceu 9,4%, até o ano 2000. Isso significa o quanto o País não repetiu mais esses números. Crescímos cerca de 5% ao ano. Em termos reais, chegamos a um crescimento de 91%. Como disse, na questão **per capita**, o crescimento foi de 81,41%. Ora, não houve um prejuízo maior. O povo brasileiro, os mais pobres, não recebeu o impacto que poderia ter havido se optássemos por uma situação de recessão, pelas fórmulas do Consenso de Washington, pelas fórmulas neoliberais, que começavam a surgir e que me eram dadas como solução. Recusei-as porque sabia o dano que significariam para o País e, sobretudo, para as camadas mais pobres.

Não significa que sou favorável à inflação. Não! A inflação é algo que devemos acabar. Mas a daquele tempo, com correção monetária – não era inflação sem correção monetária – era o único instrumento disponível que tínhamos.

Se o Plano Cruzado teve problemas, foi, em grande parte, porque o Presidente não teve apoio político, não tinha respaldo político. Devo confessar que todos os oito candidatos à Presidência da República que surgiram só tinham uma função, que ouvíamos na televisão dia e noite, sem um para me defender: acusar o Sarney, acabar com o Sarney. Era o que se pedia. Por quê? Porque era uma liderança que podia se consolidar, um Governo que podia se estabilizar. O programa era não conceder estabilidade ao Presidente Sarney. Sem esse apoio político, foi impossível tomar até o fim as decisões que poderíamos ter tomado. Realmente nos faltava apoio político.

Mas, com tudo isso, na área da política, pudemos legitimar os partidos clandestinos. Até mesmo Tancredo, uma vez perguntado, disse que essa era uma questão da Justiça. Ele podia fazer isso, mas eu, que o sucedia naquelas condições, não podia postergar um minuto as aberturas que tinha que fazer. O que fiz? Legalizei os partidos comunistas, as centrais sindicais – CUT, CGT –, todos os sindicatos, dando-lhes liberdade. Saíram daquele sistema getulista, do sindicato ministerialista, dos pelegos. Dei liberdade aos sindicatos. Dei ampla participação a que as forças que emergiam, que vinham dos partidos clandestinos, que tinham entrado na luta armada, tivessem espaço democrático para lutar.

Dizia-se: “Mas, Presidente, como V. Ex^a pode fazer isto: deixa convocar eleições para novembro, o senhor, que está à frente de tantos problemas?” E eu repetia: “Precisamos abrir os espaços para que essas forças

possam, democraticamente, encontrar o caminho de disputar”, o caminho da democracia. Se não fizermos isso, então é que teremos problemas. E assim foi feito. O único que pagava caro era o Presidente. Tive que enfrentar 12.600 greves. Não houve um dia em que eu não tivesse uma, duas, três ou quatro greves para resolver, pressionando o Governo.

Apesar disso tudo, pudemos convocar a Assembléia Constituinte, fazer a transição democrática, instaurar a democracia no País, implantar um Governo de liberdade e terminarmos o Governo entregando a faixa ao meu sucessor, que me tinha agredido tanto durante a campanha. Mas eu não podia deixar, de nenhuma maneira, pelos costumes políticos brasileiros que eu devia honrar, de transmitir-lhe, pessoalmente, a faixa presidencial que lhe tinha sido entregue pelo povo brasileiro.

Concedo um aparte ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Meu caro Presidente José Sarney, eu queria apenas registrar que o Plano Cruzado fez com que o Brasil ingressasse na modernidade econômica. Numa situação extremamente adversa politicamente, numa situação de dificuldades, V. Ex^a teve a habilidade, a coragem – aqui já foi dito –, a ousadia, como disse o Ministro João Sayad, e a visão de futuro e de país de implementar o Plano Cruzado. Não vou repetir todos os resultados que foram obtidos durante sua implantação, mas quero aproveitar a oportunidade para dizer que o Plano Cruzado foi uma ação importante do Governo de V. Ex^a. V. Ex^a foi Presidente do Brasil todo, do Brasil inteiro, e posso falar isso porque acompanhei de perto o Governo de V. Ex^a em vários cargos. V. Ex^a olhou para todo o Brasil e olhou para a Amazônia. E isso não foi falado ainda. Teve V. Ex^a a coragem de criar o Programa Calha Norte, de trabalhar com as Forças Armadas e fortalecer a presença das Forças Armadas na região e de buscar o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia. Fui Governador do Estado de Rondônia durante um ano e cinco meses no Governo de V. Ex^a. E o Governo de V. Ex^a, durante esse um ano e cinco meses, fez mais do que todos os governos fizeram até agora. V. Ex^a implantou universidades – até então não havia curso superior no Estado de Roraima, e os jovens tinham que sair para estudar fora e muitos não voltavam –, V. Ex^a implantou a escola técnica, e V. Ex^a resolveu o problema dos servidores que eram prestadores de serviços e tanto em Roraima quanto no Amapá tiveram a sua solução definitivamente resolvida. V. Ex^a olhou para os menores, para os pequenos, para os Territórios, e para os amazônidas.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – E fiz um grande hospital lá em Roraima, se V. Ex^a quiser citar.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Exatamente! Eu ia registrar. V. Ex^a construiu o hospital, V. Ex^a construiu a escola técnica. V. Ex^a, na verdade, ajudou-nos a implantar tudo isso e a fazer, no Estado de Roraima, o maior programa de investimento **per capita** do Brasil em água e saneamento básico. O Governador e Senador Antonio Carlos Valadares falou na questão do saneamento básico e na questão da construção de habitações. Lá em Roraima, não foi diferente. No Governo de V. Ex^a, o BNH olhava para os pequenos em vários aspectos e em várias ações. Assim, sem ser repetitivo, gostaria de dar este testemunho, porque, sem dúvida nenhuma, a História está fazendo justiça a V. Ex^a, pois hoje tem o reconhecimento de todos os brasileiros. E nós, peemedebistas, temos imenso orgulho de tê-lo em nossas hostes. V. Ex^a, volto a dizer o que disse antes, é uma bússola, é um caminho, é um mestre que tende a apontar o melhor caminho, pela experiência de vida e pelo aprendizado, aprendizado com vitórias e com muito sofrimento, porque, como Governador do Território, acompanhei o final do seu Governo. Lembro-me de que, certa vez, no Palácio do Planalto, depois de ataques feitos a V. Ex^a pelo Presidente Collor, V. Ex^a me disse que ele tinha uma audiência marcada com V. Ex^a. Na época, perguntei: “Presidente, V. Ex^a vai receber esse camarada que lhe disse tantas coisas?” E V. Ex^a disse: “Vou recebê-lo, porque a História vai ensiná-lo. Nós temos que ser maiores do que os nossos adversários. Vou recebê-lo e a História vai ensiná-lo”. E parece que a História o ensinou. Está V. Ex^a aqui e ele passou por todos aqueles acontecimentos no passado. Portanto, quero saudar o discurso de V. Ex^a, não só pelo Plano Cruzado, que teve um papel importante pois colocou o Brasil, como eu disse, na era da modernidade econômica, mas também porque foi o precursor de outros planos e fez com que chegássemos à economia que temos hoje. E quero saudar também o Governo de V. Ex^a como um todo, que teve a coragem de agir na economia, mas teve a coragem maior de ser o Governo do “Tudo pelo Social”, como o foi.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. V. Ex^a trabalhou comigo como Governador e em outros cargos, sempre demonstrando grande eficiência, grande espírito público e grande correção na vida pública.

Quero lembrar ainda que eu apenas vim à tribuna para recordar os vinte anos do Plano Cruzado. E porque os jornais têm falado sobre isso. O **Valor**, inclusive, publicou um caderno inteiro. Os jornais têm tratado desse assunto, alguns de uma maneira, outros de outra, mas todos em um certo consenso, no sentido de que, sem o Plano Cruzado, não teríamos chegado

ao Plano Real. O Plano Cruzado foi o início, a coragem e a audácia de uma aprendizagem.

Recordo as demais conquistas alcançadas naquele tempo: a legalização da UNE, a concessão de 13º salário para os servidores públicos e as 113 escolas técnicas que construímos no Brasil. Ressalte-se que Getúlio Vargas tinha construído 23 e que, até então, esse programa estava parado.

Senador Romero Jucá, já que V. Ex^a falou desse episódio e da resposta que lhe dei, saliento que o meu temperamento ajudou muito o Brasil naquele tempo. Sempre tive o temperamento de nunca procurar agravar as coisas. Se, à época, tivéssemos tido um Presidente temperamental, certamente não teríamos feito a transição democrática. Teríamos tido um grande retrocesso, porque, evidentemente, as únicas forças organizadas que existiam eram as Forças Armadas. Tínhamos aberto a panela – vamos dizer assim – democrática que fervia e o Brasil inteiro era uma grande efervescência. Ressaltem-se as lutas em que o País se dividia. Eram muito maiores as buscas das esperanças do que os instrumentos que tínhamos para realizá-las. Contudo, procurei, com diálogo, tranquilidade e paciência, caminhar.

Todos os desta Casa que me conhecem sabem que nunca fui diferente. Sempre fui assim mesmo. Não tenho nada do que me arrepender. Ao contrário, tenho é que agradecer a Deus tudo o que Ele tem feito para me ajudar durante a minha vida.

Do governo saí para ser um cidadão comum. Em todos os lugares do País aonde chego nunca fui agravado. O povo brasileiro me trata bem, sabendo que procurei dar uma contribuição ao País – e dei – a transição democrática. No governo, nunca aceitei pressões de ninguém, nem internas, nem externas, principalmente as externas. Nunca sacrificiei a soberania do Brasil a nenhuma pressão, porque durante o governo também tinha um lema em termos de País: nunca cedi e nunca concedi. Sempre procurando que a soberania brasileira estivesse acima de tudo, busquei alianças com os países sul-americanos e construímos o que de maior já foi feito, a abertura para a junção do Brasil com a Argentina, que se transformou, hoje, no Mercosul.

Concedo um aparte ao Senador José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador José Sarney, estava no gabinete e me apressei em vir aqui para lhe dar este despretensioso aparte. V. Ex^a, hoje Senador, nosso colega, já foi Presidente da República e carrega uma marca registrada: a tolerância. V. Ex^a é um homem que transita entre seus colegas, carrega a marca da humildade e, na Presidência, foi um tolerante. Tolerante no bom sentido e na medida certa, sem perder a altivez do cargo. Por ocasião do aniversário

do Plano Cruzado, V. Ex^a recupera a memória dos brasileiros falando sobre o Plano e sobre o Mercosul, outra marca importantíssima de sua ação como Presidente da República. Foram duas ações importantes. Vivemos um momento de inflação perto de zero com o Plano Cruzado. Eu era Governador – V. Ex^a deve se lembrar – e fui daqueles que...

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Primeiro apoiou Tancredo.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Isso. E fui daqueles que peregrinou pelo meu Estado com os fiscais de Sarney. Eram os fiscais da Sunab, para fiscalizar tabelamento de preços. Depois, veio o Plano Cruzado. Então, guardo boas recordações do Governo de V. Ex^a e do político que é José Sarney. E quero cumprimentá-lo nesta hora em que recupera a memória para o Brasil, pela TV Senado, em uma quinta-feira de cinzas. Quero cumprimentar V. Ex^a pelo homem público que é: tolerante, amigo, compreensivo, decidido na hora certa, mas, acima de tudo, um político competente e hábil, e que tem na sua marca de Presidente da República dois legados importantes a apresentar ao povo brasileiro: o Plano Cruzado, com o grande momento de inflação zero que vivemos; e o Mercosul, que foi, em termos globais, continentais, o gesto mais ousado de soberania continental que o Brasil liderou. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Senador José Agripino, muito obrigado. O seu aparte muito me comove e me toca, porque eu incorporo também à minha vida pública a felicidade de ter sido amigo e colega do seu pai, Tarcísio, e do seu tio, João Agripino, com quem dividimos a Liderança no Rio de Janeiro. É uma família de homens públicos que têm prestado grandes serviços ao Brasil, especialmente ao Nordeste. V. Ex^a também teve a grande virtude de ser um homem a compreender os outros, a olhar a posição dos outros. V. Ex^a é possuidor também dessa boa tolerância a que se referiu. E é por isso que cresce, a cada dia, no conceito de todos nós.

Muito obrigado pelo seu aparte.

Senadora Heloísa Helena, este dia, para mim, tão bom e tão alegre, completa-se com a felicidade de ter V. Ex^a a presidir esta sessão e ouvir essas palavras, que são lembranças de um velho bem vivido nas rezas da vida pública. Nós, na vida pública, não só fazemos discursos; também rezamos, rezamos pelo povo brasileiro e para cada um de nós.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a, Senador José Sarney, sempre me tratou com muita delicadeza, tolerância e espírito democrático. Em todas as brigas que travei com V. Ex^a, do ponto de

vista ideológico e programático, nunca – tenho de testemunhar isto – V. Ex^a foi capaz de qualquer gesto de indelicadeza política, de intolerância, de truculência.

Eu já disse várias vezes que é muito fácil para as pessoas, quando ocupam o espaço público, as instâncias de decisão política, ou esta cadeira, ou outras importantes, perseguir os inimigos do rei para, de alguma forma, pela bajulação ao rei, serem bem tratados por ele, coisa que V. Ex^a nunca fez. E eu me sinto na obrigação de dar esse testemunho.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – De acordo com o art. 14 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pelo prazo de cinco minutos.

Em seguida, concedo a palavra ao Senador José Agripino pela Liderança do PFL.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, já me encontrava fora do plenário, quando fui surpreendido por um discurso do Senador Mozarildo Cavalcanti dizendo uma série de impropérios e referindo-se à minha pessoa.

Vou ter de tratar desse assunto após o brilhante discurso do Senador José Sarney, portanto peço desculpas a todos os presentes e também aos que nos assistem pela TV Senado. Não gostaria de estar aqui agora, mas me sinto na obrigação de fazer uma colocação já que fui atingido e agredido.

Infelizmente, a bajulação chegou ao Senado Federal. O Senador Mozarildo Cavalcanti, num discurso lido – provavelmente não foi S. Ex^a que escreveu, está cumprindo tabela e está a serviço de alguém –, levantou uma série de questões, as quais quero esclarecer.

Primeiro, quanto à invasão do meu escritório. Há dias atrás, a minha casa foi invadida por um helicóptero, normalmente utilizado pelo Governo do Estado de Roraima, e foram feitas filmagens, colocando em risco a integridade das pessoas que lá residem. Dias depois, o meu gabinete foi invadido por jornalistas que trabalham para o Governador Ottomar Pinto.

Vim à tribuna, denunciei esse fato e disse, naquela oportunidade, que essas são ações de bandido. Eu não disse que o Governador era bandido, mas disse que quem estava realizando aquelas ações era um bandido. Se ele vestiu a carapuça, isso é problema dele e dos seus seguidores.

Quero dizer aqui que quem chamou o Governador Ottomar Pinto de bandido foi o Senador Mozarildo Cavalcanti. Tenho a gravação dessa fala do Senador Mozarildo Cavalcanti, em frente à cadeia pública de

Boa Vista, dizendo que era lá que devia morar o então Governador Ottomar Pinto.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, em 2002, estava contra o Governador Ottomar Pinto, falava do Governador. E estávamos juntos, combatendo os “gafanhotos” e as irregularidades que existiam em Roraima, o Governador Ottomar Pinto e eu. O Governador Ottomar Pinto, naquela campanha, fez a denúncia contra os “gafanhotos”. Isso gerou a prisão de um governador, a prisão de deputados estaduais, de parentes de deputados estaduais. E, pasmem os senhores, depois que o Governador Ottomar Pinto assumiu, por determinação da Justiça, ele se juntou a essas pessoas. É lá que estão os que foram presos. E, agora, vem aqui o Senador Mozarildo Cavalcanti, a mando de alguém, fazer insinuações e acusações contra mim?

Quero dizer, Sra. Presidente, que tenho cobrado da Comissão de Ética a resposta às acusações que foram feitas contra mim. Tenho cobrado. E fui informado de que a matéria não poderia ser apreciada na convocação extraordinária porque ela não fazia parte da pauta respectiva. Mas tenho cobrado. São denúncias feitas por um jornalista pago pelo Governo do Estado – pago pelo Governo do Estado! Tenho o decreto de nomeação desse jornalista. Ele é pago. Todos os dias ele me agride pelo jornal que dá apoio ao Governador; todos os dias, jornalistas pagos pelo Governo me agride na rádio pública de Roraima, na rádio estatal, todos os dias, faltando com o respeito para comigo, com minha esposa, com meus filhos e com os membros da Oposição. E nem por isso temos baixado a cabeça, nem temos aderido ao governo.

O Senador Mozarildo Cavalcanti é um adesista nato. Ele fez parte de todos os governos. Basta ser governo que ele vai rastejando para tentar se juntar a quem quer que seja. Foi assim com todos os governos que passaram por Roraima. Todos os governos! Eu, não! Desde 1991, sou Oposição no Estado. Estou de um lado, e a máquina pública, do outro, fazendo tudo o que é armação contra mim, contratando gente para fazer calúnia. Há 16 anos que eles me atacam e nunca conseguiram provar nada.

Volto a dizer: quem foi preso são os que estão do lado de lá; quem está respondendo a processo são os que estão do lado de lá. Tenho cobrado, e a Senadora Heloísa Helena é testemunha disso, porque, quando eu era Ministro da Previdência e começaram a sair denúncias, colocadas exatamente por essas pessoas, denúncias infundadas, mas que receberam guarida por parte da imprensa nacional – porque era bom, naquele momento, bater no Governo –, a Senadora Heloísa Helena me ligou e disse: “Romero, estou entrando com um pedido de esclarecimento”. E eu lhe disse: “Pode

entrar, porque quem faz questão de esclarecer esse fato sou eu". E ela não entrou com nenhuma acusação, não. Ela juntou todas as matérias da revista e do jornal e pediu esclarecimentos ao Conselho de Ética. E eu dei esses esclarecimentos; não me furto a dar esses esclarecimentos.

É por isso que sou candidato a governador contra a máquina e contra toda essa corja que está aí, mamando no Governo há anos! Por isso é que sou candidato a Governador. Se vou ganhar ou vou perder, não estou preocupado com isso. Vou enfrentar a máquina do Governo, a máquina que está fazendo favor, que está contratando, que está distribuindo dinheiro. O eleitorado é pequeno, pobre, mas vou concorrer, enfrentando tudo isso, porque, se fazem isso comigo, que sou um Senador da República, imaginem com a população! Então, vou disputar, vou enfrentar a máquina, vou enfrentar as armações, vou enfrentar a estrutura de publicidade oficial, vou enfrentar tudo isso. Se vou ganhar ou se vou perder, essa é uma decisão do povo de Roraima. Não cabe a mim. Cabe a mim fazer a minha parte, que é lutar – e isso eu farei.

Se o Senador Mozarildo Cavalcanti quer brigar, vamos brigar, mas com uma diferença: não pago ninguém para ficar atacando os outros, não! Coloco as questões de frente. E vou colocá-las de frente inclusive no Conselho de Ética, porque não fui eu quem desviou recursos públicos da Quarta Secretaria do Senado; não fui eu quem falsificou declaração para filha minha ser juíza. Não fiz nada disso, mas, se querem partir para esse nível, iremos para esse nível, porque vou brigar contra eles em qualquer que seja o nível, porque estou brigando em defesa do povo de Roraima e a minha honra.

Lamento que o Senador Mozarildo Cavalcanti, a serviço do Governador, para bajular o Governador, para tentar ser aceito, tenha agido dessa forma. Em 2002, ele estava contra o Governador e, agora, quer ser o candidato a senador do Governador. É a única chance dele. Ele não tem votos. Ele se elegeu da outra vez, em 1998, junto com o Governador Neudo Campos na esteira dos "gafanhotos". Agora, está procurando de novo uma boquinha, mas vai enfrentar a nossa Oposição. Vai enfrentar. Não vou abaixar a cabeça, não tenho medo do Senador Mozarildo Cavalcanti; não tenho medo de Ottomar Pinto, apesar da violência toda.

Ele falou aqui do Sr. Ottomar Pinto, mas se esqueceu de dizer que ele foi Governador três vezes, sim. Na primeira vez, como Governador do território, ele foi demitido do governo, acusado de ter assassinado um jornalista chamado João Alencar. No segundo mandato, morreu o Conselheiro Federal da OAB, assassinado

pelo Secretário de Segurança do Governo dele. Vamos ver quem vai morrer agora, neste terceiro mandato.

Não tenho medo; não tenho um pingo de medo. Se querem brigar, vamos brigar. Eu esperava que esta discussão ficasse restrita ao Estado, mas, se trazem à tribuna acusações levianas, vamos respondê-las também da tribuna.

Devo explicações e as darei. Tenho cobrado do Presidente do Conselho de Ética as três medidas paga, veiculadas pelo jornalista Márcio Accioly, funcionário do Governador, e a representação da Senadora Heloísa Helena, que faço questão de esclarecer. Tenho cobrado do Supremo Tribunal Federal os esclarecimentos sobre tudo aquilo que se falou de mim, mas, infelizmente, a Justiça é morosa. Estive com o Presidente Nelson Jobim e até lhe disse: "No caso de Parlamentares, de quem está na vida pública, deveria haver decurso de prazo, seis, quatro ou três meses, e, depois, a matéria deveria ir para julgamento imediatamente". Dever-se-ia trancar a pauta, porque fazem acusações levianas, plantam acusações levianas, e essas acusações passam anos até serem julgadas, enquanto as pessoas são achincalhadas. Foi assim que ocorreu com a Fundação Roraima. Eles plantaram denúncias, passei oito anos respondendo a acusações inverídicas, até que o Tribunal de Contas as julgou e disse que não havia nada.

Essa é uma questão que deve ser ponderada aqui, no Congresso. Deve haver uma legislação que julgue rapidamente questões que tratem de políticos e de cargos de confiança; tem de haver um processo mais célere, exatamente para que se possa dar respostas rápidas a essas questões, que são levantadas nas eleições e que passam anos para serem efetivamente esclarecidas.

Peço desculpas aos telespectadores da TV Senado por esse desabafo. Quero dizer que encaminharei ao Conselho de Ética denúncias contra o Senador Mozarildo Cavalcanti e vou assiná-las – não vou pagar ninguém para fazê-lo.

Se querem discutir nesse nível, vamos discutir aqui também nesse nível. Vamos lutar em defesa do povo de Roraima, porque o que está acontecendo no Estado hoje é um absurdo, é autoritarismo. A ditadura ainda não acabou em Roraima! E vamos enfrentar essa ditadura com democracia, com as propostas de Governo, sem baixar o nível da campanha.

Estamos sendo agredidos todos os dias. Estou processando o Governador, porque ele vai para a rádio agredir; ele vai para a rádio xingar e, ao fazer isso, ele dá um péssimo exemplo. Não estou agredindo o Governador, mas estou constatando um tipo de postura que não condiz mais com os tempos da democracia.

Portanto, ficam feitos os esclarecimentos e fica aqui a minha posição de cobrança, para que o Conselho de Ética se manifeste com relação aos processos que ali tramitam com pseudo-acusações contra a minha pessoa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança do PFL, ao Senador José Agripino e, logo após, pela ordem de inscrição, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sra. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, no momento em que V. Ex^a achar mais oportuno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Senador José Agripino falará como Líder e, em seguida, falarão o Senador Antonio Carlos Valadares, pela lista de inscrição, e o Senador Sibá Machado, pela Liderança do PT.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sra. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Só um minutinho, meu querido Senador José Agripino.

Peço a minha inscrição como Líder, porque, de repente, pode chegar um outro Líder e haverá um problema. Assim, estou inscrita normalmente e peço, também, minha inscrição como Líder, para evitar um outro problema. Não queria fazê-lo, mas é o jeito agora.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Senadora Serys, Sra.s e Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos Valadares, na quarta-feira passada, antes do Carnaval – não sei se V. Ex^a estava no plenário –, tive a oportunidade de me manifestar sobre o píofio crescimento de 2,3% do PIB; fazendo uma análise sobre as causas e as consequências disso; avaliando a qualidade dos gastos do Governo, dos programas sociais; tecendo comentários positivos sobre o Bolsa-Família, mas fazendo a crítica de que era um programa que, na mi-

nha opinião, só tinha porta de entrada e não oferecia porta de saída para os pobres; comentando, até, que esse era um Governo, Senadora Heloísa Helena, que se orgulhava, que se gabava de ter aumentado de 5,4 milhões para 8 milhões o número de inscritos no Bolsa-Família. Ele se gaba de ter aumentado o número de inscritos pobres, quando se deveria orgulhar de poder dizer ao País: “Eu recebi o programa com 5,4 milhões, não permiti que esse número crescesse e ofereci a porta de saída para 300 mil pobres, que deixaram de sê-lo porque lhes dei educação, qualificação profissional e uma oportunidade de emprego. Conseguir, com competência, com o meu talento, fazer isso.” Eu falei sobre tudo isso. Hoje, estamos na “Quinta-Feira de Cinzas” e, nos jornais – praticamente em todos –, uma notícia muito forte está na primeira página.

Veja bem, Presidente Serys, estamos vivendo o último ano do Governo do Presidente Lula.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é uma entidade que merece o respeito e a reverência de todos nós, porque é apartidária e composta por cidadãos que repto estadistas. Dom Cláudio Hummes e Dom Scherer são estadistas, são pessoas cuja opinião precisa ser objeto de reflexão – ouvida para ser refletida.

Eu fiz um discurso na quarta-feira e, lamentável e felizmente – as duas coisas –, estou vendo que a CNBB compartilha, pelo menos em boa medida, daqueles conselhos que emiti. Sabe por quê, Senadora Serys? Pelas declarações que vejo, do Secretário-Geral da CNBB, Dom Cláudio Hummes.

A manchete da terceira página do jornal **O Globo** é: “CNBB a Lula: ‘É preciso ir além.’”. Essa é uma opinião que a CNBB está emitindo no final do Governo Lula. Quem é a CNBB? É uma entidade apolítica, apartidária, mas todos sabemos que a Igreja sempre teve uma nítida simpatia pelo operário Lula, pelo lutador Lula. Todos nós sabemos. Então, a CNBB tem toda a credibilidade para, dizendo uma coisa, merecer reflexão. Trata-se de uma crítica que deve ser considerada com uma força muito grande, porque é a crítica de um simpatizante, de quem torce a favor e não mereceria nunca o que está no fim da página: a manifestação raivosa do Líder do Governo, que reage e cobra propostas.

Na verdade, Dom Odilo Scherer, Secretário-Geral da CNBB, declara: “A população quer saber o que será feito para gerar trabalho, renda e para reduzir a sangria de recursos que acabam nas mãos de grupos financeiros.”

Dom Cláudio Hummes, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, diz: “Esperava-se mais. Em primeiro lugar, a esperança não era muito grande. Mas essa mesma

esperança não foi realizada. Ficou muito abaixo das previsões.”. O que ele quer dizer? Mais ou menos o seguinte, Senadora Heloísa Helena: do Presidente Lula se esperava muito mais. Não que Sua Excelência não tenha feito nada. Até admite-se que tenha feito alguma coisa, mas não se esperava de Lula nunca, por exemplo, que comprasse o aerolula. Nunca. Nunca se esperava. E esperava-se que fizesse muito mais em matéria de programa social.

Qual é a avaliação que a CNBB está fazendo e que está retratada nas páginas de todos os jornais, como **Folha de S.Paulo**, **Estadão**, **O Globo**, e **Jornal do Brasil**? Que a frustração com a questão social, que era o que se esperava de fundamental no Governo Lula, é uma realidade. Frustração em função de quê? Em função de um crescimento que eles atacam. Atacam a política econômica. Eles dizem que o Brasil é, hoje, um paraíso financeiro. Essa é uma realidade insofismável. O lucro dos bancos foi recorde. O absoluto recorde dos últimos 10, 15, 20 anos foi o do ano de 2005, quando o PIB brasileiro cresceu 2,3%, Senador Arthur Virgílio, contra 6,4%, em média, nos países emergentes.

Do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), a quadra que está deixando de existir, Senadora Serys, o Brasil cresceu 2,3%; a Rússia, 6,4%; a Índia e a China cresceram mais do que 10%. A Argentina cresceu 9,1% e todos os nossos companheiros de Bric cresceram no mínimo três vezes o que o Brasil cresceu.

O que deve ser feito, Senador Sibá Machado? O que a CNBB sugere, Senadora Heloísa Helena? Sugere coisas que estão embutidas nas declarações. Sugere aquilo que todo o Brasil sabe: que se melhore a qualidade do gasto. Não se vai consertar este País, nunca, se não se melhorar a qualidade de gasto. Não é comprando avião, não é nomeando cargos de confiança às toneladas, não é multiplicando por algumas vezes a terceirização no serviço público, não é gastando mais em passagem e diária na Funasa do que em investimentos na saúde que se vai dar o bom exemplo ao Brasil. A qualidade do gasto do Governo Lula é o que há de pior.

O que eles querem dizer – a CNBB, Dom Cláudio Hummes e Dom Odilo Scherer – é que na educação não houve progresso. Até que vínhamos andando bem com o Ministro Paulo Renato, mas o bom andamento parou no tempo. Então, aquilo que se quer, ou seja, abrir uma porta para que o pobre deixe de sê-lo, pela via da educação, não está ocorrendo neste Governo.

E a geração de emprego? “Ah, geramos 3,7 milhões de empregos.” Poderiam ter gerado muitíssimo mais e boa parte desse número foi de transformação de empregos informais em formais. Se tivéssemos crescido o que a Argentina ou o Peru cresceram, teríamos

oferecido os milhões de empregos que se esperavam do Governo Lula.

Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, quero destacar a declaração de uma entidade, a CNBB, que fala ao País, que chama a atenção de um Governo pelo qual – tenho certeza – ela torcia, torce e acredito que vá continuar torcendo, porque todos queremos que o Brasil continue a crescer, mas que mostra os equívocos de comando do Governo, os equívocos de quem não está sabendo o que é preciso fazer. Geração de emprego e renda não é atitude para governo principiante. Governo que cria um Programa como o do Primeiro Emprego e que se perde nas ONGs Ágora da vida não tem competência para governar. Qualquer governo que, em seu programa, queira jogar o País para frente tem de, em primeiro lugar e acima de qualquer coisa, botar na cabeça que política econômica tem de servir não a governo, mas, sim, à sociedade. Se a taxa de juros é o instrumento de correção de rumos, ela tem de estar subordinada ao bem-estar dos cidadãos. Portanto, a continuidade de um programa de governo tem de estar submetida a esses pressupostos.

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) – Já encerro, Sra. Presidente.

Após o período do carnaval, hoje retomamos os nossos trabalhos, e aqui estou para fazer um comentário sobre o que disse a CNBB, que coincide exatamente com o que eu disse na quarta-feira passada. Na minha opinião, o Governo Lula comete grandes equívocos. E, nos equívocos que comete, o Governo perde um tempo que não mais se recuperará. Refiro-me ao tempo da bonança de um mundo que está crescendo em função da capacidade de compra do mundo desenvolvido, e o Brasil perde essa oportunidade. A Índia, a China, a Rússia, os países emergentes estão seguindo em frente, e o Brasil está ficando para trás, pela falta de talento que, neste momento, está sendo denunciada pelos próprios companheiros, por aqueles que torciam por este Governo, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança, ao Senador Antonio Carlos Valadares, por cinco minutos.

Logo após, também pela Liderança, falará a Senadora Heloísa Helena.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sra. s e Srs. Senadores, antes de termos o prazer de ouvir o Senador Antonio Carlos Valadares, Sra. Presidente, encaminho à Mesa requerimento de voto de aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí, em desagravo a manifestações de desapreço do Presidente Lula recentemente, por ocasião de sua visita à Parnaíba, no mesmo Estado, quando disse que bom era o litoral e que aquelas cidades não mereciam ser visitadas.

Sra. Presidente, trago também um pequeno pronunciamento, condenando essa história de, a pretexto de combaterem fraudes, os homens oficiais da previdência estarem ameaçando suspender 197 mil aposentadorias. O atual Ministro, Nelson Machado, está agindo como o antecessor, Ricardo Berzoini, pela via da crueldade.

Peço racionalidade, porque a saída para combater as fraudes não é deixar de pagar a quem nada tem a ver com fraudes, mas é procurar saber onde há fraudes e, por favor, a partir daí agir com seriedade.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O Pretexto _ combater fraudes – seria válido se não fosse estúpido. O Governo petista do Presidente Lula anuncia que vai suspender 197 mil aposentadorias.

Essa parcela representa 20% dos aposentados do INSS e eles estão na iminência de não receber seus poucos reais. O Governo petista de Lula alega que eles não atenderam à convocação para o recadastramento.

Num passado recente, que os aposentados de mais de 90 anos não esquecem, já houve algo desumano praticado pelo então Ministro Ricardo Berzoini. Foi um Deus nos acuda e a Previdência viu que não era por aí.

Os quase 200 mil aposentados sob ameaça do Governo Lula provavelmente não tiveram notícia do recadastramento. E por que não fazer isso por uma via mais decente e mais humana.

O Ministro atual, Nelson Machado, age como o antecessor Berzoini, pela via da crueldade. Deve haver – e seguramente há – um jeito menos burro para esse recadastramento.

Por isso, interpreto aqui o desalento desses muitos brasileiros, tratados com tanto desrespeito.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

“Requerimento de voto de aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí”.

REQUERIMENTO Nº /2006

Requer Voto de Aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí, cujas populações e administradores souberam reagir à altura a manifestações de desapreço do Presidente Lula, por ocasião de sua visita a Parnaíba, no mesmo Estado.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso às cidades de Oeiras e Floriano, no Piauí, como desagravo a manifestações de desapreço que a elas dirigiu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de sua recente visita a Parnaíba, no mesmo Estado.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja consignado em ata e levado ao conhecimento dos Prefeitos Tiel Reis, de Oeiras, e Joel Rodrigues, de Floriano e, por seu intermédio às populações dos dois municípios.

Justificação

Em recente viagem a Parnaíba, no Piauí, para a “inauguração” de programa de interiorização das Universidades, o Presidente, extasiado com a beleza de Parnaíba, criticou seus companheiros petistas que, durante sua campanha eleitoral, só incluíram viagens a municípios que, a seu ver, são despidos de beleza. Acrescentou que, como vingança aos petistas seus companheiros, tomara banho de mar em Parnaíba de madrugada (?). Por isso, as cidades de Oeira e Floriano merecem a homenagem que bom proponho, a título de desagravo.

Sala das Sessões, de março de 2006. _ Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, cumprida a convocação extraordinária, o Senado Federal inicia seu período ordinário de trabalho, ainda

que em ano de eleições, ainda que em ano de transformações políticas e administrativas. Ainda assim, o Senado pode cumprir, do ponto de vista de sua competência constitucional, uma grande tarefa, aprovando projetos da mais alta significação para a economia e para a área social do Brasil.

Na convocação extraordinária, Sra. Presidente, nós, Senadores e Senadoras, conseguimos aprovar 129 matérias. Foi um trabalho edificante, de peso e de responsabilidade, que demonstra, com números, eficiência, tendo à frente o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, como também todos os seus companheiros de Mesa, como o Senador Tião Viana, este grande democrata e Senador, que dá exemplo de cordialidade, de fineza e de finura no trato para com seus Colegas, ao lado da Senadora Serys Ikhessarenko, que ora preside a sessão, cujo sobrenome tenho dificuldade em pronunciar, mas que tem sido sempre motivo de admiração de todos nós, pela forma alegre e aberta com que dirige os trabalhos desta Casa.

Então, cumprimos com nosso dever nesta convocação extraordinária, pois aprovamos matérias de grande envergadura, como, por exemplo, a redução do recesso parlamentar, oportunidade em que vivenciamos a pressão da opinião pública. Em respeito à opinião pública, chegamos à redução do recesso parlamentar da Câmara e do Senado de 90 dias para 55 dias. Ressalte-se também a exclusão na remuneração dos Parlamentares daquilo que chamávamos de verba indenizatória na convocação extraordinária. Além disso, tratamos de assuntos como a aprovação do projeto da regulamentação dos agentes comunitários – são milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que dependiam dessa regulamentação – e como a limitação das medidas provisórias, cujo projeto é oriundo desta Casa e tramita na Câmara.

A Câmara dos Deputados já aprovou, na Comissão Especial, no período da convocação extraordinária, a chamada PEC da Revitalização, também de nossa autoria; saiu daqui há quatro anos, com a aprovação unânime do Senado. Hoje, falei com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, que disse o que já sabíamos: a Câmara dos Deputados dará prioridade absoluta a essa matéria, assim como a outras tantas matérias que são cobradas pela sociedade brasileira. A revitalização do rio São Francisco será votada, e o substitutivo do Deputado Fernando Ferro, do Estado de Pernambuco, vai ser aprovado pelo Senado Federal.

Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, nesta oportunidade, quero dizer que fui ao Estado de Sergipe e que lá percorri algumas cidades, não apenas para participar, ao lado do povo, dos eventos carnavalescos

do interior. Aproveitando o ensejo, eu e alguns companheiros, como Marcelo Deda, do Partido dos Trabalhadores; Jackson Barreto, do PTB; e o Pastor Heleno, do PL, visitamos as comunas do interior e constatamos, pessoalmente, que alguns Municípios já estão sofrendo as consequências da seca inclemente, que começa a se abater sobre o Estado de Sergipe.

Nesse ponto, eu queria destacar, Sra. Presidente, que entregamos ao Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, vários decretos, dando ciência a S. Ex^a da situação emergencial dos Municípios de Canindé do São Francisco, de Gararu, de Monte Alegre de Sergipe, de Nossa Senhora Aparecida, de Nossa Senhora da Glória, de Nossa Senhora de Lourdes, de Poço Redondo e de Poço Verde e de Porto da Folha, além de outros Municípios que também estarão oficiando a situação de emergência para receberem recursos do Governo Federal. Sra. Presidente, para tanto, é preciso que o Governo do Estado, sob a administração do Governador João Alves, juntamente com os Prefeitos municipais, mobilize-se para, num trabalho de parceria com o Governo Federal, atender às comunidades sofridas do interior de Sergipe, que já estão sendo atingidas pelas intempéries do tempo, pela seca que se abate sobre o nosso Estado.

Por fim, Sra. Presidente, eu não poderia deixar de lembrar ao Presidente Lula que o Senado Federal aprovou, em sessão histórica, assim como a Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei de repactuação da dívida dos agricultores. Essa repactuação caminha no sentido da conciliação. Se há empresários – segundo informações do Líder do Governo, são em torno de 500 empresários – que levam mais da metade do financiamento, que o Governo, não podendo atender a esses grandes proprietários, pelo menos atenda aos pequenos e médios proprietários, que são a força da agricultura no Nordeste do Brasil. Que assim eles possam, por meio dessa repactuação, conseguir novas fontes de financiamento para a produção agrícola; e que, a Deus querer, com as chuvas que certamente virão entre abril e maio, o agricultor nordestino possa ter uma grande produção de feijão, milho, batata, inhame e, assim, cuidar da sua família e da geração de emprego e renda em nosso Estado e em nosso Nordeste.

Sra. Presidente, concluo as minhas palavras. Tenho notícias de que o Presidente da República vetará o projeto de lei que saiu desta Casa e foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Aproveito para sugerir a Sua Excelência que se lembre dos pequenos que vivem no semi-árido, dos que estão passando necessidade e não têm condições nem de produzir quanto mais de pagar uma dívida infundável, e que uma nova medida provisória seja baixada em defesa das popula-

ções mais pobres, dos produtores agrícolas da pobre região nordestina.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serlys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela Liderança do P-SOL, à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, já tive oportunidade de, brevemente, tratar do tema, e o farei hoje da mesma forma também, tentando adequar-me aos poucos cinco minutos a que tenho direito pela Liderança.

Mais uma vez, algumas revistas, jornais e documentos estão sendo disponibilizados sobre o acordo da Telemar com a empresa Gamecorp, que tem como um dos sócios o filho do Presidente Lula.

Se se tratasse de um problema pessoal do filho do Presidente Lula, eu jamais tocaria no assunto, na tribuna. Se o filho do Presidente Lula estivesse, por exemplo, envolvido com drogas, eu ficaria temerosa de que o meu filho estivesse também, e acolheria o filho de Sua Excelência da mesma forma que acolheria o meu filho se ele estivesse envolvido em um grande problema pessoal. Então, não se trata de problemas pessoais.

Lembro que recebi vários e-mails informando que um dos filhos do Presidente estava respondendo pela Internet que, enquanto era contratado pelo PT para prestar serviços à distância, estava vagabundeando, tentando terminar a faculdade, fingindo que trabalhava um pouco. Para mim, isso era um linguajar usado pela juventude na Internet. Se ele era pago pelo partido, não sendo do Fundo Partidário, que é dinheiro público, mas com as contribuições dos militantes e dos dirigentes partidários, só a eles caberia repudiar. Do mesmo jeito, quando eu era militante e perguntavam: "O Lula não trabalha, ele é sustentado como?" Eu respondia: É sustentado com o meu salário, com um percentual que eu dou do meu salário. Portanto, eu sabia. É lógico que, depois, foi um estado de tristeza profunda quando eu descobri que a minha contribuição, do meu salário, acabava, de alguma forma, servindo para lavar dinheiro que era utilizado pela cúpula palaciana, por alguns do PT; eles acabavam usando isso para fazer negócios sujos no Banco Rural e em outras coisas mais. A garantia que era dada para os supostos créditos, empréstimos, era justamente isso.

Agora, esse caso é grave. E retomei esse assunto porque acho que todo mundo viu na imprensa o que vai acontecer com o filho do Primeiro-Ministro Ariel Sharon, que seria condenado a cinco anos de cadeia. A única concessão que a Justiça a ele deu foi não ser preso agora, porque o pai está internado em estado grave,

inconsciente, mas ele será condenado a no mínimo dois anos de cadeia, porque era o tesoureiro da campanha do pai e está envolvido com caixa dois. Portanto, o filho do Primeiro-Ministro Ariel Sharon já está condenado, será preso, e a concessão que a Justiça fez é que não será preso agora, mas, no máximo, em agosto, se o pai não sair do estado de coma antes.

E aí é importante deixar claro que a Telemar – e sabemos de todo o processo, que denunciávamos, de corrupção que foi o processo de privatização da telefonia, ao qual, infelizmente, o Presidente Lula deu um atestado de moralidade porque não abriu uma auditoria, um procedimento investigatório, nada – não é uma empresa privada como outra qualquer. Não é um bodegueiro, com todo o respeito aos bodegueiros. Não é. A Telemar não é uma empresa privada como outra qualquer. Ela atua na área de telefonia fixa por concessão pública. O BNDES, que é um banco público, possui representante no Conselho de Administração da Telemar; tem 25% de participação de um grupo econômico, que, por sua vez, tem 18,8% do capital da Telemar. Então, é um banco público que tem lá um lugar no Conselho de Administração da Telemar, e é sócio, porque tem 25% das ações de uma empresa que é do grupo.

O negócio foi intermediado por uma empresa de auditoria e consultoria de um amigo pessoal do Presidente Lula, que é membro do Conselho de Ética Pública da Presidência da República. Por sua vez, essa mesma empresa de consultoria e auditoria prestou uma consultoria à Petros – e diz a Associação Nacional dos Participantes da Petros que foi uma licitação suspeita, mas deixemos isso de lado – e fez a intermediação para que a Telemar se tornasse sócia da empresa do Presidente Lula. Essa empresa de consultoria participou de uma prestação de serviços da Petros, fundo de pensão da Petrobras, que tem como um dos principais conselheiros o pai dos dois outros sócios da empresa do filho do Presidente Lula. Um dos outros controladores da Telemar é um conhecido empreiteiro, amigo e compadre do Presidente Lula.

A Telemar tem parcerias com quarenta grupos no chamado ramo de jogos e conteúdo multimídia. Tem parcerias com quarenta outros. A única empresa com que ela efetivou sociedade foi justamente a do filho do Presidente Lula, que tem como outros dois sócios os filhos de importante conselheiro do fundo de pensão da Petrobras.

A Telemar informou à Comissão de Valores Mobiliários que R\$15 milhões era besteira. Quinze milhões é o dinheiro que a Telemar acabará investindo até o meio deste ano na empresa do filho do Presidente Lula, e eles informaram à Comissão de Valores Mobi-

liários que isso é insignificante diante do faturamento da empresa.

A grande pergunta que tem de ser feita é: a Telemar investiria R\$15 milhões em uma empresa pequena, cujo capital inicial do filho do Presidente Lula era de R\$25 mil? A Telemar investiria? Essa é a pergunta que tem que ser feita.

Eles disseram que não poderiam disponibilizar todas as atas, que acabaram motivando o acordo e a compra das ações, em nome do chamado acordo de confidencialidade. Só que eles tiveram acesso à composição societária da Game Corp antes de fechar o acordo. Eles disseram que tinham tido acesso às informações em setembro de 2004. Entretanto, a reunião que fechou o acordo foi em janeiro de 2005, quando eles já sabiam a composição societária da Game Corp.

É importante que isso fique claro, Srs. Senadores, porque, repito, sei que o Congresso Nacional, em muitos momentos, não funciona como uma Casa séria; dispõe-se a ser medíocre anexo arquitetônico dos interesses do Palácio do Planalto. O Congresso Nacional, em muitos momentos, se predispõe a ser um dos lados do vexatório e vergonhoso balcão de negócios sujos estabelecidos pela promiscuidade Palácio do Planalto/Congresso Nacional.

Entretanto, é essencial que possamos estabelecer os procedimentos investigatórios para responder à sociedade, ao povo brasileiro, como o seu dinheiro público está sendo usado.

E digo isso com a tranquilidade de uma mãe que quer continuar ensinando aos seus filhos que é proibido roubar. Do mesmo jeito, sinto-me impedida de arranjar um estágio para o meu filho em qualquer espaço, para que com isso não se venha a dar qualquer conotação de tráfico de influência, exploração de prestígio, intermediação de interesse privado, corrupção ativa e passiva, portanto, todo o banditismo e vigarice muito associada ao mundo da política. Como quero continuar ensinando aos meus filhos que é proibido roubar, estou, mais uma vez, desafiando a este Senado, a este Congresso Nacional, que muitas vezes funciona como um dos lados do podre balcão de negócios sujos e da promiscuidade com o Palácio do Planalto, que ao menos se predisponha a abrir um procedimento investigatório para explicar ao povo brasileiro por que o filho do Presidente Lula tinha R\$20 mil em papel, como parte da sociedade da Game Corp, e, de repente, conseguiu R\$15 milhões de investimentos da Telemar.

É só, Sra. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, a Sra. Serys Shhessarenko, Suplente de

Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sra.s e Srs. Senadores,

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 2 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Neste momento, pela Liderança do PT, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, com mais dois minutos de prorrogação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Senadora Ana Júlia Carepa; nobre Senadora Heloísa Helena; Senador Eduardo Suplicy; Senador Arthur Virgílio, venho à tribuna hoje após ter participado de uma solenidade em que estavam presentes o Presidente Lula; a Ministra Marina Silva; o Governador do Estado do Piauí, Wellington Dias; o Governador do Estado do Acre, Jorge Viana; e várias outras autoridades, para a promulgação da Lei de Florestas Públicas.

Quero dizer que fiquei bastante preocupado com a matéria da revista **Veja** desta semana, tratando da situação do Estado do Pará, estampando a foto da Ministra e de V. Ex^a, Sra. Presidente.

Deixo claro que os fatos por si já são explicativos. Penso que matéria foi muito infeliz. Preferia ouvir V. Ex^a a falar aqui alguma coisa. Estou pronto para dizer que a pessoa que conheço, a Senadora Ana Júlia Carepa, está absolutamente a muitos anos-luz de distância desse tipo de comportamento, e o mesmo digo da Ministra Marina Silva. Os gestos vistos pelo Brasil afora mostram outra direção: não há nenhum sentido de complacência, não há nenhum sentido de passar a mão na cabeça de ninguém, de concordar com matérias não publicáveis, como a que vimos naquela revista.

Hoje, o Programa Nacional de Florestas faz um gol de placa. Quero aqui, mais uma vez, agradecer ao Congresso Nacional e às pessoas que se empenharam para a votação do projeto de gestão de florestas públicas, ratificado pelo Presidente Lula. A Ministra

Marina Silva, com certeza, deve falar em cadeia de rádio e TV para explicar, ponto a ponto, o que é esse grande programa para o Brasil.

Sr. Presidente, gostaria de dizer dos pontos que tanto debatemos nesta Casa, naquele dia, na votação deste grande projeto praticamente após dez horas de trabalho. Muitas pessoas achavam que estávamos entregando as florestas brasileiras para o capital internacional. É exatamente o oposto, pois as terras do Governo, da Nação, da União continuam de propriedade da União. Alguns falavam que estariam escancarando as florestas para que pudessem ser usadas indevidamente. É exatamente o oposto, porque as empresas deverão ser credenciadas, certificadas, tendo endereço certo, tudo isso por intermédio de licitações. Além disso, saberemos o que estão fazendo e como as terras estão sendo trabalhadas.

Sr. Presidente, também quero falar sobre a arrecadação financeira. O que antes existia era uma exploração predatória. Com a aprovação dessa lei, o Governo poderá arrecadar impostos e gerar emprego, poderá haver a participação da comunidade, inclusive na fiscalização, pois todas as entidades que tiverem interesse nessa área poderão estar atentas para ajudar nessa fiscalização. E, mais do que isso, uma floresta que antes era usada para motivos de rapina, de roubo, de todo tipo de malversação, será utilizada de maneira correta, contribuindo para o desenvolvimento nacional e, principalmente, para o desenvolvimento sustentado.

Diante disso, Sr. Presidente, fica aqui meu grande agradecimento. É uma situação muito favorável para a nossa região, pois, definitivamente, teremos mais paz na nossa área. São mais ou menos 15 milhões de hectares de terra que, já no ano de 2007, poderão ser explorados. E a grande missão do Ministério para este ano será, com certeza, colocar essas empresas em funcionamento nas áreas em que as licitações estabelecerem.

Sr. Presidente, fica aqui meu registro e a alegria que sinto diante do trabalho da Ministra Marina Silva, que, cada vez mais, é motivo de admiração, e de toda a sua equipe. E também fica meu agradecimento a esta Casa, o Senado Federal, por ter compreendido isso e votado, em tempo hábil, um projeto tão importante para a economia nacional e, especialmente, para a economia daquela região.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Tive a oportunidade de, juntamente com V. Ex^a, estar presente à cerimônia na qual se encontravam a Ministra Marina

Silva e o Presidente Lula, que sancionou o projeto, executando um passo muito importante.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que meu discurso seja publicado na íntegra.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores,

Carta do Ministério do Meio Ambiente à imprensa sobre as conclusões da CPI da Biopirataria

Com relação às notícias publicadas pela revista **Veja**, destacando informações contidas no relatório da CPI da Biopirataria sobre indícios de desvios de finalidade do plano Safra Legal, o Ministério do Meio Ambiente esclarece que agiu imediatamente, ao tomar conhecimento, ainda em janeiro de 2005, de que caminhões transportando madeira estariam circulando com adesivos irregulares na Amazônia.

O que o Ministério do Meio Ambiente fez:

De imediato, o Ibama designou vários fiscais para realizar levantamento preliminar da situação e, de posse de indícios de irregularidade, encaminhou as denúncias à Polícia Federal, para investigação e identificação de responsabilidades a partir de provas concretas;

Ao mesmo tempo, o Ibama reforçou a fiscalização no pátio das serrarias em Altamira e Anapú, no Pará, onde foram apreendidas 36.000 m³ de madeira de diversas origens e aplicadas multas no valor total de R\$8 milhões, já em fevereiro de 2005.

As investigações por parte da Polícia Federal continuam e, a exemplo do que já ocorreu em outras ocasiões, chegarão à identificação objetiva de responsabilidades.

Nesses pouco mais de três anos do atual governo, já foram realizadas nove grandes operações da Polícia Federal, a partir das informações disponibilizadas pelo Ibama, entre elas:

a Curupira I (no Mato Grosso, em 2005);

Curupira II (no Mato Grosso e Rondônia, em 2005); e,

Ouro Verde (no Pará, Maranhão, Tocantins, Goiás, Rondônia e Rio Grande do Norte, em 2005).

Isso resultou na prisão de 236 pessoas, sendo 75 servidores públicos federais e estaduais, que atuavam, em sua maioria, há mais de 10 anos na região.

Como nesses casos, o Ministério do Meio Ambiente adotará de pronto as medidas administrativas pertinentes, sejam elas a de exoneração de gestores que ocupam cargos de confiança ou a abertura de processos disciplinares que podem levar à demissão de servidores públicos de carreira, quando as investigações da Polícia Federal ou as que vierem a ser realizadas pelo Ministério Público, em decorrência do relatório da CPI, apontarem o envolvimento de servidores do IBAMA.

Importante ressaltar que:

A região de Altamira e Anapú já havia sido objeto de ações específicas por parte do IBAMA. Antes mesmo de o Governo lançar, em março de 2004, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia reunindo 13 ministérios, coordenados pela Casa Civil, o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estabeleceram como prioridade a atuação no Pará, campeão de desmatamento até 2.002 e palco de violentas disputas por terras griladas.

Tanto que, ainda em 2003, foi realizada a maior operação integrada de fiscalização na região de Altamira e Anapú, reunindo Ibama, Polícia Federal, Polícia Rodoviária, Incra e INSS, resultando na apreensão de 44.000 m³ de madeira.

Também foram cancelados os planos de manejo em terras griladas, aprovados irregularmente pelo Ibama até 2002. Desde 2003 foram cancelados mais da metade dos planos de manejo no Pará. A forte atuação da fiscalização e o cancelamento dos planos de manejo irregulares levaram o setor madeireiro da região a uma ação de bloqueio das rodovias que dão acesso ao município de Altamira durante duas semanas, em novembro de 2003.

Em meio a essa nova realidade de inibição das atividades predatórias, o plano Safra Legal foi discutido com centenas de entidades da sociedade civil e associações empresariais, como única forma de exploração legal e sustentável dos recursos madeireiros no Pará, onde cerca de 85 % das terras são públicas.

Foram autorizados os desmatamentos de no máximo 3 hectares em lotes de assentamento do Incra, nos termos da Instrução Normativa número 3, de 2002, anterior, portanto, à atual gestão. As primeiras autorizações de desmatamento foram liberadas em novembro de 2004, concedidas aos proprietários dos

lotes nos assentamentos. Mas o Ibama não concedeu as Autorizações de Transporte de Produtos Florestais – ATPF – às empresas madeireiras, pois essas não comprovaram a reposição florestal exigida pela legislação em vigor. As empresas que transportaram madeira sem autorização foram multadas e tiverem a madeira apreendida.

Resultados:

Com essas ações e a implementação do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento, os resultados começam a surgir. O mais expressivo foi a redução de 31% na taxa de desmatamento, no período 2004/2005, após pequenos acréscimos de 6% em 2003 e 2004.

Essa foi a maior queda nos últimos nove anos. No caso do Pará, houve uma redução de 30% na taxa de desmatamento em relação a 2002, tirando o Estado da condição de líder do desmatamento. A emissão de Autorização para Transporte de Produtos Florestais (ATPF) no Pará foi reduzida em 65%.

Em Altamira, os resultados foram ainda mais significativos: a área desmatada, que era de 1.497 Km² entre julho de 2003 e agosto de 2004, caiu para 252 Km², de julho de 2004 a agosto de 2005, período em que ocorreu o plano Safra Legal. Segundo maior município em área desmatada na Amazônia em 2004, Altamira caiu para o 11º lugar no ranking dos municípios com maior área desmatada em 2005.

Além das ações coercitivas, o Ministério do Meio Ambiente vem trabalhando para o estabelecimento de marcos legais e condições institucionais que permitam o desenvolvimento de atividades de exploração florestal em bases sustentáveis, com a elaboração do Projeto de Lei sobre Gestão de Florestas Públicas, já aprovado pelo Congresso Nacional e que será sancionado hoje pelo presidente Lula. Essa norma permitirá o ordenamento da atividade madeireira, o combate à grilagem de terras públicas e estimulará o desenvolvimento sustentável e a proteção da floresta.

Com esse novo instrumento de gestão dos recursos florestais, o Ministério propôs, e o Presidente já aprovou, a criação do primeiro Distrito Florestal Sustentável do Brasil, localizado na área de influência da BR 163, com área destinada à exploração madeireira de 5 milhões de hectares, o qual permitirá a integração de um conjunto de políticas públicas destinadas a promover um rápido desenvolvimento do setor florestal em bases sustentáveis, onde devem ser criados 100 mil novos empregos diretos.

Creamos que, dessa forma, estamos enfrentando adequadamente os desafios que nos foram colocados pelo Presidente Lula e pela sociedade brasileira.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, a Srª Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª será atendido.

Senador Cristovam Buarque, como a Senadora Ana Júlia Carepa ainda não se encontra no plenário, tem a palavra V. Exª. Em seguida, a Senadora Ana Júlia. (Pausa.)

Então, tem a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Senador Eduardo Suplicy, Senadores aqui presentes, população que nos ouve, confesso, Senador Sibá, que pensei duas vezes se viria à tribuna para falar de um órgão de comunicação – cujo nome faço questão de não citar – que se tem notabilizado, nos últimos tempos, por publicar matérias completamente isentas de credibilidade. Parece que não ouve, inclusive, a voz das ruas. Quanto mais o Presidente Lula aparece bem nas pesquisas, mais alguns órgãos de comunicação tentam atingir o Governo, tentam atingir a Ministra Marina Silva, tentam nos atingir com matérias caluniosas e requentadas. São denúncias requentadas, denúncias que já foram feitas. Já os estou processando. São denúncias absolutamente não comprovadas. Ao contrário, ficou comprovado que não existiram. No entanto, alguns órgãos de imprensa fazem questão absoluta de nos difamar, de nos caluniar.

Sei de onde partem essas iniciativas. A minha atuação parlamentar – e não apenas aqui –, a história política da minha vida, o povo da minha terra conhece. Senador Sibá Machado, brinco dizendo que V. Exª é meio Senador paraense, pois lá já morou e sabe que, durante minha vida toda, combati grilagem de terra, violência no campo e aqueles que fazem parte de consórcios que financiam essa violência. É por isso que essas matérias vêm à tona. Não sou perdoada porque combato os grileiros de terra, que, por incrível que pareça, subsidiam as denúncias.

Senador Sibá Machado, hoje o Senador Tião Viana leu aqui a nota da Ministra Marina, mostrando, com dados concretos, exatamente a diminuição do desmatamento no Estado do Pará, que já foi o campeão em 2002. Foi exatamente a ação firme dos que estão lá combatendo o desmatamento que causou essa reação desmedida.

A tentativa é me intimidar – e eu já sabia, já haviam me dito isso –, porque não me perdoam por eu ter rasgado aquele documento que foi uma verdadeira

violência à sociedade brasileira, aquele voto em separado feito pela UDR, na CPMI da Terra, que incentivava a violência, porque incentivava a impunidade. Sei que não me perdoam por isso. Não me perdoam e querem me intimidar. Não conseguiram, porque o meu mandato vai continuar. Continuarei fazendo o que sempre fiz ao longo da história da minha vida, o combate a essas injustiças, junto a outras, é óbvio. Não é a única coisa que faço no meu mandato, mas ele é muito marcado por essa atuação.

Tudo o que já foi dito ali já foi investigado e comprovado que é falso. Mas, como em alguns veículos de comunicação o compromisso com a verdade e com a ética é zero, mais uma vez se faz esse tipo de violência. Talvez haja algum Deputado tentando se aproveitar e ganhar fama às minhas custas. Não vai conseguir.

Quero, inclusive, agradecer de coração a solidariedade que tenho recebido aqui e também do povo da minha terra, que conhece a minha atuação. São manifestações honestas, sinceras, de coração.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado e, em seguida, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, o que vi no Pará foram empresas reclamando que V. Exª não dava atenção para elas – nem atenção! –, chateadas porque queriam, com certeza, que V. Exª facilitasse alguma negociação. Foi o que vi, exatamente o contrário. Não posso acreditar que a matéria tenha trazido esse tipo de informação. De onde foi tirada? Como não conheço em detalhes o ocorrido, preferi ouvir V. Exª. E a matéria não só expõe a imagem de V. Exª, mas também a associa à Ministra. Fico me perguntando: “Meu Deus, quantas operações já foram feitas na Região Amazônica, coibindo esse tipo de coisa?”. Pessoas foram presas, verdadeiras quadrilhas foram desmontadas, houve apreensões, multas e todo tipo de investimento necessário para incrementar a fiscalização. Inclusive, estavam começando a dizer que, por conta da fiscalização, V. Exª não queria o desenvolvimento da região ou coisa parecida...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – V. Exª está dizendo que eu fui acusada, não é?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Exatamente. Não posso concordar com isso. Portanto, estou aqui prestando solidariedade a V. Exª, Senadora Ana Júlia, e à nossa Ministra Marina Silva. Colocam os fatos como se V. Exª estivesse facilitando as coisas, e a Ministra Marina Silva acobertando tudo. Isso, a meu ver, é criar fantasias ou discórdias onde não existem. Vi muito bem que foi dada uma resposta de pronto nos casos da Irmã Dorothy, da Terra do Meio, do Município de...

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Anapu?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não. É no rio Xingu.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Altamira?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não. Após Altamira. Eu me esqueci... É Porto de Mós. Então, são tantas experiências para se contar no Pará!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– A criação das reservas extrativistas...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sim, a criação das reservas extrativistas, a redução do desmatamento, o incentivo às empresas sérias, as empresas certificadas. Essas deveriam ter, no nosso entendimento, apoio moral para continuar sendo bom exemplo para todos. Agora, temos esse conjunto de medidas, culminando com a promulgação da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Nesse sentido, sou solidário a V. Ex^a. Não sei que atitude pode ser tomada diante de um caso como esse. Se ficar sem resposta, alguma pessoa que porventura queira combater politicamente V. Ex^a no Estado pode utilizar essa matéria para obter proveitos em outro tipo de proveito. Então, creio que, nesse sentido, cabe, sim, uma resposta de pronto esclarecimento, para que não pare a nenhuma dúvida sobre as pessoas que, com certeza, gostariam de ouvir de V. Ex^a essa explicação. Fica aqui a minha solidariedade.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador Sibá Machado. Tenho certeza de que é exatamente isso o que estamos fazendo. Já existe um breve esclarecimento a esse respeito no nosso site, que inclusive já foi visitado por todos os Senadores.

Quero deixar claro que vamos continuar tomando medidas judiciais em relação a todos aqueles que caluniarem e que se utilizarem de questões que comprovadamente são falsas e repetidas.

Senador Cristovam Buarque, ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senadora Ana Júlia, quero apenas manifestar, na mesma linha do Senador Sibá, a minha solidariedade. Quem conhece o seu trabalho nesta Casa, o seu trabalho no Pará, a sua história sabe perfeitamente que a sua luta lhe credencia para ficar acima dessas denúncias. Nós, aqui, desta Casa, tenho certeza – senão todos, mas muitos de nós –, estamos aqui para manifestar a nossa solidariedade. Para nós, nem precisava a sua fala, mas é importante que alguém que é criticado pela imprensa venha a esta tribuna, sem baixar a cabeça, dizer tudo aquilo que tem no coração diante de uma

denúncia, sobretudo como ouvi V. Ex^a dizer: que nada disso vai enfraquecer sua luta.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Obrigada, Senador. Agradeço realmente de coração a sua solidariedade. É dessa solidariedade que preciso e da de todos aqueles que me apoiaram de forma sincera, assim como o povo do meu Estado, que tem chegado a todo o momento com o seu apoio porque conhecem a minha atuação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP)

– Solicito à Senadora Heloísa Helena que assuma a Presidência, porque tenho um compromisso, mas eu não gostaria de sair sem expressar também a minha solidariedade a V. Ex^a e à Ministra Marinha Silva, de cujo trabalho e honradez sou testemunha desde os primeiros momentos em que aqui convivemos.

Muito obrigado.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Concluo o pronunciamento dizendo que não conseguirei impedir-me de continuar a combater os grileiros de terra, os madeireiros ilegais. Também não podemos acusar todos, porque parece que toda atividade madeireira passou a ser ilegal, praticada por bandidos, o que não é verdade. Há muitos que defenderam inclusive o Projeto de Gestão de Florestas.

Aproveito a oportunidade para separar aqueles que fizeram críticas ao Projeto de Gestão de Florestas daqueles que apoiaram outra concepção. Mas, infelizmente, também há aqueles que o fizeram exatamente porque sabem que será um golpe de morte para a grillagem de terra, em especial para o Estado, porque era isso que se negociava com a falta de regulamentação. Hoje, graças a Deus, já há regulamentação no que diz respeito à exploração da nossa floresta.

Então, mais uma vez, venho aqui expressar a minha indignação, mas quero dizer que não me sinto ofendida na minha honra e não vou usar a vitimização, não. Não faz parte da minha história usar a vitimização para fazer disso a minha atuação política. Vou continuar enfrentando não só esses que são grileiros de terra como aqueles que não me perdoam pelo fato de eu combater a violência, a morte e que não me perdoam pelo fato de eu ter rasgado aquela excrescência que foi o relatório da CPMI da terra, aquele voto em separado, que foi, infelizmente, aprovado naquela CPMI.

Continuarei o meu combate firmemente, sem baixar a cabeça, porque sei que a tentativa é me intimidar; sei também dos interesses políticos, como aqui já citou o Senador Sibá Machado. Sabe por que, Senador Cristovam? Porque pensam que serei candidata. Não tenho pretensões de ser candidata, mas pensam isso e tentam me atingir. E a única forma de me atingir

é caluniando-me, é buscando matérias requeridas, buscando denúncias requeridas, cuja falsidade já foi comprovada. Utilizaram inclusive documentos que nem sequer constam do relatório da CPMI, o que é mais absurdo! São ilações. As ilações passam a fazer parte da acusação. Alguém faz uma denúncia contra outrem; essa denúncia é investigada e é comprovadamente falsa. Mas, como o órgão de comunicação tem interesses que estão por trás para atingir a pessoa, continuam fazendo as mesmas ilações. Dessa maneira é fácil qualquer um ser atingido, Senador. É fácil!

Agradeço a solidariedade daqueles que se manifestaram nesse sentido de vários partidos políticos, não só os dos partidos da base de apoio. E do povo da minha terra. É dessa solidariedade que preciso. Do resto, realmente, não preciso. Já estou de couro curtido, Senador; já estou de couro curtido. Quero dizer que tenho coragem para enfrentar essa bandidagem. Não vou me intimidar com ela.

A denúncia faz parte da vida pública quando se ferem interesses poderosos, quando ferimos interesses poderosos. É óbvio que sabemos que matérias são veiculadas e, muitas vezes, o que está por trás dessas matérias não aparece para a sociedade. E o que está por trás dessas matérias é exatamente a tentativa de atingir não só a mim, mas a uma política de governo na área do meio ambiente. É isso. E acho que a melhor resposta foi não só a que demos, mostrando que essa denúncia é requerida, inclusive, mas a da própria Ministra do Meio Ambiente.

Agradeço a todos de coração. Continuarei de cabeça erguida, porque, como eu disse, a minha honra, não conseguiram atingir. Não vou reclamar aqui: "Ah, minha honra!" Não. Não conseguiram atingi-la, Senador. Infelizmente, para eles, não conseguiram atingi-la, apesar de tentarem.

Concluo dizendo isso e que vou continuar combatendo a bandidagem que está por trás desse tipo de matéria, que ainda encontra espaço em veículos de comunicação, que, cada vez mais, perdem a credibilidade. É por isso, inclusive, que o Presidente Lula sobe nas pesquisas, pela falta de credibilidade de matérias como essa, que têm como único objetivo atingir o Governo; têm como único objetivo atingir pessoas que têm uma postura ética correta, uma postura firme de combate à grilagem, de combate à violência no campo, de combate ao desmatamento ilegal. É essa a nossa postura e será sempre essa!

Não pensem que vão me intimidar. Este couro já está curtido e, com certeza, pronto para enfrentar os desafios que o povo da minha terra, com muita honra, me solicitou, elegendo-me Senadora do meu Estado, a primeira mulher Senadora do Estado do Pará.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carrepa, o Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque pelo tempo que entender necessário para proferir o seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente – ou Sra. Presidenta, depende de como usamos: de forma politicamente correta ou de forma correta de acordo com o dicionário.

Sra. Presidenta, Sra.s e Srs. Senadores, há pouco, assisti a um debate entre os Senadores Eduardo Suplicy e Arthur Virgílio sobre se houve ou não evolução no Bolsa-Escola. Penso que a palavra correta, o verbo correto é dizer que houve aumento, comparando-se o Bolsa-Escola com o Bolsa-Família. Aumento. Do ponto de vista do conceito, houve um retrocesso, houve uma involução. E essa involução está clara por alguns gestos do Governo Lula. Houve, sim, um redirecionamento rumo a um programa com impacto eleitoral que o Bolsa-Escola não tinha. E vou dizer por quê.

A involução começa com o nome. Por mais nobre que seja a família, do ponto de vista do futuro, há uma diferença entre o programa Bolsa-Escola e o Bolsa-Família. A escola é emancipadora; a família é protetora. Quando estamos em dificuldades, a proteção é importante, é fundamental, e não digo que o Bolsa-Família seja uma coisa ruim para quem precisa daqueles R\$80,00, mas ele não emancipa. A emancipação vem da escola. Essa foi a primeira involução; esse foi o primeiro retrocesso.

O segundo ocorreu quando a administração saiu do Ministério da Educação para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é uma expressão que não diz a verdade. É o movimento da assistência social – e tenho o mais profundo respeito por ela. No entanto, assistência social é uma coisa; emancipação é outra.

Havia muitos programas de assistência social aos escravos. Havia grupos organizados que protegiam os escravos contra violências, que tentavam lutar para que os filhos não fossem vendidos separadamente das mães, mas que não lutavam pela abolição. É no radicalismo da abolição que está a verdadeira expressão da emancipação.

Obviamente, o terceiro retrocesso – e o Senador Arthur Virgílio tocou nisso sem explicitar – ocorreu quando o Governo misturou programas diferentes.

O Governo Fernando Henrique criou um programa chamado Bolsa-Escola, com finalidade educacional, e outros programas assistenciais para garantir alimentos, renda e remédios. Quando se misturou tudo isso, ficou impossível levar-se a sério a exigência da freqüência escolar. Está na lei que, para se receberem os benefícios do Bolsa-Família, todos os filhos devem estar na escola. Contudo, como separar uma família que tem criança de uma que não tem, exigindo de uma a freqüência e de outra não? Misturou-se e, ao se fazê-lo, perdeu-se a nitidez. Ao se perder a nitidez, não se trata mais de um programa de fato educacional.

Tenho acompanhado isso. Hoje há até um número maior de escolas informando a freqüência do que antes, quando o processo estava em implantação; mas não há o corte da bolsa nem haverá, porque o objetivo deixou de ser educacional. Ao se transformar num programa desse tipo, ele passou a ser eleitoral, para não dizer eleitoreiro. Não vou dizer que escolhem famílias de amigos do Governo. Não vou dizer isso. Não tenho nenhuma informação de que haja fisiologismo na escolha das famílias. Todavia, se elas não são cobradas, sentem-se como se estivesse recebendo um favor. Aí, aproximam-se de quem faz o favor. É o velho paternalismo.

Eu era Governador do Distrito Federal quando implantamos o Bolsa-Escola, pagando um salário mínimo. E digo com tranquilidade, não com alegria: eu não tive tantos votos entre muitas das famílias que recebiam o Bolsa-Escola. Sei disso. Por quê? Porque eu ia lá onde estavam as mães e dizia-lhes: “Vocês não me devem nada! Vocês estão recebendo porque os seus filhos estão na escola. Se eles faltarem mais de dois dias, cortaremos a bolsa”. E cortávamos, às vezes com dor no coração.

Nunca me esqueço de um homem, na cidade do Guará, que me procurou para dizer que não estava recebendo a bolsa. E eu disse: “Mas, então, o seu filho não vai à aula”. E ele disse: “O meu filho vai à aula”. E eu disse: “Mas só tem um?” Ele disse: “Não; eu tenho dois, mas o outro sumiu, fugiu”. E eu tive de lhe dizer: “Nós vamos dar todo o apoio, primeiro, para encontrar o seu filho; depois, todo o apoio à sua família; mas enquanto o seu filho não aparecer e não for à escola, a Bolsa-Escola você não vai receber. Vai receber outro programa assistencial, mas não a Bolsa-Escola.”. Disse-lhe isso com dor no coração, mas tive de fazê-lo – e isso todos os dias.

Senador Arthur Virgílio, na verdade, o Senador Eduardo Suplicy, que lamento não esteja aqui, não er-

rou, mas usou o verbo “evoluir” de maneira equivocada. Deveria ter usado o verbo “aumentar”: aumentou no valor e no número, mas evolução não houve. Dá para se dizer que houve, do ponto de vista assistencial, um aumento considerável no número de famílias; mas, do ponto de vista conceitual, houve uma involução, pelas três razões que citei: o próprio nome tem um simbolismo grande, a palavra “escola”; o fato de o gerenciamento ter saído do Ministério da Educação; e, também, o fato de que a cobrança deixou de ser possível ou fácil diante da mistura de programas necessários de assistência com programas necessários de emancipação por meio da educação.

Pouca gente sabe, mas a idéia do Bolsa-Escola surgiu de algo que a elite brasileira sempre teve e nunca reclamou. Aqui, pagam-se bolsas de estudo para que aqueles que já se formaram continuem estudando, porque o Brasil precisa de pessoas que, ao serem engenheiros, não sigam para a carreira, seduzidos pelo salário que o mercado paga. É preciso que virem doutores em Engenharia. Então, pagamos 450 milhões – valores do ano passado – a 35 mil jovens – não sei se todos tão jovens – já formados e que queriam continuar estudando, coisa que o Brasil precisa. E creio que 450 milhões e 35 mil ainda sejam pouco.

A partir daí, pensou-se: “Mas se pagamos para quem já se formou continuar estudando em vez de ir para o mercado, por que não pagamos para tirar do mercado crianças que estão trabalhando, para que venham para a escola?” Essa foi a lógica, que pouca gente sabe de onde surgiu: a de não deixar criança ir para o mercado. Ela evoluiu no sentido de se dizer: “Não vamos dar apenas para quem está trabalhando, mas para todas essas crianças que estão na fronteira da evasão escolar” – e aumentou-se o número.

No livro em que exponho a idéia do Bolsa-Escola pela primeira vez e em que faço referência ao Suplicy, por conta de sua proposta de renda mínima – e isso é de 90 –, sugiro que deveríamos pagar o benefício para todas as famílias com crianças na escola pública, para não se separarem as pobres das ricas, uma vez que, se estão na escola pública, provavelmente não são ricas. Além disso, o custo da seleção, às vezes, é maior do que o do pagamento a todas elas.

Eu propunha para todas, Senador Virgílio. Fiz as contas e mostrei que não era tanto, eram 2,4 bilhões, naquela época, quando meio salário mínimo representava R\$50,00. Hoje, o salário mínimo, felizmente, aumentou um pouco.

De fato, houve uma involução, com um aumento no número de famílias. Quanto ao valor, foi muito ligeiro o seu aumento, se somarmos o Bolsa-Escola com o Vale-Alimentação, com o Bolsa-Alimentação e com

todos esses programas. Não foi tanto, mas houve aumento, e temos que respeitar que cresceu o número. Claro que isso é positivo, mas não é suficiente.

Do ponto de vista da emancipação, houve um retrocesso; do ponto de vista da assistência, houve um aumento. Eu não podia deixar de falar isso porque ouvi esse debate.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio, lamentando que o Senador Suplicy não esteja aqui para ouvi-lo.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – O Senador Suplicy me disse que viajaria. Ele, certamente, teria apreciado muito participar desse debate. Antes de tudo, Senador Cristovam, devo lembrar que V. Ex^a trouxe essa idéia para o Brasil e que havia uma discussão sobre a questão cronológica: V. Ex^a implantou com êxito aqui, José Roberto Magalhães Teixeira implantou com êxito lá em Campinas. Lembro-me de V. Ex^a ter teorizado mais, mas os tucanos vão morrer dizendo que... É aquela história dos irmãos Wright e de Santos Dumont. O fato é que V. Ex^a tem méritos enormes por ter buscado, a meu ver, com a filosofia, com a conceituação correta, implantar o Bolsa-Escola no País. V. Ex^a foi muito feliz. Na medida em que o Governo aumenta e involui, ele visa ao eleitoralismo, como diz Dom Geraldo Majella; ele visa aos votos. Ele não está com o foco na criança, na emancipação pela via da revolução da educação, mas em aumentar o percentual do Presidente Lula nas pesquisas que estão saindo a cada momento. Infelizmente, é isso. Havia o projeto Sentinel para isso, o projeto de erradicação do trabalho infantil para aquilo outro, havia um terceiro, um quarto e um quinto. Ele juntou tudo, e o foco se esfarelou. O foco deveria ser a escola e, mais ainda, com porta de entrada, evidentemente, e com porta de saída, porque senão, ao longo do tempo, não há orçamento que agüente. Segundo, se não há a perspectiva da emancipação, a impressão que se tem é de que o Governo quer manter pessoas como esmoleres pela vida inteira, negando-lhes a cidadania básica, a de poderem viver às custas do seu trabalho. Então, deve existir porta de saída. Sai a família do Sr. João e da Dona Maria, e entra a família do Sr. Pedro e da Dona Francisca; mas não dá para ter o Sr. João, a Dona Maria, o Sr. Antônio, o Cristovam, o Arthur, todo mundo. Não dá, porque o orçamento não resiste.

Tem ainda um outro dado que julgo – V. Ex^a falou muito bem da mistura de Programa – bem exemplificador de como o Governo encara essa questão. Ele está, nas suas estatísticas, falando do Pronaf – Programa de Agricultura Familiar. No entanto, as denúncias que me chegam do Nordeste são que bilhões de reais estão sendo “torrados”: até R\$1.000,00 por família,

quase que um compromisso eleitoral, quase que uma compra de votos. Ou seja: “Toma R\$1.000,00”, sem vinculação a nada estratégico. Mil reais por família. Dizem que isso aí tem, de certa forma, influenciado até em resultados de pesquisa. Esse fato deveria ser olhado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Está todo o mundo de olho nisso. Porque se quer, de fato, desenvolver a agricultura familiar, que se pense também, estrategicamente, na agricultura familiar e se imagine uma forma de as famílias serem auto-sustentáveis no trabalho que passam a exercer. Agora, se pura e simplesmente sai distribuindo dinheiro aqui e acolá, cria alguns mostrengos que, amanhã, vão reverter contra o futuro das próprias pessoas que supostamente o Governo gostaria de beneficiar. Queria agradecer, primeiramente, a V. Ex^a pela honestidade intelectual de sempre e pelo socorro, ou seja, V. Ex^a desenvolveu, com muito mais assertividade, a idéia que era minha: de que não tinha havido evolução. Questionei o Senador Eduardo Suplicy se teria havido evolução, e V. Ex^a disse muito bem: houve aumento, mas não evolução. V. Ex^a foi além ao dizer que houve involução. Houve, porque perderam o foco. A questão fundamental para o Governo passado e para V. Ex^a era a emancipação das crianças via educação. Neste Governo, não; é a emancipação eleitoral do Presidente Lula. É preciso dizer isso com todas as letras para que a gente não fique perdendo tempo e fique engodando, pela omisão, a análise do povo brasileiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Quero aproveitar o momento para fazer um registro. O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi autor de uma das grandes generosidades raras em política ao adotar, para o Programa que ele levou ao Brasil inteiro, o nome que eu criei aqui, em 1994, na campanha eleitoral, quando, pela primeira vez, denominei o Programa como Bolsa-Escola. Quando eu apresentei a idéia, em 1986, eu o chamava de Renda Mínima Vinculada à Educação. Na campanha eleitoral de 1994, passei a chamá-lo de Bolsa-Escola. Raramente um Presidente adota o nome de um programa de governo vindo de um adversário político – é preciso reconhecer isso. No México, por exemplo, que implantou um programa melhor do que o nosso – devo reconhecer –, inclusive vieram a Brasília para aprender, lá, o Presidente Fox mudou o nome que o Presidente Zedillo havia dado. Aqui, o Presidente Lula, ao mudar o nome, acho que também estava por trás a idéia de dizer “é nosso”. Se fosse o Bolsa-Escola, não seria.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite mais um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Se a Sra. Presidente o permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Tenha a absoluta convicção de que terá todo o tempo que entender necessário, Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Chamo a atenção para um outro ponto significativo: essa história de trocar os nomes ou de subverter os fatos é uma marca muito negativa que revela o caráter flácido do Governo que aí está. Não vou além: o Governo está montando, junto com o Sr. Duda Mendonça – que está cercado de todas as suspeitas do mundo –, uma campanha enorme, de milhões e milhões de reais, para dizer que o Brasil ficou auto-suficiente em petróleo graças ao Lula. Vai dizer, depois, com aquela cara pascácia: “Pela primeira vez, neste País, não sei o quê...”, aquela conversa chata, porque aquilo é chato. Ele está-se tornando um chato de galochas – temos de admitir isso com clareza. Muito bem! Se nós olharmos friamente as estatísticas, veremos que, no Governo Figueiredo, evoluía a 17,5% ao ano a produção de petróleo. Por que Figueiredo foi genial nesse campo? Não, não; porque ele se beneficiou do abastecimento de bacias que foram descobertas há 20 anos, e que, graças à Petrobras, graças à sociedade brasileira, esse processo foi amadurecendo e desaguou de uma maneira muito favorável à estatística do Governo Figueiredo, sem que ele tenha sido, precisamente, o mentor de tudo aquilo. O segundo, foi o Presidente Fernando Henrique com dez pontos não sei o quê. Foi genial? Foi fantástico? Não foi! Apenas o Presidente Fernando Henrique se beneficiou – a meu ver – da abertura do petróleo. Isso ele tem a ver, porque foi ele quem fez, inclusive contra o voto do Presidente Lula e de seu Partido de então. Mas outros avanços tecnológicos de épocas anteriores a de Fernando Henrique amadureceram e explodiram no Governo dele. Agora, no Governo Sarney, foi 5%. Neste Governo Lula, a média é 3% ao ano. Não há explicação para isso. Por que caiu tanto o aumento de produção neste Governo? Ou seja, a rigor, se ele tivesse sido competente, nós teríamos a auto-suficiência antes e não agora. Antes, e não apenas neste momento. Muito bem, estão montando uma parafernália para tentar ganhar votos de novo por aí e fazendo algo que é criminoso, algo que dá a entender que ele recebeu 96% de auto-suficiência; faltavam 4%. Demorou um tempão e, agora, no final do Governo, atinge os 4%. Se o ritmo deste Governo fosse aquele do Governo Figueiredo, já teriam alcançado há muito tempo; se fosse o do Fernando Henrique, já teriam alcançado há muito tempo; se fosse o do Sarney, que foi baixo, 5%, teriam alcançado há algum tempo. Isso é criminoso, porque desinforma, mexe com a cabeça das crianças, torce a compreensão do povo brasileiro.

Dá a impressão de que não temos um processo histórico, de que não somos uma Nação, de que não temos instituições maduras, de que a Petrobras não era coisa alguma e passou a ser porque Lula é genial, porque é o guia genial dos povos e conseguiu fazer a Petrobras, inerte, de repente, trabalhar. Agiu quase como Deus: “Levanta-te, Petrobras, e anda”. Isso tem de ter um cobro, porque é brutalmente atrasado. Se eu fosse usar uma linguagem de coluna social, eu diria: “Presidente Lula, deixe de ser cafona. Deixe de ser *out*”. Se tivesse que usar uma linguagem política, visando à história do País, eu diria: “Presidente, isso é criminoso, é autoritário, é desonesto. A partir daí não poderemos acreditar no senhor em mais nada, porque o senhor mente sobre tudo. O senhor está mentindo sobre a questão do petróleo, está preparando uma megacampanha com um dinheiro que poderia ir, quem sabe, para o Bolsa-Escola. O senhor está gastando dinheiro com isso, e nas mãos do Duda Mendonça. Não sei como o senhor ainda contrata o Duda Mendonça. Será que é por que, se não o contratar, ele falará? Será que o senhor dá ainda oportunidade de trabalho a ele porque, caso contrário, ele falará? Será que é isso?” Este é o País do silêncio? É o País em que Delúbio não morreu de fome, em que Delúbio não trabalha, mas come; o Waldomiro não trabalha, mas come; o Silvio Pereira não trabalha, mas come. O Sr. José Dirceu recebe um dinheiro e, de repente, compra uma moto, e não sei o quê. Não se sente neles a menor necessidade de viver. Parece-me que vivem do silêncio! Qualquer um vive de seu trabalho, essa gente vive do silêncio. Para mim, está muito claro que essa gente vive do silêncio. Querem, agora, impingir a idéia de que a Petrobras não fez nada, de que não tem processo histórico nenhum e de que eles chegaram à auto-suficiência porque o Presidente Lula é genial. No campo do Bolsa-Escola é a mesma coisa: “Pegamos R\$2 milhões...” Ele não diz que havia milhões e milhões de pessoas beneficiadas por outros programas, desvirtua o sentido do Bolsa-Escola, transformando tudo no que ele chama de Bolsa-Família, e sem ter a dignidade de reconhecer, como V. Ex^a reconhece no Presidente anterior, que é ter dito: “Olha, isso aqui foi do Governo do Cristovam, está aqui o nome, e acabou”, em vez de ficar nessa disputa medíocre que, a meu ver, não é boa para o povo que recebe esse tipo de insulto intelectual, nem para o Presidente também, porque parece aquele afogado que fica o tempo todo pedindo socorro e, quando se chega lá, ele diz que é brincadeira. Um dia, deixa ele morrer, porque está brincando o tempo todo. Então, no dia em que precisar de credibilidade, ele não terá apoio das pessoas, porque elas vão dizer: “Poxa, passa o Governo todo mentindo, não ataca a questão

da corrupção, não enfrenta as denúncias que fazem contra ele, procura mostrar que o importante é ter feito isso e aquilo e que corrupção é uma besteira! Não tem de discutir corrupção". Com isso, ele vai criando um quadro muito negativo de conceito – não sei se ele está preocupado com isso – em torno dele. Mas isso é muito bom, porque a verdade vai aparecendo. São pessoas como V. Ex^a que vão, com enorme apuro técnico e muita sensibilidade política, procurando, pura e simplesmente, estabelecer a verdade. A verdade é: não há qualquer preocupação social. Há preocupação em usar o social para arranjar votos. Vou repetir: não há a menor vontade do Presidente em emancipar a criança brasileira carente. Ao contrário, ele quer a criança como cliente, esmoler dos seus óbolos, e ele quer se emancipar eleitoralmente pela via da demagogia mais deslavada e mais cínica que o Brasil possa ter visto. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sra. Presidente, vou concluir com duas questões.

Primeiro, mesmo que o Bolsa-Escola seja correto, com registro de freqüência, com valor alto, não resolve se não vier acompanhado da escola. E aí não adianta pagá-lo se não fizermos uma revolução no salário e na formação do professor, se não se começar a fazer aquilo por que V. Ex^a luta, que é o atendimento na primeiríssima infância, por meio de creches públicas. Se a criança chega, com todo o programa Bolsa-Escola do mundo, mas já sem condições de aprender, também não será emancipador o programa.

Então, o Bolsa-Escola só funciona se vier junto com a escola, e tem de se gastar muito mais em escola do que no programa, o que não se está fazendo. O Governo Federal gasta, hoje, mais com o Bolsa-Família do que com educação básica. Falo do Governo Federal. Quando somamos Estados e Municípios, é claro que aí se gasta mais.

Finalmente, para concluir, quero dizer o seguinte: o que o Governo fez foi sair do futuro, ficar preso ao presente e deixar de construir uma nova geração para ganhar a próxima eleição. É lamentável que, nesse sentido, tenha havido uma involução, um retrocesso, não apenas do ponto de vista social, mas também do ponto de vista político.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço o muito importante pronunciamento de V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra como Líder, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela Liderança do PSDB, pelo tempo que entender necessário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acompanhei com atenção o pronunciamento que trouxe à Casa ainda há pouco, e V. Ex^a se revelou, tanto quanto eu, constrangida com essa questão familiar. Temos conversado muito, e V. Ex^a sabe como isso me atinge, como sei que atinge V. Ex^a, e, portanto – V. Ex^a disse bem –, não se trata de ver se é filho de Fulano ou se é irmão de Beltrano. Mas certos fatos públicos têm de ser discutidos e analisados com dureza e com exigência pelos agentes políticos deste+.- País. Eu me refiro a esse episódio da Gamecorp. Primeiro, fiz uma solicitação na semana passada aqui e, muito brandamente, pedi que a empresa desse uma explicação. Ela não a deu. Seria uma explicação clara, cabal. Eu adoraria poder vir aqui e dizer que tudo não passa de um mal-entendido. A empresa não deu importância à modesta solicitação que lhe fiz.

Portanto, não se trata de filho, de irmão, de parente ou de quem quer que seja. Trata-se de uma pequena empresa de fundo de quintal que recebeu aporte de uma grande empresa de telefonia no valor de R\$15 milhões, até o momento.

Trata-se do fato de que, nessa guerra de gigantes, outra grande empresa de telecomunicações teria contratado um advogado ligado ao ex-Ministro José Dirceu por R\$8 milhões e o célebre compadre do Presidente Lula, advogado Roberto Teixeira, por R\$1 milhão, sem que se saiba até agora, diz a revista **Veja**, qual foi o serviço jurídico. Os advogados tinham de aparecer à luz e de dizer: "Os serviços prestados foram tais e tais". Enfim, tinham de procurar justificar. Não foi pouco dinheiro, estou falando aqui de R\$9 milhões; falo de mais de US\$4 milhões.

Há outra acusação terrível: a empresa que se associou à Gamecorp teria sido beneficiada por um ato monocrático do Presidente da República. Até que ponto foi feito o justo?

O Presidente Dutra, com toda aquela sua simplicidade, dizia que no governo não se deve comprar nada nem vender nada, porque, se se vai comprar, o vendedor pode querer vender por quase nada para beneficiar o dono do poder; se se vai vender, o dono do poder pode querer comprar muito caro para chegar igualmente ao coração ou à sensibilidade dos detentores do poder de mando, do arbítrio, da decisão discricionária, enfim.

Então, esse é um caso que – volto a dizer – não gosto de mencionar, mas há muito dinheiro em jogo. Não se trata de brincadeira, mas de algo que envolve dinheiro público, envolve um método. Então, é fundamental que a empresa venha a público – insisto nisto – para dar sua explicação cabal e diga: "Olha, aconte-

ceu isso, por isso, aquilo e aquilo outro". Desse modo, veremos se é convincente ou não a explicação da empresa. Mas que o Governo está cheio de episódios obscuros e que esse é um deles é verdade, e a tática de não responder tem sido uma marca do Governo do Presidente Lula. Em nenhum momento, enfrentou as acusações de corrupção. Foi aí que ele perdeu, já não para V. Ex^a, mas para mim, até um certo encanto.

Eu imaginava que ele reagiria de outro jeito. Pensei, no começo desta crise, que ele iria enlouquecer, que iria dar o nome das pessoas todas, que iria detonar, demitir, fazer e acontecer. Não demitiu ninguém. O José Dirceu se arrastou um tempão; outro se arrastou um tempinho; outro se arrastou mais outro tempão. Quase todos saíram a pedido, a começar pelo Waldomiro Diniz. Não consegue destratar nenhum deles. Chamou de "nossa Delúbio", no programa "Roda Viva", o antigo Tesoureiro do PT. Não parece ter liberdade para ser duro com nenhum deles. Não foi capaz de dizer: "Meu Governo estava indo bem até que um bando de gente que pensei que fosse decente, gente que não presta, fulano, fulano e fulano...". Não foi capaz de fazê-lo. Deu impressão de ter alguma relação com eles que lhe impossibilitava de falar, mais clara e seriamente, sobre todos os episódios.

Diz que foi traído. Traído por quem?! Trair é um verbo que exige complemento. Não se trata de verbo intransitivo. Traído por quem? Quem o traiu? Quando foi traído? Em que momento foi traído? Qual foi a traição?

Se o episódio é corrupção, alguém é traído porque não sabe, porque condena ou porque não recebeu sua parte. Há mil ilações. Mas não é possível entendermos como legítima a resposta que não aponte nem Fulano, nem Beltrano, nem Sicrano. E esses aí teriam de ser apontados à execração pública, tendo em vista o processo, e o Presidente mostraria com clareza a sua índole.

Igualmente, tenho aqui confrontado essa história do PT em relação ao caso Santo André. Dizem que estamos mexendo numa ferida, pois, afinal de contas, trata-se de um companheiro deles que foi assassinado. Mas o interesse de deslindar esse fato tem sido nosso, sem termos essa ligação toda com Celso Daniel. Eles fizeram tudo para obstaculizar todos os passos que a CPI deu. Fizeram tudo para desmoralizar sempre que alguém do Ministério Público disse alguma coisa que levasse à elucidação de algum dos pontos obscuros – e são muitos nesse caso. E tal comportamento causa estranheza. Que interesse é esse? Que solidariedade é essa em que a família fica de um lado, e eles, do outro? A família não gosta deles. A família está se mudando. Isso é grave, Sra. Presidente. A família está se mudando. No começo, disseram que o irmão de Celso Daniel, João Daniel, é louco. Isso é possível.

Há louco aqui, louco acolá, louco no sanatório, louco fora. Diziam que o Bruno não é louco, mas ele veio e confirmou tudo que o dito louco havia declarado. Pergunto se o Bruno passou a ser louco também.

O Bruno e o outro estão se mudando, não da cidade, não do bairro, não do Estado, mas do País. Estão indo embora, pois estão sentindo-se ameaçados. O Ministro da Justiça, a essa altura, já deveria ter ido à casa deles ou deveria ter mandado a Polícia Federal buscá-los, cercados de toda segurança, para virem aqui e terem uma audiência com ele, para dizerem o que está acontecendo com eles. Deveria ser dito a eles: "O Estado brasileiro garantirá a segurança dos senhores e da sua família. Quais são as pessoas que precisam de segurança? Quais são as pessoas que precisam de guarda da Polícia Federal 24 horas por dia? Onde está? Quais são as suspeitas?".

Na medida em que o Governo se tranca em copas, a impressão que passa é que não está preocupado com a situação, a impressão que passa é que o Governo vê como inimigos esses cidadãos que causaram, quem sabe, alguns dissabores ao Presidente com as denúncias que fizeram. É complicado, é uma coisa muito complicada. Não vejo com bons olhos a forma como eles agem. Não vejo isso com bons olhos.

Estão se mudando alegando que estão ameaçados. Isso aqui é uma democracia ou não é? Se é uma democracia, quem os está ameaçando? O que faz a autoridade máxima desse segmento, que é o Ministro da Justiça, que não vai lá e dá inteira cobertura a eles?

Aqui já tive problemas. Já denunciei pressões absurdas e ilegítimas, que soube repelir do jeito que sou capaz, contra a minha família. V. Ex^a também já passou por momentos difíceis, por tentativas de agressão à sua família, por ameaças a V. Ex^a e a seu filho. Que País é este em que estamos vivendo? Que País é este? É um País onde alguém diz: "Estou ameaçado em um caso investigado por uma CPI. Vou embora do Brasil, porque não acredito nas autoridades". E não é só o irmão que eles diziam que era louco, não. Está indo o louco, está indo o bom, está indo o mais ou menos, está indo a mais ou menos, está indo todo mundo. E não está chocando ninguém!

Alguém da CNBB diz algo que não agrada aos ouvidos do Príncipe; aí, algum Gregório Fortunato, intelectual do Príncipe, vai e resolve dar um tiro simbólico no Major Rubem Vaz, fictício. Vai lá e diz: "A CNBB tem de cuidar é do Padre Pinto", que é um padre que estaria rezando missa com umas roupas esquisitas, maquiado, enfim. Sei lá como a Igreja vai lidar com o Padre Pinto! Ela vai lidar do jeito que ela quiser lidar. Se não lidar corretamente, ela vai perder ponto perante seus fiéis. Ela tem de saber como lidar. Eu é que não vou agora ensinar, literalmente, padre a rezar missa. Não vou.

Agora, o fato é que só mandaram a Igreja cuidar do Padre Pinto porque a Igreja, pela CNBB, disse que não concorda com algumas medidas deste Governo, com alguns gestos e posturas deste Governo. Então, dizem eles desdenhosamente: "Vai cuidar do Padre Pinto"; ou seja: "Não se meta com coisa nossa. Não se meta com *cosa nostra*. Não se meta conosco; saia fora, senão vamos jogar para você o bombardeio". É muito complicado isso. Este País me inquieta.

Renner dizia da Alemanha pré-nazista o seguinte: "Quando, de noite, penso no meu País, perco o sono". Estou preocupado. Estou preocupado, porque essas pessoas que nos governam não reconhecem as demais forças do País como legítimas. Não reconhecem. Não reconhecem legitimidade em ninguém. Eles reconhecem apenas a eles próprios como autores de uma proposta que não está escrita e que salvaria o Brasil. Então, tem messianismo e tem autoritarismo aí. Portam-se de maneira extremamente autoritária – não sei se à Mussolini, à Stalin, à Hitler mesmo, mas se portam de maneira autoritária.

A partir do momento em que não reconhecem as demais forças do País como legítimas, eles começam a colocar em xeque os valores fundamentais da democracia brasileira, que se fundamentam no contraditório, que se fundamentam no choque de opiniões. Esses valores fundamentam-se precisamente na necessidade de uma Oposição forte fiscalizar o Governo para que o Governo erre menos.

Um governo democrático deveria agradecer a uma oposição consciente pelo favor que lhe presta de apontar-lhe os erros. Este Governo, não; irrita-se. Não faz mais porque não pode, mas tentou calar os intelectuais brasileiros com a Ancinav; tenta o tempo inteiro restringir a liberdade de imprensa; tenta o tempo inteiro amordaçar a opinião dos seus adversários, e, agora, diz, de maneira desdenhosa, que a CNBB não deve interferir intelectualmente sobre o processo político. E estamos vendo a família toda do Sr. Celso Daniel mudar-se com medo de morrer. Eles não vão me dizer, agora, que são todos loucos na família. Aliás, loucos ou não loucos, não se deve deixar ninguém ser assassinado. Não deve, pura e simplesmente, ter assassinato no País. Não há pena de morte formal; não deve haver pena de morte informal também. E casos graves, como esse envolvendo a empresa Gamecorp, têm que ser esclarecidos de maneira clara; têm que ser expostos; tem que vir uma explicação muito nítida. Chega de falta de transparência. Chega de ficarmos fingindo que não estamos vendendo coisas muito graves que estão se passando neste País.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Senador Romero Jucá enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, nestes 47 anos de vigência, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, adotada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 20 de novembro de 1959, e referendada pelo Brasil, com toda a grandeza dos seus princípios, foi, sem dúvida alguma, uma das maiores conquistas do século XX, um dos mais importantes documentos de direitos humanos fundamentais aprovados no Plenário da instituição. Naquele momento, em comunicado às gerações futuras, a ONU reconheceu que toda criança é um ser humano especial, com características específicas, e que tem direitos próprios que precisam ser respeitados. Lamentavelmente, depois de quase meio século da aprovação daquele documento, em quase todos os países, ricos ou pobres, a maioria das crianças vive constantemente ameaçada pelo perigo.

No continente africano, a vida de uma criança é breve. A maioria morre em conflitos sangrentos, em guerras tribais, vitimada por epidemias, pela desnutrição, por males de fácil tratamento se existissem remédios disponíveis, ou por doenças incuráveis como a aids, que está se tornando incontrolável e que deverá matar milhares de crianças nos próximos cinco anos.

Nos países mais avançados, naqueles onde os preceitos da democracia e os direitos humanos são respeitados, e os níveis de conforto, de civilização, de cultura e de educação são satisfatórios, na verdade, as crianças sofrem castigos de toda sorte. Dois exemplos são suficientes para ilustrar essa realidade.

Na Inglaterra, por exemplo, por incrível que possa parecer, haja vista o seu alto grau de bem-estar, o Parlamento chegou a discutir há pouco a freqüência das palmadas que os pais poderiam dar em seus filhos "travessos".

Nos Estados Unidos, a potência mais poderosa da Terra, onde os direitos dos cidadãos constituem um dos maiores exemplos a ser seguido pelo resto do mundo, há dois anos mais ou menos, as televisões do mundo inteiro divulgaram vídeos residenciais chocantes, realizados com câmeras escondidas, em que eram mostrados os próprios pais agredindo covardemente os seus filhos ainda bebês. As imagens revoltaram milhões de telespectadores em todos os continentes. As vítimas não tinham mais de 3 anos de idade.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, apesar dos pequenos avanços que registramos ao longo da história e desde a aprovação da Declaração dos Direitos das Crianças, não podemos, de maneira alguma, nos deixar abater pelo desânimo e abandonar o campo

da luta em defesa da dignidade humana. A violência e a agressividade que existem na natureza de muitas pessoas precisam ser vencidas. Para tanto, acredito que um dos passos mais acertados está no fortalecimento de uma poderosa rede de solidariedade, que tem todas as condições de travar um combate permanente contra o abandono, contra o desânimo, contra a doença, contra o preconceito, contra o vício e em defesa da cidadania, do amor, do carinho, da atenção, da mão estendida, enfim, da esperança que falta a milhões de crianças no mundo inteiro.

No Brasil de hoje, apesar das gritantes contradições sociais que motivam os maus-tratos e o desrespeito ao próximo, principalmente contra os mais indefesos, devemos reconhecer que já existe essa grande rede de solidariedade que age para evitar todas as formas de injustiças que são praticadas contra as nossas crianças. Essa corrente é formada por milhões de cidadãos e cidadãs benevolentes, voluntários, religiosos, brasileiros anônimos que não visam qualquer interesse pessoal e que estão disponíveis a qualquer hora do dia ou da noite para prestar um socorro, para oferecer um abrigo ou para entregar um simples agasalho nas noites frias.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, quando tomamos consciência do imenso poder e da grande força que essa corrente solidária representa, o nosso ânimo se enche de esperança e a nossa vontade de lutar por justiça se renova a cada dia. A Pastoral da Criança é um dos maiores exemplos que podemos citar. Atua com mais de 5 mil militantes em todo o território nacional. É um pequeno exército que está presente em quase 3 mil e 500 municípios brasileiros, ensinando as mães a cuidarem de suas crianças, conscientizando sobre a importância da amamentação, dos cuidados com a higiene e salvando a vida de milhares de bebês. O trabalho da Pastoral em defesa da criança, principalmente nos guetos, nas favelas, nos cortiços infestos, debaixo das marquises, nos viadutos, no inferno dos corredores dos hospitais públicos, nas imensas e miseráveis periferias urbanas e nas áreas rurais mais longínquas, ano após ano vem apresentando resultados impressionantes e contribui decisivamente para diminuir em muito os nossos índices de mortalidade infantil, mesmo dispondo de recursos financeiros insuficientes.

No que se refere à situação da mortalidade infantil em nosso País, em seu Relatório sobre a **Situação da Infância Brasileira 2006**, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) apresenta índices que merecem ser comentados. Todavia, antes da abordagem da questão, devemos dizer que, para o Unicef, o número de crianças que morrem antes de completar 1 ano de idade para cada mil nascidas vivas e a taxa de mortalidade de menores de 5 anos, também chamada de taxa de mortalidade na infância, revelam muito

sobre as condições de vida e a assistência de saúde em um país.

Com base em dados levantados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Unicef mostra que a taxa de mortalidade infantil no Brasil vem caindo de maneira significativa nos últimos 25 anos. Em 1980, ela era de 82,8 por mil crianças nascidas vivas. Em 2004, conseguimos diminuir para 26,6 para cada mil crianças nascidas vivas. É importante observar que, no período destacado, houve realmente um enorme progresso no combate à mortalidade infantil em nosso País. Apesar de tudo, temos ainda um longo caminho pela frente.

De acordo com o Unicef, mesmo com esse registro positivo, em 2005 a taxa de mortalidade infantil apresentada pelo Brasil era a terceira maior da América do Sul. Vale dizer que ficamos atrás da Bolívia e da Guiana. Sem dúvida alguma, porém, não podemos deixar de reconhecer o sucesso alcançado pelas políticas governamentais para reduzir a taxa de mortalidade infantil. E para esse objetivo, como disse no decorrer deste pronunciamento, o trabalho da Pastoral e de outros movimentos sociais merece louvor.

Entretanto, ao lado de todo o esforço que está sendo feito para proteger nossas crianças, a violência contra elas vem se alastrando na vida brasileira. Seu crescimento é preocupante em todos os espaços de nossa sociedade. Aliás, é no próprio lar onde ocorrem as agressões mais freqüentes e o maior número de atentados sexuais. Assim, no seio de suas próprias famílias, milhares de crianças são todos os dias covardemente surradas, seviçadas pelos próprios familiares e submetidas aos mais duros castigos.

Em várias regiões do Brasil, os Conselhos Municipais e os Conselhos Tutelares dos Direitos das Crianças e do Adolescente, nos levantamentos que fazem periodicamente, têm chamado a atenção das autoridades para as respostas que são dadas pelas crianças durante as entrevistas. Segundo as entidades, o problema mais sério é a exploração sexual. O segundo temor revelado por elas é ficar fora da escola, assim como os maus-tratos e os abusos físicos e verbais dos quais são vítimas freqüentes em casa, na rua e na própria escola.

Sr. Presidente, Sra.s e Srs. Senadores, é preciso que sejam definidas imediatamente, por parte de nossas autoridades, ações mais firmes voltadas para a proteção da infância. Convém relembrar que o acesso universal à educação básica de boa qualidade é indiscutivelmente a iniciativa mais importante a ser encarada urgentemente pelos programas governamentais. Sabemos perfeitamente que muitos esforços estão sendo feitos na área da educação infantil, mas ainda não conseguimos atingir a universalização e estamos mais longe ainda de poder oferecer um ensino básico de bom nível e com condições materiais razoáveis das escolas.

No que se refere ao acesso ao nível escolar básico, de acordo com levantamentos do IBGE, na Região Nordeste, cerca de 14% das crianças de 7 a 9 anos não freqüenta a escola, índice que se eleva para 15% na Região Norte. Ao considerarmos a idade de 10 a 14 anos, o número de crianças fora da escola é de cerca de 14% para o Norte e Nordeste.

Eminentes Senadoras e Senadores, a educação é a maior arma para vencer a desigualdade e alcançar o desenvolvimento sustentável e a cidadania. Para isto, precisamos urgentemente elevar o nível do nosso ensino, colocar todas as nossas crianças em salas de aula decentes e melhorar as condições profissionais e salariais dos nossos professores. Se decidirmos realmente amparar as nossas crianças, garantir para elas um futuro digno e prepará-las para serem atores decisivos em nosso processo de desenvolvimento econômi-

co, devemos desde já tomar a decisão de realizar uma verdadeira revolução educacional em nosso País. Caso contrário, continuaremos nos iludindo com o sonho de que seremos brevemente uma grande potência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Embora havendo muito ainda a tratar, mas sem mais oradores inscritos, vou encerrar a presente sessão, convocando para uma sessão não deliberativa amanhã, às 9 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

(OS Nº 11047/06)

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura -2006

Resenha Mensal das matérias apreciadas referente ao mês de fevereiro de 2006 (Período de 15 a 28/02/2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A - SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados.....4
Total4

Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2003 (nº 4.732/98, na Casa de origem), que regulamenta a produção e comercialização de insumos, equipamento, material ou maquinaria destinados à fabricação, acondicionamento, embalagem, controle de qualidade ou emprego em qualquer outra fase da cadeia produtiva de medicamentos para uso humano ou veterinário e de qualquer material destinado à utilização em odontologia ou para fins diagnósticos.

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2004 (nº 4.176/2001, na Casa de origem), que dispõe sobre a alienação de terras da União aos Municípios de Belterra e Aveiro, no Estado do Pará.

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2005 (nº 3.096/2004, na Casa de origem), que denomina "Rodovia Governador José Richa" o trecho da rodovia BR-476 entre as cidades de Adrianópolis e Curitiba, no Estado do Paraná.

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2005 (nº 2.866/2004, na Casa de origem), que institui o dia 5 de maio como o "Dia Nacional do Líder Comunitário".

Sessão: 22.02.2006

II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS:

De iniciativa do Senado Federal	7
De iniciativa da Câmara dos Deputados	2
Total.....	9

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220/2000, na Casa de origem), que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre licenciamento ambiental).

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2001, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera o parágrafo único do art. 15 e o § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que “Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e dá outras providências”.

(Decisão terminativa da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo)

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2002, de autoria do Senador Edison Lobão, que dispõe sobre a revitalização do rio Itapécuru.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre a compra dos produtos alimentícios destinados aos programas governamentais de distribuição de alimentos e combate à fome.

(Decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que modifica o parágrafo único do art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa)

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que introduz modificações na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações, para obrigar as emissoras oficiais de televisão a veicular imagens de pessoas desaparecidas;

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 366, de 2004, de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para estabelecer prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas da prestação continuada de serviços públicos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2005, de autoria da Senadora Serys Shhessarenko, que altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem "software aberto".

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 22.02.2006

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 80, de 2005 (nº 3.482/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Matemática.

Sessão: 22.02.2006

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO:

De iniciativa da Câmara dos Deputados . 17
Total..... 17

Projeto de Decreto Legislativo nº 536, de 2005 (nº 858/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo que Institui o Prêmio Camões, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Lisboa, em 17 de abril de 1999.

Sessão: 20.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2005 (nº 1.625/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área de Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia, celebrado em Brasília, em 7 de junho de 2001.

Sessão: 20.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 563, de 2005 (nº 14/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia, referente à Cooperação Tecnológica na Área de Mistura de Etanol em Combustíveis para Transportes, celebrado em Nova Delhi, em 8 de abril de 2002.

Sessão: 20.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 565, de 2005 (nº 42/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Níquel - Gien.

Sessão: 20.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2006 (nº 120/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Convenção Relativa ao Registro de Objetos Lançados no Espaço Cósmico, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 12 de novembro de 1974, e em vigor a partir de 15 de setembro de 1976.*

Sessão: 20.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2006 (nº 1.301/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil, celebrado em Quito, em 1º de outubro de 2001.*

Sessão: 20.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2006 (nº 1.340/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Promoção do Setor Pesqueiro, celebrado em 26 de agosto de 2003, em Lima.*

Sessão: 20.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 2006 (nº 1.492/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Tratado sobre Transferência de Presos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Lima, em 25 de agosto de 2003.*

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2006 (nº 1.095/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da *Ata Constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos - ABINIA criada como organismo intergovernamental, em 12 de outubro de 1999, em reunião ocorrida em Lima, para a qual o Brasil enviou delegação.*

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2006 (nº 118/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Polônia sobre Cooperação no Campo da Veterinária, celebrado em 9 de abril de 2002, em Foz do Iguaçu.*

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2006 (nº 122/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do *Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Estônia, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2000.*

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2006 (nº 633/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo contra a fabricação e o tráfico ilícitos de armas de fogo, suas peças e componentes e munições, complementando a Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Transnacional, adotado pela Assembléia-Geral, em 31 de maio de 2001, e assinado pelo Brasil, em 11 de julho de 2001.*

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2006 (nº 1.111/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Constitutivo da Organização Internacional da Vinha e do Vinho – OIV, assinado pelo Brasil em Paris, em 2001.*

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 2006 (nº 1.655/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Tailândia sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, celebrado em Brasília, em 16 de junho de 2004.*

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 40, de 2006 (nº 1.656/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Comuns, celebrado em Tegucigalpa, em 12 de agosto de 2004.*

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2006 (nº 1.733/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários, celebrado em Beirute, em 4 de dezembro de 2003.*

Sessão: 22.02.2006

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2006 (nº 1.800/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para a Promoção da Segurança da Aviação, assinado em Brasília, em 22 de março de 2004.*

Sessão: 22.02.2006

**IV - REQUERIMENTO DE VOTO DE APLAUSO,
CENSURA OU SEMELHANTE:**

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Requerimento nº 1.191, de 2005, do Senador Aelton Freitas, *solicitando seja concedido voto de aplauso ao General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-Comandante da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, em reconhecimento pela sua atuação na instalação e início da operação dessa missão de paz.*

Sessão: 20.02.2006

V – MATÉRIA PREJUDICADA:

De iniciativa do Senado Federal	1
Total.....	1

Petição nº 2, de 2004, que trata de solicitação do Sr. Humberto Costa, então Ministro de Estado da Saúde, no sentido de comparecer ao Plenário desta Casa para expor assunto de relevância do seu Ministério.

(prejudicado, nos termos do art. 334, I, do RI)

Sessão: 21.02.2006

VI – MATÉRIAS REJEITADAS:

De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
De iniciativa do Senado Federal	2
Total.....	3

Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 2005 (nº 1.427/2003, na Casa de origem), que acrescenta §§ 2º e 3º ao art. 1º da Lei nº 5.614, de 5 de outubro de 1970, e §§ 1º e 2º ao art. 32 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 (dispõe sobre o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ).

(Art. 254 do Regimento Interno)

Sessão: 17.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2003, de autoria do Senador Ney Suassuna, que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre política agrícola.

(Decisão terminativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária)

Sessão: 21.02.2006

Projeto de Lei do Senado nº 172, de 2004, de autoria do Senador Marcos Guerra, que *institui formas de pagamento de financiamento para estudantes do ensino superior.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 22.02.2006

VII - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal	15
Total.....	15

Requerimento nº 185, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à artista Paula Trope, uma das cinco pessoas que conquistaram o Prêmio CNI/SESI Marcantonio Vilaça.

Sessão: 16.02.2006

Requerimento nº 187, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de aplauso à população do município de Itapevi/SP pelo 47º aniversário de emancipação político administrativa daquele município, que ocorrerá no dia 18 de fevereiro próximo.

Sessão: 16.02.2006

Requerimento nº 188, de 2006, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de aplauso à população do município de Bady Bassit, pelo 47º aniversário de emancipação político administrativa daquele município, que ocorrerá no dia 18 de fevereiro próximo.

Sessão: 16.02.2006

Requerimento nº 191, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Jerusa Mustafá, grande pianista do Amazonas, que comemorou 80 anos com um recital no Centro Cultural Palácio Rio Negro, em Manaus.

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 192, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Diana Cristina de Souza, que se tornou, ontem, dia 19-02-06, a primeira índia brasileira a subir ao pódio ao vencer, na praia do Costão do Santinho, em Florianópolis, uma etapa de WQS (World Qualifying Surf ou surfe em pranchas).

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 193, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta carioca Isabel Clark, de Ipanema, primeira brasileira a se classificar entre os dez primeiros em prova de esporte de inverno, sagrando-se em 9º lugar na competição de Snowboard, nas Olimpíadas de Turim, no dia 17 de fevereiro de 2006.

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 194, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Geralda Ferreira de Araújo, de Brasília, que marcou o transcurso de seu 70º aniversário fazendo, a nado, a travessia do Lago Paranoá.

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 195, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Jorge Mendonça, jogador de futebol que chegou a integrar a Seleção Brasileira de Copa do Mundo de 1978.

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 196, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento, ontem, no Rio de Janeiro, de Rivadávia Tavares Corrêa Meyer, ex-Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, atual Confederação Brasileira de Futebol.

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 197, de 2006, de autoria do Senador Luiz Otávio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador do Estado do Pará, Doutor Clóvis Silva de Moraes Rego.

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 198, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de louvor pela posse do Professor Miguel Srougi, como titular do Departamento de Urologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP, e que seja dado conhecimento àquela Universidade e à sua Família.

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 199, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista mineiro Leonardo Fulgêncio, ocorrido no dia 14 de fevereiro de 2006.

Sessão: 20.02.2006

Requerimento nº 209, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança ao saudoso escritor brasileiro João Guimarães Rosa, ao ensejo da passagem do cinqüentenário do lançamento da obra *Grande Sertão Veredas*.

Sessão: 21.02.2006

Requerimento nº 215, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Jorge Ferreira, ocorrido em 20 de fevereiro de 2006, em Niterói - RJ.

Sessão: 23.02.2006

Requerimento nº 216, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, por ocasião da sessão especial comemorativa do 39º aniversário de criação do “Modelo Zona Franca de Manaus”.

Sessão: 23.02.2006

VIII - ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE VIGÊNCIA DE MEDIDA PROVISÓRIA

Total.....	5
------------	---

Ato nº 5, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de a partir de 26 de fevereiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 273, de 28 de dezembro de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica*

(publicado no Diário Oficial da União de 14.2.2006, seção I)

Ato nº 6, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de a partir de 25 de fevereiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 272, de 27 de dezembro de 2005, que *altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social - GEES; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP;*

(publicado no Diário Oficial da União de 14.2.2006, seção I)

Ato nº 7, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de a partir de 26 de fevereiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 273, de 28 de dezembro de 2005, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica*

(publicado no Diário Oficial da União de 14.2.2006, seção I)

Ato nº 8, de 2006– Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de a partir de 28 de fevereiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 274, de 30 de dezembro de 2005, que *acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

(publicado no Diário Oficial da União de 20.2.2006, seção I)

Ato nº 9, de 2006— Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de a partir de 28 de fevereiro de 2006, a vigência da Medida Provisória nº 275, de 30 de dezembro de 2005, que *altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES), em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.*

(publicado no Diário Oficial da União de 20.2.2006, seção I)

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(15 a 28 de fevereiro de 2006)**

Deliberativas Ordinárias	3
Não Deliberativas	4
Total	7

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL
(15 a 28 de fevereiro de 2006)**

MATÉRIAS APROVADAS	31
I – Proposições aprovadas e enviadas à sanção	4
II – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	9
1 – Por decisão do Plenário.....	2
1.1 – Proposições da Câmara	2
1 – Por decisão terminativa.....	7
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	17
1 – Acordos internacionais	17
V – Requerimento de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante	1
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO	4
VI – Matérias rejeitadas	3
VII – Matéria prejudicada.....	1
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS	35
ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL PRORROGANDO PRAZO DE MEDIDA PROVISÓRIA	5

**B - SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2006 DAS
COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE.
REUNIÃO REALIZADA EM 21/02/2005 - EXTRAORDINÁRIA**

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2004 - NÃO TERMINATIVO - Estabelece normas para redução da contribuição empresarial para a Seguridade Social relativa à remuneração de segurados empregados, empresários, trabalhadores, avulsos e autônomos. Autoria: Senador MARCOS GUERRA. Relator: Senador JOSÉ JORGE. Parecer: Pela rejeição da Matéria. OBS: A Matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. **Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator, Senador José Jorge, pela rejeição da Matéria.**

ITEM 02 - REQUERIMENTO Nº 07/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, que trata da Administração Tributária Federal, com a presença dos Senhores Jorge Antonio Rachid, Secretário da Receita Federal, Carlos André Nogueira, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal – Unafisco, Ovídio Palmeira Filho, Presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – Anfip, Rosa Maria Campos Jorge, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait, e Paulo Antenor de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal – Sindireceita. Autoria: Senador Rodolpho Tourinho. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 08/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 2006, que versa sobre a unificação dos órgãos da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria da Receita Previdenciária, com a presença do Sr. Jorge Rachid, Secretário-Geral da Receita Federal, da Sra. Liêda Amaral de Souza, Secretária da Receita Previdenciária, e de representantes do Unafisco e da Anfip. Autoria: Senador Pedro Simon. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 04 - REQUERIMENTO Nº 09/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater sobre a unificação da Secretaria da Receita Federal e da Secretaria de Receita Previdenciária, a denominada Super-Receita, com a presença do Sr. Jorge Antonio Rachid, Secretário da Receita Federal, do Sr. Valdir Moyses Simão, Diretor-Presidente do INSS, do Sr. Roberto Antonio Busato, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, do Exmo. Sr. Deputado Federal Carlos Motta, do Sr. Osíris Lopes Filho, ex-Secretário da Receita Federal, do Sr. Everardo Maciel, ex-Secretário da Receita Federal, do Sr. Ovídio Palmeira Filho, Presidente da Anfip, do Sr. Paulo Antenor de Oliveira, Presidente do Sindireceita, e do Sr. Carlos André Soares Nogueira, Presidente da Unafisco. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 05 - REQUERIMENTO Nº 10/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, a retirada do Requerimento nº 05/2006-CAE, o qual solicita seja convocado o Ministro de Estado das Cidades, Exmo. Sr. Márcio Fortes de Almeida, para audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. Autoria: Senador Sérgio Guerra. **RESULTADO: APROVADO.**

ITEM 06 - REQUERIMENTO N° 11/2006-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública para instruir a votação do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2004, que dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º e 5º do artigo 50 da Lei nº 10.931, com a presença de representantes do Ministério da Fazenda, da Caixa Econômica Federal e do Ministério das Cidades.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti e outros Senhores Senadores. **RESULTADO: APROVADO.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 21/02/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO -

“Veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”.

Autor: Deputado PAULO ROCHA

Relator: “ad hoc” Senador PAULO PAIM

Parecer: Favorável, na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o parecer

ITEM 02 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO -

“Dispõe sobre a criação da Farmácia Popular e dá outras providências”.

Autor: Deputado EDUARDO JORGE

Relator: “ad hoc” Senador MARCO MACIEL

Parecer: Contrário.

OBS: Matéria obteve Parecer favorável na CCJ.

Resultado: Aprovado o parecer

ITEM 03 - OFÍCIO JUDICIAL N° 1410, de 2005

Referência: Processo nº 00295-2005-112-03-00-9, da 33ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte.

Autor: Juiz ANDRE LUIZ GONÇALVES COIMBRA

Reclamante: Jair Artur Afonso

Reclamado: Transgloria Ltda.

Relator: Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: pelo arquivamento.

Resultado: Aprovado o parecer

ITEM 4 - REQUERIMENTO N° 01, DE 2006- CAS

Requer que seja convidado o Senhor Ministro de Estado da Educação, para debater, na Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Autores: Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES e Senador CRISTOVÁM BUARQUE

Resultado: Aprovado

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 21/02/2006 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - AVISO Nº 167, DE 2000 - NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 321, de 2000, bem como dos respectivos Relatório de Auditoria e Voto que a fundamentam, realizada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, na área de irrigação (TC nº 006.073/2000-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador GERSON CAMATA

Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 222, DE 1999 - NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, o relatório acerca da Retribuição Adicional Variável - RAV, referente ao 1º semestre de 1999.

Autoria: Presidência da República

Relator "ad hoc": Senador AUGUSTO BOTELHO

Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

ITEM 3 - DIVERSOS Nº 25, DE 1997 - NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste, com posição em 31 de dezembro de 1996.

Autoria: Banco do Nordeste

Relator "ad hoc": Senador AELTON FREITAS

Parecer: Solicita informações referentes aos programas de financiamento e às aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento

Resultado: Aprovado

ITEM 4 - AVISO Nº 204, DE 2001 - NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 320, de 2001 - TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (extintas), com o objetivo de aferir os resultados alcançados pelos sistemas de incentivos fiscais, Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM. (TC - 011.707/2000-8).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator "ad hoc": Senador VALDIR RAUPP

Parecer: Pela remessa do processado ao arquivo e reitere ao Tribunal de Contas da União a necessidade de envio das novas informações relativas ao cumprimento das determinações contidas no Acórdão nº 1.384/2005-TCU-Plenário e à recuperação dos recursos indevidamente aplicados no âmbito do FINAM e do FINOR

Resultado: Aprovado

ITEM 5 - AVISO N° 12, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 473, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de construção de trechos rodoviários no corredor Araguaia-Tocantins-BR-235-Divisa TO/MA, trecho Pedro Afonso (TC - 003.798/2003-2).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Para que o Tribunal de Contas da União: tome conhecimento do relatório; se pronuncie sobre as irregularidades atinentes ao programa de trabalho classificado sob a funcional 26.782.0237.5710.0105", assim como esclarecimentos sobre possível conexão entre as programações de trabalho classificadas sob as funcionais "26.782.0237.5710.0105 e 26.782.0237.7224.010", notadamente em face dos empreendimentos de que tratam e dos contratos que lhes permitiram a execução e reexame da matéria tão logo sejam prestados os esclarecimentos necessários por parte daquela Corte de Contas

Resultado: Aprovado

ITEM 7 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelecendo a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos, e revoga a Lei nº 9.791, de 24 de março de 1999.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta

Resultado: Aprovado

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO N° 155, DE 2005 - NÃO TERMINATIVO

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

Autoria: Senador GERSON CAMATA

Relator: Senador CÉSAR BORGES

Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma das Emendas nºs 1 e 2, adotada pela CCJ

Resultado: Aprovado.

ITEM 9 - PROJETO DE LEI DO SENADO N° 338, DE 2005 - TERMINATIVO

Dá nova redação ao inciso III do artigo 39, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Autoria: Senador PEDRO SIMON

Relator: Senador GERSON CAMATA

Parecer: Pelo sobremento da matéria, na forma do Requerimento que apresenta

Resultado: Aprovado

ITEM 10 - REQUERIMENTO N° 01, DE 2006-CMA

Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja dirigido convite à diversas autoridades para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão em Conjunto com a Comissão de Infra-Estrutura, seja debatida a questão da pavimentação da BR-163, rodovia que liga Cuiabá/MT a Santarém/PA, matéria de interesse público relevante para o País, especialmente para as regiões norte e centro-oeste.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO

Resultado: Aprovado. Ficou decidido que os convidados serão relacionados posteriormente

ITEM 11 - REQUERIMENTO N° 02, DE 2006-CMA

Requer, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, debaterem sobre o desenvolvimento do Plano de Manejo Florestal Sustentável da Amazônia: Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente; Sr. Luiz Fernando Furlan, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Sr. Rolf Hackbart, presidente do INCRA e Sr. Ubiratan Cazetta, Procurador da República no Estado do Pará, Representante do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO

Resultado: Aprovado

ITEM 12 - REQUERIMENTO N° 03, DE 2006-CMA

Requer esta Comissão oficie à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, instando a cobertura por parte dos veículos de comunicação da Casa, para as conferências das Nações Unidas sobre Biossegurança, que acontecerá entre os dias 13 a 17 de março, e Biodiversidade, que acontecerá entre os dias 20 a 31 de março, ambas na cidade de Curitiba-PR.

Autoria: Senador FLÁVIO ARNS

Resultado: Aprovado. Foi indicado o Senador SIBÁ MACHADO para representar a Comissão.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

REUNIÃO REALIZADA EM 22/02/2006 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO)

ITEM N° 01 - REQUERIMENTO N° 04, DE 2006 - Assunto: Requeiro nos termos dos incisos II e V do art. 90 do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, destinada a discutir a situação dos presídios no Brasil, com relação ao cumprimento da Lei de Execuções Penais e a possível violação dos direitos dos presos. Autor: Senador CRISTOVAM BUARQUE. Resultado: APROVADO.

ITEM N° 02 - REQUERIMENTO N° 05, DE 2006 - Assunto: Requeiro nos termos do Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com vistas a tratar das *questões atinentes ao uso de drogas “químicas e alcoólicas” na camada de crianças, adolescentes e jovens da nossa população*, em data e local a serem definidos, objetivando a valorização da vida e perspectiva de futuro para nossas crianças, devendo ser convidados o Ministro de Estado da Educação, o Ministro de Estado da Justiça, outras Comissões Permanentes desta Casa que manifestarem interesse em participar da audiência pública requerida e outros a serem definidos pela própria Comissão. Autor: Senador PAULO PAIM. Resultado: APROVADO

ITEM N° 03 - REQUERIMENTO N° 01, DE 2006 - Assunto: Requeiro nos termos do art. 90, inciso II, combinado com o art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em Belém do Pará, com a finalidade de que os convidados prestem esclarecimentos sobre a situação apresentada pelo relatório “Violação dos Direitos Humanos na Amazônia: conflito e violação na fronteira paraense”, bem como sobre as ações que vêm sendo implementadas em decorrência das informações ali contidas.

Autor: Senadora ANA JÚLIA CAREPA. **Resultado:** APROVADO.

ITEM N° 02 - REQUERIMENTO N° 02, DE 2006 - Assunto: “Requeiro nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no dia 22 de fevereiro do corrente ano, às 14:00 horas, com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência Social, Senhor Nelson Machado, para prestar esclarecimentos e informações a respeito do recadastramento dos aposentados e pensionistas do INSS”. **Autor:** Senador SÉRGIO CABRAL. **Resultado:** APROVADO.

ITEM N° 03 - REQUERIMENTO N° 03, DE 2006 - Assunto: “De aditamento ao Requerimento CDH, nº 18, de 2005, aprovado em 14/12/05, de audiência pública para esclarecimentos sobre a reportagem publicada no jornal Correio Braziliense, de 11/12/05, pág. 13, intitulada “Cobaias humanas na Amazônia”. **Autor:** Senador CRISTOVAM BUARQUE. **Resultado:** APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 22/02/2006 – EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO)

ITEM 01 – AUDIÊNCIA PÚBLICA - REQUERIMENTO CDH N° 02, DE 2006 - com o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Previdência Social, Dr. Nelson Machado, para prestar esclarecimentos a respeito do recadastramento de aposentados e pensionistas do INSS. **RESULTADO: REALIZADA.**

ITEM N° 02 - REQUERIMENTO N° 06, DE 2006 - Assunto: Requeiro nos termos do inciso II, § 2º, do Art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II, do Art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, no dia 06 de março de 2006, às 10h00, com vistas a tratar das “Questões atinentes ao fator previdenciário, a luz do PLS Nº 296/03, devendo ser convidadas as entidades representativas de empregados, conforme definido por esta Comissão. **Autor:** Senador PAULO PAIM. **Resultado:** APROVADO.

ITEM N° 02 - REQUERIMENTO N° 07, DE 2006 - Assunto: Requeiro, nos termos do Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, com vistas a instruir o PLS Nº 274/2003 e discutir a PEC 24/2005, com reflexos nos programas do MEC na área do “ENSINO PROFISSIONALIZANTE”, devendo ser convidados o Ministro de Estado da Educação – Fernando Haddad, o Secretário Executivo do MEC – Jairo Jorge, o Coordenador do Ensino Profissionalizante do MEC – Elieser Pacheco e outros a serem definidos pela própria Comissão. **Autor:** Senador PAULO PAIM. **Resultado:** APROVADO.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**

Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/229/2006	15/02/2006	Comunica que foi protocolado na SGM, Requerimento de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando Quintanilha tramitação conjunta dos Avisos 4 e 9 de 2003. Solicita Presidente CMA SF remessa dos referidos processados a SGM.	Senador Leomar
Senador Renan Calheiros Presidente do Senado Federal	OF/SF/239/2006	15/02/2006	Comunica que foi apresentado pela Comissão Especial Senador Antônio Carlos Mista criada pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Magalhães Nacional nº 79, de 2004, como conclusão de Relatório Presidente CCJ Final 01/2006-CN, requerimento de urgência para o PLC nº 95, de 2001.	Senador Antônio Carlos Mista criada pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Magalhães Nacional nº 79, de 2004, como conclusão de Relatório Presidente CCJ Final 01/2006-CN, requerimento de urgência para o PLC nº 95, de 2001.
Senador Renan Calheiros Presidente do Senado Federal	OF/SF/240/2006	15/02/2006	Comunica que foi apresentada pela Comissão Especial Senador Antônio Carlos Mista como conclusão de Relatório Final 01/2006-CN, Magalhães requerimento de urgência ao Projeto de Lei Câmara nº Presidente da CCJ 94/2002.	Senador Antônio Carlos Mista criada pelo Ato do Presidente da Mesa CN nº 79, de Magalhães 2004, como conclusão de Relatório Final do Congresso Presidente CCJ Nacional 01 de 2006-CN, requerimento de urgência para o PLC nº 30 de 2005.
Senador Renan Calheiros Presidente do Senado Federal	OF/SF/241/2006	15/02/2006	Comunica que foi apresentado pela Comissão Especial Senador Antônio Carlos Mista criada pelo Ato do Presidente da Mesa CN nº 79, de Magalhães 2004, como conclusão de Relatório Final do Congresso Presidente CCJ Nacional 01 de 2006-CN, requerimento de urgência para o PLC nº 30 de 2005.	Senador Antônio Carlos Mista criada pelo Ato do Presidente da Mesa CN nº 79, de Magalhães 2004, como conclusão de Relatório Final do Congresso Presidente CCJ Nacional 01 de 2006-CN, requerimento de urgência para o PLC nº 30 de 2005.

Senador Renan Calheiros Presidente do Senado Federal	OF/SF/242/2006	15/02/2006	Comunica que foi apresentado pela Comissão Especial Senador Antônio Carlos Mista criada pelo Ato do Presidente da Mesa CN nº79, de Magalhães 2004, como conclusão de Relatório Final 1/2006-CN, Presidente CCJ requerimento de urgência para o PLS nº 118 de 2005.
Senador Efraim Moraes Primeiro Secretário	OF/SF/222/2006 c/c OF/Counselor Especial/1600/06	14/02/2006	Em atendimento ao OF/Conselho Especial/1600/06, do Desembargador João Mariosi TJDF, encaminha procedimentos relativos ao PLC nº Conselho Especial do TJDFT 10/1999, que originou a Lei nº 9869, e da Proposta de Emenda a Constitucional nº 29/2000, que originou a Emenda Constitucional 45/2004.
Senador Mão Santa No exercício da Primeira-Secretaria	OF/SF/293/2006	23/02/2006	Envia cópia do Aviso nº 216/2006 do Presidente do Senador Ana Julia Carepa Tribunal de Contas da União, comunicando que o pedido de auditoria constante do Requerimento nº 45/2006, de autoria da Senadora Ana Julia Carepa foi naquela Corte autuado sob o nº TC 003.539/2006-5 e remetido ao relator Marcos Vínius Vilaga.
Senador Renan Calheiros Presidente SF	OF/SF/258/2006	22/02/2006	Comunica que foi protocolado na SGM requerimento de Senador Antônio Carlos autoria do Senador Ideli Salvatti solicitando dispensa da manifestação da comissão CCJ sobre Projeto de Lei da Presidente Comissão de Câmara 59/2003, que dispõe sobre regionalização Constituição, Justiça e programação TV. Solicita remessa do referido projeto à Cidadania - CCJ SGM.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patricia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra *
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaias Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾PL, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995

4^a Eleição Geral: 13.03.2003

2^a Eleição Geral: 30.06.1999

5^a Eleição Geral: 23.11.2005

3^a Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413

PMDB

Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)

Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		

PDT

Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
----------------------	----	------	------------------	----	------

Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)

Senador Romeu Tuma (PFL/SP) | 2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1^a reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Shhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Shhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPILCY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)
--	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 126 PÁGINAS